

## PACOTE

# ARRANCADA EM LENTA

*Depois da euforia, a agricultura descobre que até agora pouco ou nada ganhou com o pacote. Página 4 à 10*



O protesto dos gaúchos: uma vigília diante da sede da delegacia do Incra em Porto Alegre

## Definidos planos regionais. E o Rio Grande fica fora

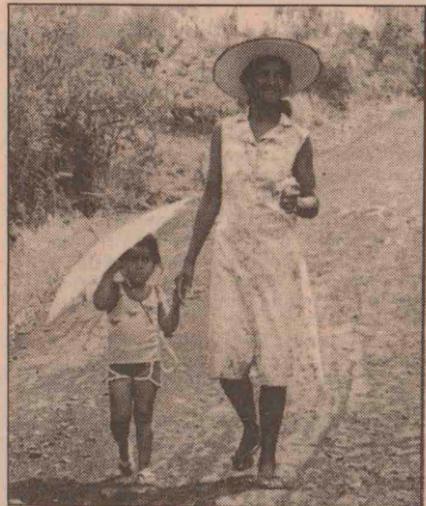
*Frustração no mês em que lançamento do PNRA completa um ano*

Página 11

### TRIGO

## O desafio de aumentar a produtividade

Página 5

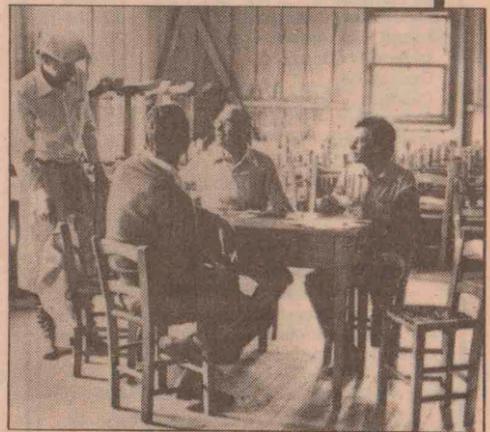


Mestiço desbravador foi marginalizado

### CABOCLOS

## A posse da terra e os "brasileiros"

Páginas 12 e 13



Produtor escolherá seus representantes

### PODER

## Agosto tem eleições

Última página

**COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.**



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111  
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400  
Telex: 0552199  
CGC ICM 065/0007700  
Inscr. INCRA N° 248/73  
CGC MF 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA**

**Presidente:**  
Oswaldo Olmiro Meotti  
**Vice-presidente/Pioneira:**  
Celso Bolivar Sperotto  
**Superintendente/Pioneira:**  
Antoninho Boiarski Lopes  
**Vice-presidente/Dom Pedrito:**  
Tânio José Bandeira  
**Superintendente/Dom Pedrito:**  
Valter José Pötter  
**Vice/MS:**  
Nedy Rodrigues Borges  
**Superintendente/MS:**  
Lotário Beckert

**Conselho de Administração (Efetivos):**  
Luiz Neri Beschoner, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Angelo Rosa, Iram dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademir Luiz Comin.

**Suplentes:**  
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godói Dias.

**Conselho Fiscal (Efetivos):**  
Antenor José Vione, Antonio Cândido da Silva Netto e Valdeci Oli Martinelli.

**Suplentes:**  
Valter Luís Driemeyer, Luiz Anildo Brum da Costa e Flori José de Pelegrin.

**Diretores contratados:**  
Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

**Capacidade em Armazenagem:**

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guafba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t

**COTRIJORNAL**

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE

Associado da

**AJOCOOP**  
Associação dos Jornalistas e Revistas de Cooperativas

**REDAÇÃO:**

Dária C. Lemos de Brum Lucchese  
Moisés Mendes

**CORRESPONDENTES:**

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé  
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

**AO LEITOR**

Poucas semanas depois de anunciadas as reformas econômicas, no dia 28 de fevereiro, o produtor passou a ouvir falar do pacote agrícola. Seriam medidas específicas para o setor primário, que disciplinariam questões como crédito, preços dos insumos e estímulos à produção. Medidas semelhantes foram adotadas para o setor bancário, para a habitação (BNH), para o ensino e tantas outras áreas. Mas a agricultura sabe muito pouco até agora. Por isso — e outras tantas coisas — não há nenhum outro setor da economia tão esquecido, após o pacote, como a agricultura. As informações divulgadas são desencontradas: o governo decide e volta atrás nas medidas que adota; e o produtor se vê diante das mesmas interrogações. Na verdade, até agora o agricultor não consegue apurar o que ganhou com as mudanças, apesar de continuar apostando nas reformas. O pior de tudo isso é que o pequeno proprietário foi o mais castigado até o momento. Página 4 à 11.

No dia 21 de maio mais uma eleição estará centralizando as atenções do meio rural. Desta vez — depois da sucessão na Fecotriga — serão escolhidos os novos dirigentes da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul). As várias tendências existentes no sindicalismo gaúcho intensificaram as articulações para a formação de chapas, mas o que existe até hoje é muito mistério. Apesar de ter sido derrotada em 1983, a oposição volta a se organizar, e é provável que — assim como acontece na Fecotriga — a eleição seja bem disputada. Páginas 14 e 15.

Os caboclos ainda são vistos como tipos arredios ao trabalho, e que pouco se apegam à propriedade. Essa é a fama que os mestiços carregam também aqui na região de trigo e soja. Mas por que esse pessoal caiu na marginalização? Será por causa da raça? Uma pesquisa do professor Paulo Zarth, da Fidene/Unijui, vai ajudar a enterrar esta fama. Zarth mostra como o caboclo foi, desde o século passado, excluído do processo de ocupação da terra no Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai. Ele comenta também o que há em comum en-

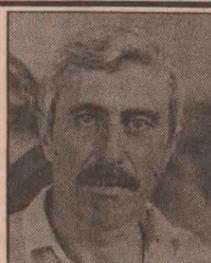
tre os mestiços e os trabalhadores sem-terra acampados na Fazenda Annoni. Páginas 12 e 13.

A próxima eleição para escolha dos novos representantes da Cotrijuí está marcada para o dia 22 de agosto. Esta é, na verdade, a primeira eleição desde que um plebiscito, realizado em setembro de 1984, incorporou o atual sistema de Estrutura do Poder aos Estatutos da Cotrijuí. A atual Estrutura do Poder — um representante para cada 150 associados — foi colocado em prática em 1979. De lá para cá, muita coisa mudou e o próprio associado passou a conhecer mais de perto a sua cooperativa e tomar parte nas decisões. "A Cotrijuí abriu um espaço para a participação do quadro social, diz Sadi Tiecher, representante eleito por Ijuí.

O governo está mudando as regras para a lavoura de trigo. Está oferecendo recursos estimulantes para o plantio, mas está avisando: chega de produtividade baixa. De agora em diante, o produtor que quiser plantar trigo, vai ter de cumprir direitinho as exigências do banco, que quer para esta safra, uma lavoura com tecnologia e assistência técnica. Para o produtor que não aplicar direitinho o dinheiro do custeio na lavoura e tiver prejuízos por falta de adubo ou causado por doenças, um castigo: não terá direito a recorrer ao Proagro, que também está ficando mais rigoroso. A intenção do governo, ao mudar as regras para a lavoura de trigo é chegar a auto-suficiência e diminuir os gastos com importação. As novas regras para a lavoura de trigo e as mudanças no Proagro estão nas páginas 5 e 6.



Flori José de Pelegrin



Luís Brum da Costa

**CORREÇÃO**

Na edição anterior foram trocadas fotos dos conselheiros Luís Brum da Costa e Flori José de Pelegrin.

**Temos que pegar mais**

**Júlio César Gabbi**

Nós participamos do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, no ano passado em Brasília, quando foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária. Mas nunca acreditamos que o governo, ao lançar o Plano, estivesse disposto mesmo a realizar a reforma. Não nos surpreendemos que agora, no momento em que o presidente da República começa a assinar os planos regionais, o Rio Grande do Sul tenha ficado de fora.

Durante o Congresso, nós analisamos o Plano do governo, é já naquela ocasião alguns companheiros lembraram que o projeto era muito tímido. O primeiro Plano, lançado em maio, não representava nenhum avanço em relação ao que se previa no Estatuto da Terra. E em outubro, quando o governo mudou o plano anterior e lançou o programa definitivo, a situação ficou pior ainda.

Nós saímos de Brasília com um pouco de esperança, acreditando que pelo menos haveria uma maior abertura para a discussão do assunto. Isso aconteceu, pois houve várias mobilizações no país para organização dos sem-terra. Mas falta o cumprimento da lei, pois nem mesmo as famílias de acampados da Fazenda Annoni foram assentadas, juntamente com outras que necessitam com urgência de terras no Estado.

Eu acredito que este governo nunca vai cumprir com o Plano Nacional de Reforma Agrária, pois mesmo que quisesse isso ele não tem força para enfrentar a pressão dos latifundiários. O que se viu até agora é que o governo não demonstrou vontade de fazer mesmo a reforma.

A nossa pressão é muito pequena diante da pressão dos que não desejam a realização da reforma no país. Nós, os pequenos, temos que sair de nossa região para ir a Brasília pressionar. Os grandes não precisam disso, pois estão sempre por lá, através dos deputados e senadores.

Nós temos que reconhecer que a organização dos sem-terra ainda é pequena, e que não há vontade do representante do Incra no Estado. O que se ouve dizer é que o Rio Grande do Sul é um Estado populoso, e que não existem mais áreas a serem ocupadas. É só o governo se mostrar disposto a realizar a reforma que as terras vão aparecer. Eu acho que a luta dos sem-terra vai crescer, com essa decisão de deixar o Rio Grande de fora dos planos regionais.

Aqui na nossa regional, o primeiro passo, após a colheita da soja, será voltar a mobilizar não só os sem-terra, mas também os pequenos agricultores. Nós temos que inverter um pouco esta situação. Em vez dos colonos ficarem indo a Porto Alegre, o sr. Schlabit, do Incra, deve vir ao interior. O pacote econômico pode até anestesiá-los um pouco nossa luta, mas quem está consciente do que quer não vai ficar parado. A luta terá que avançar, e com o apoio dos operários da cidade, dos professores e outros trabalhadores, através dos seus órgãos de classe.

Depois do dia 20 de maio, nós vamos trabalhar de novo na mobilização, e voltaremos a nos reunir com as bases. Até agora, o trabalho envolveu mais os sem-terra, mas depois da colheita contaremos também com os pequenos proprietários.

Está na hora de contarmos também com os pais dos sem-terra, para que eles saibam bem certo o que é uma reforma agrária. No momento em que nós conseguimos a adesão dos pequenos agricultores, a luta vai ganhar força.

Essa morosidade do governo vai servir de incentivo para que a organização avance mais ainda. Queremos saber por que o Rio Grande do Sul é menos privilegiado do que os outros Estados. Eu acredito que essa morosidade pode até aumentar a tensão, pois os trabalhadores estão cansados de esperar.

A reforma vai sair, mas só com muita luta. Temos que pegar mais, exigir nossos direitos e aumentar a mobilização. A reação dos latifundiários, desde o lançamento do primeiro Plano, em maio do ano passado, deve servir de exemplo. Nós também temos que nos organizar. Até agora, tem pesado muito mais nas decisões do governo a palavra de um deputado, de um senador ou de um governador, do que a palavra de uma multidão de pessoas sem-terra.



Júlio César Gabbi é o coordenador regional do Movimento dos Sem-Terra, em 11 municípios ao redor de Ijuí

## Telhado de vidro

"Precisamos mudar nossa postura, para que o cooperativismo deixe de ser saco de pancadas". O desabafo foi feito em Ijuí, pelo presidente da Fecotrijo, Jarbas Pires Machado. Ele se reuniu com 9 dirigentes de cooperativas da região 6 da Federação, no dia 17 de abril, para definir prioridades, após as eleições na entidade, quando foi reeleito para o cargo. Segundo Jarbas, até pouco tempo o que se ouvia dizer é que o cooperativismo iria quebrar, por causa da corrupção e da falta de capacidade gerencial de seus dirigentes. "Agora o que se vê é matéria paga nos jornais, em que o sistema bancário garante que não vai quebrar, e notas do presidente da Federasul (Federação das Associações Comerciais do Estado) afirmando que o comércio não é corrupto. Também se constata hoje que não são as cooperativas ou a Fecotrijo que estão envolvidas na fraude do trigo", disse Jarbas Pires Machado. Ele lembrou que, em muitos casos, o cooperativismo não ofereceu respostas às acusações, "e por isso muitas mentiras terminaram se transformando em verdades". Para ele, esta é a hora do sistema assumir posições mais firmes e, principalmente, definir um projeto político.

## As causas da crise



Como foi que o cooperativismo empresarial gaúcho que andou de vento em popa durante tanto tempo, chegou à década de 80 mergulhado numa profunda crise? Como será possível renovar o pacto cooperativo que,

integrando categorias sociais, construiu esse cooperativismo? Quem anda atrás de respostas para perguntas como essas deve ler o livro "Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul", editado pela FEE — Fundação de Economia e Estatística do Estado, em colaboração com a Fecotrijo e a Fidene/Unijui. O livro traz o mais completo balanço do setor, analisando o período de 1957 a 1984, tanto pelo lado econômico como o político e o social. Os textos são de autoria da economista Maria Domingues Benetti, da FEE; Nelson Giordano Delgado, professor e pesquisador do Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Elza Maria Fonseca Falkembach, professora e pesquisadora da Fidene/Unijui; e Vicent Leclercq, pesquisador do Laboratório de Economia Internacional de Montpellier, na França. A edição dos trabalhos foi coordenada por Maria Domingues Benetti e por Telmo Frantz, pró-reitor de Extensão e Pesquisa da Fidene/Unijui. Todos esses pesquisadores formam a equipe que mais entende do cooperativismo gaúcho. O livro deve interessar principalmente àqueles não satisfeitos com publicações que, recentemente, tentaram apresentar a crise do cooperativismo como algo que poderia ser resolvido por um delegado de polícia.

## Cotrijuí, a terceira em vendas

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está divulgando mais um caderno com o perfil do setor, desta vez no que se refere às exportações. Os dados são de 1984, e estão publicados no caderno "As Cooperativas na Balança Comercial Brasileira", editado em colaboração com a Senacoop — Secretaria Nacional de Cooperativismo, órgão ligado ao Ministério da Agricultura. O levantamento mostra que a Cotrijuí está em terceiro lugar entre as cooperativas do país em exportações, ficando atrás apenas da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná e da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo. Em 84, a Cotrijuí registrou 87 milhões e 946 mil dólares de receita com vendas para o exterior. O caderno revela que a soja, o café, o cacau, os cítricos, a lã, a carne bovina e o algodão estão entre os produtos que mais foram exportados pelas cooperativas. No total, as cooperativas exportaram em 1984 o equivalente a 724 milhões de dólares. Mesmo assim, tiveram uma participação pequena no total das exportações brasileiras, com 2,68 do faturamento



conseguido pelo país, contra os 2,56 por cento de 83 e os 3,03 por cento de 1982. O mesmo caderno informa que as cooperativas tiveram seus maiores gastos com importação no item correspondente a ingredientes para adubos, agrotóxicos e ração balanceada. Esses produtos ficaram com 71,70 por cento das despesas das cooperativas com importações em 1984. A soja e seus derivados ficaram com a maior fatia das exportações: 308 milhões e 308 mil dólares, do total de 724 milhões de dólares, distribuídos entre os demais produtos.

## 1º de abril

No dia 1º de abril, os jornais publicaram, com grande alarde, as listas dos preços congelados dos insumos para a agricultura, incluindo fertilizantes, agrotóxicos, produtos veterinários e também máquinas e implementos. Foi um Deus nos acuda para entender as tais listas, pois elas traziam os valores fixados pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços) sem incluir, na maior parte dos casos, as despesas com transporte. De que forma o produtor poderia controlar os preços, sem saber os custos dos fretes? Depois, o próprio agricultor descobriu que os valores anunciados eram, para muitos produtos, superiores aos praticados no mercado. Também se descobriu que, no caso das colheiteadeiras, o CIP não incluía a plataforma da máquina, que deveria ser comprada "por fora". Seria mais ou menos o caso de alguém comprar uma moto-serra sem a serra, ou um machado sem a lâmina. Na verdade, o governo havia tentado responder, meio no chute, às reclamações de que a agricultura ainda não tinha tabela de preços para insumos. E deu no que deu. Uma confusão que só agora começa a ser desatada, pois se promete a tal lista, com preço ao agricultor, para daqui a pouco. Quem ainda encontrou ânimo para fazer graça, teve essa lembrança: a listagem do CIP saiu no dia 1º de abril.

## A ausência do Cotrisol

O Cotrijornal não traz, nesta edição, o suplemento infantil Cotrisol, elaborado pela Escola Francisco de Assis, mantida pela Fidene/Unijui. A explicação para essa ausência está em nota enviada ao Cotrijornal pela coordenadora do suplemento, professora Maria Aparecida Pereira Mendes. Abaixo, a nota na íntegra: "A Escola de 1º Grau Francisco de Assis funciona numa experiência de integração entre sistemas particular, público estadual e público municipal, com professores contratados pela FIDENE, pelo Estado e pelo município de Ijuí. No momento, estão faltando oito professores na escola, o que tem dificultado todo nosso trabalho, fazendo com que muitas das atividades desenvolvidas pela EFA sejam prejudicadas. Entre essas atividades está incluída a elaboração do Cotrisol, até agora presente em todas as edições do Cotrijornal. Além disso, não há professores para todas as aulas de todas as matérias, exigindo que os professores atuantes na escola sejam obrigados a preencher e atender as faltas sentidas em sala de aula. Professores, pais, e alunos, desde o dia vinte e nove de abril encontram-se reunidos na busca de soluções para o problema, o que impediu a conclusão do suplemento do Cotrisol deste mês. Esperamos que nossos leitores entendam nossa ausência nesta edição. Não os esquecemos, e esperamos estar presentes novamente a partir do próximo mês, já com nossos problemas resolvidos. Até lá. Um abraço, Cida".

### Próxima edição

Os 180 alunos do curso de técnico em agropecuária, do Instituto Municipal de Educação Assis Brasil, de Ijuí, são responsáveis por uma experiência pioneira no país. Em novembro de 1984, eles criaram uma cooperativa de estudantes (a primeira em escola municipal do país), para administrar projetos, tanto na parte técnica como econômica, e o próprio internato do colégio. Essa experiência, que tem fins didáticos e contribui para que os estudantes participem das decisões no Imeab, será contada na próxima edição do Cotrijornal.



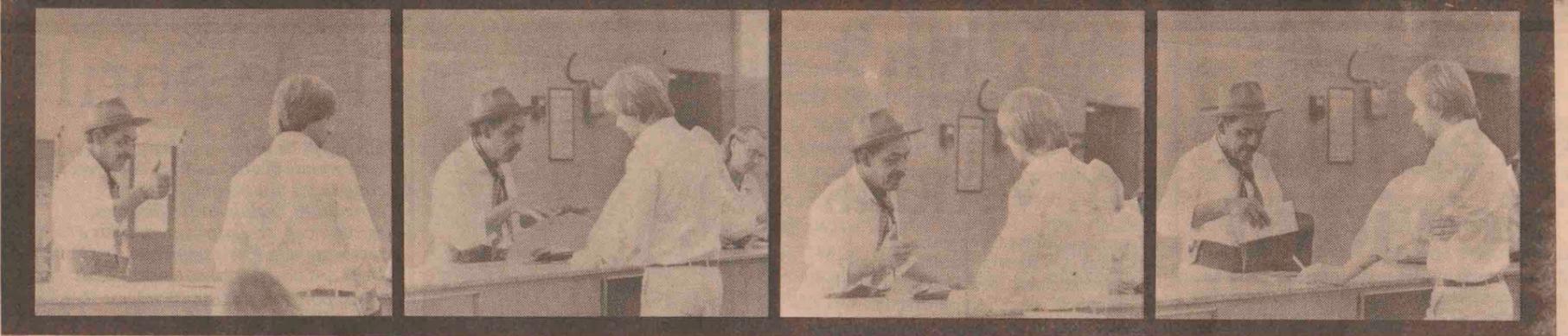
Reunião de mulheres em Ijuí, para avaliar a viagem a Brasília

## Ainda a Previdência

O governo ameaça avançar, mas acaba sempre recuando, quando o assunto é mudar a Previdência Social rural. Em janeiro, o Palácio do Planalto chegou a anunciar que encaminharia ao Congresso o novo projeto do Prorural, com mudanças na Previdência ao homem do campo. A matéria tinha muitas imperfeições, e estava longe de atender às reivindicações dos agricultores, mas poderia ser aperfeiçoada na Câmara e no Senado. Só que o governo decidiu guardar o projeto mais um pouco na gaveta, e agora surge uma nova informação. Uma delegação de mulheres que esteve em Brasília, formada por representantes de trabalhadoras rurais gaúchas e catarinenses, ouviu do ministro Raphael de Almeida Magalhães a promessa de que as mudanças estarão prontas finalmente dentro de 90 dias. Dona Maira Botega, de Catufpe, integrou esta comitiva, que esteve em Brasília de 15 a 17 de abril.

A delegação levou um abaixo-assinado contra o projeto original, que ficou pronto em janeiro e previa a extensão dos benefícios prestados ao homem rural também às mulheres. Mas, de acordo com a matéria, as mulheres somente teriam direito a aposentadoria aos 60 anos (hoje elas não têm este direito), e com uma pensão de meio salário mínimo. O salário

integral somente seria pago a quem contribuísse mensalmente com 10 por cento do salário mínimo. As mulheres — lembra Maira — querem aposentaria aos 50 anos, e com salário integral, sem contribuição extra. Além disso, o projeto que retornou ao Ministério determinava que a contribuição do agricultor à Previdência seria aumentada de 2,5 para 3,5 por cento, calculada sobre a produção comercializada no ano. O ministro prometeu que uma comissão irá reestudar as modificações, sendo que desse grupo de trabalho participarão três agricultores. A delegação solicitou que um desses trabalhadores rurais seja uma mulher. Elas conversaram ainda com os ministros Almir Pazianotto, do Trabalho; Paulo Brossard, da Justiça; Nelson Ribeiro, da Reforma Agrária; Jorge Bornhausen, da Educação; e Iris Rezende, da Agricultura. Foram recebidas também no Senado, na Casa Civil da Presidência da República e na Comissão Nacional dos Direitos da Mulher. Do ministro Nelson Ribeiro, a comissão recebeu um conselho: também as mulheres devem se organizar e fazer pressão, para que a reforma agrária realmente aconteça. Os resultados da viagem a Brasília foram debatidos, dia 24 de abril, durante uma reunião de mulheres, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí.



O produtor empolgou-se com o pacote. Correu atrás de informações e ouviu notícias desencontradas. Reclamou e foi aconselhado a esperar. Há dois meses ele está aguardando

# E a agricultura espera

*Os benefícios da reforma econômica ainda não chegaram ao minifúndio*

Se o produtor estivesse duvidando dos efeitos do pacote econômico, ele não estaria comprando máquinas e investindo na próxima lavoura de inverno. Mas quase que se resume a isso o primeiro efeito das mudanças anunciadas no dia 28 de fevereiro. Investe-se de fato na produção, mesmo que numa avaliação por cima dos primeiros benefícios das reformas, a agricultura saia perdendo. Os resultados imediatos, que desde março são notados nas cidades, passam ao largo pela lavoura, dois meses depois de iniciada essa reviravolta na economia.

O comentário do agricultor Henrique Kieslich, de Alto da União, é bem um resumo deste tom de queixa: "Para a agricultura, está tudo andando frouxo". Henrique, proprietário de 50 hectares, diz assim que não há até o momento nada que controle os custos da atividade no meio rural, e também não há muito que



Henrique Kieslich

garanta os ganhos de quem produz. "Nós precisamos vender cinco litros de leite para tomar um guaraná", observa ele, que se indaga: "Será que o preço do adubo também vai ser controlado?" O próprio Henrique responde: "Duvido que as multinacionais aceitem isso".

A desconfiança em torno de coisas que exigem definição, para não comprometer a expectativa criada em torno do pacote, cresce no dia-a-dia. E vai sendo empurrada, segundo Henrique, pela confusão criada pelo governo. Não é à toa que ele e tantos outros produtores desconfiam também das notícias que a imprensa divulga diariamente, e que são desmentidas poucas horas depois. Afinal, fazendo um balanço dos primeiros dois meses do pacote, o agricultor vai descobrir, sem qualquer esforço, que ficou prensado entre os interesses do intermediário, da indústria, do consumidor e, é claro, do

governo.

No acerto de contas com esses interesses, o agricultor poucas vezes levantou vantagens. E o que é pior: nessa avaliação geral, o pequeno proprietário carrega o fardo mais pesado, considerando-se os possíveis benefícios do pacote a curto prazo, e também suas repercussões no futuro. Não há nada que possa esconder essas perdas, como se verá analisando alguns aspectos que pesam na atividade.

**Preços:** Os preços pagos ao produtor foram fixados após ajustes que levaram em conta a outra ponta, a do consumidor. Aí entra a interferência direta do governo, com o tabelamento, como é o caso do leite, ou a negociação com quem compra (o atravessador ou a indústria). Produtos típicos da pequena propriedade, o leite, o suíno, por exemplo, ficaram com preços achatados. Situações

menos desfavoráveis foram enfrentadas pelos criadores, que conseguiram preços razoáveis para a carne bovina, e pelos produtores de arroz. No caso do leite, a economista Elizabeth Farina, da Universidade de São Paulo, mostra um detalhe curioso. Segundo ela, as indústrias receberam em média, de 1980 a 85, cinco por cento sobre a inflação nos preços dos produtos industrializados (queijo, manteiga, iogurte), enquanto o preço do leite ao produtor ficou seis por cento abaixo da inflação no mesmo período. Por que então a indústria não pode pagar mais ao produtor, considerando-se que trabalhou com uma matéria-prima barata? Essa melhor remuneração não afetaria em nada o preço do leite ao consumidor. O poder da indústria do setor basta como resposta.

**Insumos:** No dia 1º de abril o Ministério da Agricultura divulgou uma lista de preços de agrotóxicos, fertilizantes e também máquinas e implementos. Foi o maior tropeço depois do pacote. A lista apresentava, em muitos casos, valores tabelados no atacado, e outros sem incluir custos de frete. A relação foi divulgada na prensa, para prestar contas ao produtor, e saiu pela culatra. Até hoje não se sabe o preço de nada. E ninguém garante que um dia o produtor ficará de fato sabendo.

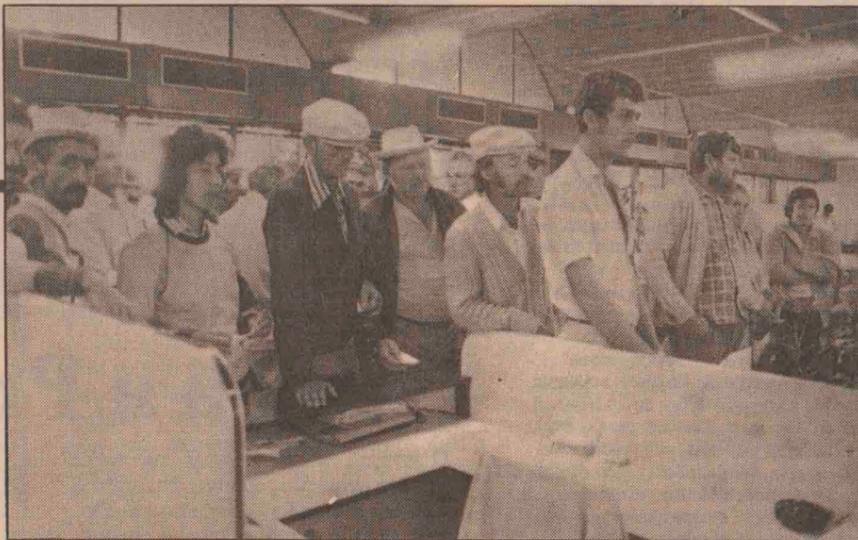
**Investimentos:** As indústrias de máquinas e implementos não conseguem atender à demanda, diante da empolgação provocada pelas reformas. Só na agência do Banco do Brasil de Ijuí há 500 propostas de empréstimos. Só que os investimentos não estão sendo feitos pelo pequeno produtor, descapitalizado e receoso de apostar no escuro. E isso serve também para quem vai investir na melhoria do solo e apostar em produtividade. O setor de insumos da Cotrijuí constatou que não são os minifundiários que disputam estoques limitados de corretivos e fertilizantes, comprados à vista, pois os bancos ainda não estão liberando financiamentos para investimentos.

**Crédito:** A taxa de custeio deve ficar mesmo nos 10 por cento ao ano, e vale para as lavouras de verão (a lavoura de inverno já está sendo financiada a 6 por cento). Desaparece, a partir de agora, a diferenciação entre pequeno, médio e grande produtor, para fins de crédito rural. São privilegiadas apenas as culturas para mercado interno (feijão, milho, arroz), que receberão VBCs mais altos. O pequeno plantador de soja, ainda sem outra alternativa compensadora, fica assim igualado aos demais, menos descapitalizados e com melhores condições para investir em tecnologia e ganhar em produtividade. Também a taxa de juro para investimento deve ficar em 10 por cento no Centro-Sul. No Nordeste, as taxas vão variar de 3 a 8 por cento, de acordo com a categoria do produtor. Mas tudo isso ainda não era oficial até o dia 7 de maio.

## A difícil venda da soja

O mercado da soja é bem uma amostra da situação conturbada que a agricultura passou a enfrentar após o pacote. Uma soma de fatores contribuiu para isso, deixando assustados os produtores, as cooperativas e as indústrias. O último susto foi provocado pelo anúncio feito no dia 5 de maio pelo governo, de que os preços mínimos perderiam a última correção, de 12,84 por cento, aplicada logo depois do pacote. A soja teria seu preço de garantia reduzido de Cz\$ 125,40 para Cz\$ 118,80. Mas no dia seguinte o próprio governo desistiu da medida.

Essa tentativa de alterar o preço mínimo iria complicar ainda mais um mercado já bastante confuso. No início de março, o preço da soja ao produtor havia se estabilizado em 126 cruzados, na região Sul. No Centro do país, o preço em vigor era o mínimo, como passou a acontecer no Mato Grosso do Sul, e a única alternativa foi a da AGF (Aquisição do Governo Federal). O mercado não suportava preços superiores ao mínimo, e o governo se transformou no principal comprador



Produtores correm à Cotrijuí, quando a saca passa a 128 cruzados

da safra.

Com os negócios voltados quase que exclusivamente para o mercado interno, pois as vendas para o exterior não evoluem, a comercialização da safra acontece lentamente este ano. Somente no dia 30 de abril houve reação nos preços ao produtor, em função de um fator externo: o acidente na usina nuclear de Chernobyl, três dias antes, na União Soviética. Especulava-se que o acidente iria comprometer uma vasta região produtora daquele país, e isso provocou reação nas cotizações.

Para o produtor, a saca de 60 quilos passou dos 126 cruzados para 128,40 cruzados, no caso da Cotrijuí. Na sexta-feira, dia 2 de maio, um grande número de produtores decidiu liquidar parte da safra pelo novo preço, e o movimento cresceu ainda mais na segunda-feira, dia 5, mantendo-se nos mesmos níveis no dia 6. Segundo Ênio Weber, coordenador de comercialização da Cotrijuí na Região Pioneira, nesses dias 5 e 6 de maio foram li-

quidadas em torno de 100 mil sacas de soja.

Mas não há nada que indique a permanência desse preço, mesmo porque as conseqüências do acidente nuclear na União Soviética não seriam tão graves como se noticiou no início. O problema agora é que, mesmo sem ter reduzido os preços mínimos, o governo adotou outra medida. O médio e o grande produtor, que fizerem AGF, somente vão receber o pagamento em até 120 dias. O pagamento à vista será apenas para os pequenos produtores.

Com essa decisão, o Ministério da Fazenda — que tomou a iniciativa de estabelecer o prazo — tenta amenizar um pouco o problema de caixa do governo. Acontece que a compra estatal este ano, só no caso da soja, pode ser superior a 3 milhões de toneladas. O governo não quer emitir moeda, para não acordar a inflação, e inventou essa saída, que pode conturbar a já complicada comercialização da safra.

# Prêmio a maior produtividade

Auto-suficiência com alta produtividade. Está em síntese, a intenção do governo ao estabelecer novas regras para a lavoura de trigo deste ano. Começou oferecendo VBCs e preços mínimos estimulantes, mas foi logo avisando que não estava dando nada de graça. Quem quiser plantar trigo de agora em diante, vai ter de cumprir direitinho as exigências propostas pelo governo, que vão desde o emprego de tecnologia até a assistência técnica. Dentro destas mudanças, o Proagro também tornou-se mais rigoroso. Só terá direito a recorrer a indenização, quem realmente fez sua lavoura dentro das recomendações técnicas e teve prejuízos, comprovados, em razão de adversidades climáticas.

O governo está dando mostras de que acredita no trigo, tanto que está concedendo maiores recursos para a formação da lavoura a juro de seis por cento ao ano, mas ele também quer ver bons resultados na hora da colheita, diz Roberto Paulo Sholl da Silva, coordenador do Serviço de Proagro do Banco Central no Rio Grande do Sul, "Assim, acrescenta ainda, chega de tanto passar a mão na cabeça do agricultor. Tudo vai depender agora de muito trabalho, porque a era das especulações chegou ao fim. Mais adiante diz que todo o dinheiro do custeio vai ter que ser rigorosamente aplicado na aquisição de sementes qualificadas, de adubo e fungicidas.

## AS REGRAS

A própria circular de número 1.387, expedida pelo Banco Central, regulamentando todas as regras para a triticultura, deixa bem claro o que o governo está pretendendo. Já a partir desta safra, contrariando a proposta do Grupo do Trigo do Rio Grande do Sul, a rotação de culturas passa a ser obrigatória. A proposta do Grupo do Trigo, formado por 14 entidades gaúchas, era de que o banco liberasse crédito para 66 por cento da área agricultável da propriedade neste ano, com redução para 33 por cento a partir de 87.

No que diz respeito ao Proagro, Sholl, que também é coordenador do Grupo do Trigo, alerta que vai haver muito mais rigor nas fiscalizações. O produtor que não usar o custeio para fazer a sua lavoura de acordo com o nível em que ficou enquadrado, não terá direito a indenização em caso de perdas na lavoura. "Estamos deixando bem claro que o Proagro não vai cobrir perdas na lavoura ocasionadas pela falta de tecnologia".

## OS NÍVEIS

Com as mudanças nas regras de concessão de crédito de custeio, o produtor passa a contar com cinco níveis diferentes para o trigo, sendo que os três primeiros dizem respeito a cultura do trigo de sequeiro e os outros dois ao trigo irrigado. Os médios e grandes produtores que quiserem se enquadrar no nível três, terão, em primeiro lugar, que comprovar uma produtivi-

dade mínima de 1.500 quilos por hectares na safra 85 e, ao mesmo tempo, desejarem usar tecnologia na lavoura. Estes produtores receberão um VBC integral, no valor de Cz\$ 3.309,00 por hectare. Em outras palavras, terão direito a 100 por cento do VBC.

O nível três, segundo Sholl, é a vitrine e o acesso até ele vai ser bastante difícil. Quem não comprovar uma produtividade mínima de 1.500 quilos por hectare, não entra nesse nível. "Serão muito poucos os agricultores que ainda nessa safra poderão ingressar no nível três, diz Sholl. Na verdade, o governo não quer um número muito grande de produtores no nível três já nessa safra. O ingresso tem de ir acontecendo aos poucos, pois o que se quer é qualidade e não quantidade". O produtor enquadrado no nível três, que no final da safra não conseguir alcançar o mínimo de 1.500 quilos por hectare, voltará, automaticamente, para o nível dois no próximo ano.

Os produtores que não conseguiram alcançar uma produtividade mínima de 1.500 quilos por hectare na última safra, vão cair no nível dois e receber apenas 80 por cento de Cz\$ 3.309,00 por hectare. "O governo não está querendo castigar o produtor do nível dois, pois se o custeio fosse ainda concedido pelo antigo sistema, os médios e grandes produtores receberiam apenas 40 e 60 por cento do VBC. Hoje ele está recebendo muito mais crédito que na safra anterior", salienta.

Mas tanto os produtores enquadrados no nível dois como no três serão obrigados a fazerem suas lavouras através de projetos de assistência técnica e tecnologia. A única diferença é que no nível três estarão os produtores que alcançaram uma produtividade mínima de 1.500 quilos por hectare na safra passada. Para quem não plantou trigo ou teve frustração em 85, vale a produtividade alcançada na safra de 84.

No nível um, ficarão enquadrados os minis e pequenos produtores. Estes não serão obrigados a usar tecnologia e nem apresentar projeto de assistência técnica. Terão direito a 100 por cento do VBC fixado em Cz\$ 2.394,72. "O governo, deixa claro Sholl, não está, de forma alguma, prejudicando os minis e pequenos agricultores. Ele apenas desembutiu do VBC a quantidade referente a aplicação de fungicida. O VBC de Cz\$ 2.394,72, segundo ele, é suficiente para o produtor comprar semente e adubo e "formar uma lavoura rentável e decente". Mas os produtores deste nível que quiserem usar tecnologia, podem perfeitamente passar para o nível dois ou três.

O coordenador do Proagro no Rio Grande do Sul faz ainda um alerta aos minis e pequenos produtores. O Proagro vai cobrir

prejuízos com granizos e chuvas, mas não as perdas decorrentes da falta de uma adubação adequada na lavoura ou de doenças na raiz da planta, causadas pelo cansaço da terra de tanto acumular trigo sobre trigo. "O Proagro não está obrigando estes produtores a usarem tecnologia, só que ele não vai indenizar perdas ocasionadas pelo não uso da mesma", deixa claro.

## MENOS CRÉDITO

Sholl faz ainda uma outra advertência: o banco não vai admitir crédito em área cheia de trigo. E diz mais ainda: o produtor que plantar trigo financiado e trigo por conta, será prejudicado na próxima safra. Ele terá, automaticamente, seu crédito reduzido. "Não adianta, diz, o banco financiar apenas parte da área e o produtor continuar plantando por conta. O que se quer é implantar de uma vez a rotação de culturas para se obter maiores rendimentos, já que comprovadamente, ela tem se mostrado eficiente no combate as doenças da raiz do trigo".



É grande a procura de custeio para a lavoura de trigo no Banco do Brasil de Ijuí

Além do trigo, o banco também estará financiando apenas um terço da área — para produtores da região das Missões — para as culturas de aveia, centeio e triticle. O restante da área deverá ser ocupado pela colza, azevém, linho e lentilha.

## A PROCURA

Na agência do Banco do Brasil de Ijuí, a procura por financiamento para a lavoura de trigo, principalmente depois que caiu fora a correção monetária e o juro ficou em seis por cento ao ano, está sendo grande. A agência chega a atender 100 produtores em apenas um dia solicitando crédito para o trigo. Até o final do mês de abril, a agência de Ijuí já havia financiado em torno de 15 mil hectares de trigo, atingindo mais de um mil produtores da região. O Banco vem financiando apenas um terço da área.



Sholl: mais rigor

# Proagro com mais rigor

O Proagro também está mudando e adquirindo arde de mais rigor. O Conselho Monetário Nacional aprovou, no início do mês de março, as novas regras de cobrança dos adicionais de Proagro, valorizando a assistência técnica. O adicional a ser cobrado continuará de acordo com o número de indenizações recebidas pelo agricultor nos últimos três anos e com o percentual de cobertura desejada. (Ver tabelas ao lado).

Os agricultores que contratarem crédito de custeio ou investimento com assistência técnica ficarão enquadrados na tabela um e sujeitos a um adicional menor, já que o risco da lavoura também será menor na medida em que estiver empregando tecnologia adequada. Por exemplo: se um agricultor quiser obter 100 por cento de cobertura de Proagro na sua lavoura e, ainda não teve nenhuma indenização nos últimos três anos, pagará, na hora da contratação do financiamento, uma taxa de três por cento. Mas se ele já recebeu uma indenização, nesse mesmo período, a taxa a ser cobrada será de cinco por cento.

Um outro exemplo para clarear melhor a questão. Caso o produtor queira obter apenas 80 por cento de cobertura do Proagro e não pegou indenização nestes últimos três anos, pagará um adicional de um por cento. Se já pegou uma indenização, o adicional a ser pago será de dois por cento sobre o valor total do financiamento.

## MAIOR RISCO

Os agricultores que contratarem crédito de custeio ou investimento sem assistência técnica, estarão sujeitos ao pagamento de adicionais mais elevados, já que os riscos também serão maiores. Voltando a exemplificar: vamos supor que um produtor queira obter 100 por cento de cobertura do Proagro para a sua lavoura. Se ele não teve nenhuma indenização nos últimos anos, pagará um adicional de cinco por cento. Se ele já pegou duas indenizações, pagará um adicional de 18,50 por cento.

Os minis e pequenos agricultores não serão obrigados a recorrer a assistência técnica para fazer suas lavouras, no entanto, deverão ficar enquadrados na tabela 1 e beneficiados com o adicional de três por cento, caso não tenham recebido nenhuma indenização de Proagro nos últimos três anos. Eles só serão obrigados a apresentar projeto de assistência técnica na hora da contratação do financiamento, caso tenham pego duas indenizações de Proagro nos últimos três anos.

Outra novidade do Proagro: a partir desta safra, se for constatada alguma irregularidade na lavoura, como falta de adubação, detectada pela assistência técnica, a lavoura não terá cobertura do Proagro. O próprio banco não vai esperar que aconteça perdas na lavoura para eliminá-la do direito ao seguro agrícola. O produtor perde o direito ao Proagro no exato momento em que deixar de seguir as recomendações.

TABELA I — CRÉDITOS DE CUSTEIO OU INVESTIMENTO COM INTERVENIÊNCIA TÉCNICA

Nº de indenizações (1)	Limite de Cobertura do Crédito + CM (2) + RP (3)			
	0 Adicional	1 Adicional	2 Adicional	3 Adicional
Até 80%	1,00	2,00	7,50	11,00
Até 90%	2,00	3,50	10,00	15,00
Até 100%	3,00 (4)	5,00 (4)	12,50 (4)	18,50 (4)

TABELA II — CRÉDITOS DE CUSTEIO OU INVESTIMENTO SEM INTERVENIÊNCIA TÉCNICA

Nº de indenizações (1)	Limite de Cobertura do Crédito + CM (2) + RP (3)			
	0 Adicional	1 Adicional	2 Adicional	3 Adicional
Até 80%	2,00	3,00	11,00	11,00
Até 90%	3,50	6,00	15,00	15,00
Até 100%	5,00 (4)	8,00 (4)	18,50 (4)	18,50 (4)

(1) Número de indenizações ao mesmo ou a outro mutuário, nas três últimas safras ou ciclos referentes à mesma exploração, no mesmo imóvel, ainda que em instituições financeiras diversas.

(2) CM — correção monetária

(3) RP — recursos próprios

(4) 2% no caso de custeio de lavouras de:

— algodão, arroz, mamona, mandioca, milho e sorgo da safra agrícola de 1986 da Região Nordeste e do Território Federal de Roraima;  
— amendoim e feijão, em todo o território nacional.

# Centralizar os trabalhos

A centralização dos trabalhos de avaliação e acompanhamento da cultura da colza na área de ação da Cotrijuí, Região Pioneira, foi sem dúvidas, uma das decisões mais importantes tomadas durante a 6a. Reunião Anual de Programação de Pesquisa e Assistência Técnica da Colza, realizada em Ijuí, nos dias 2 e 3 de abril. Essa reunião vem sendo realizada todos os anos e tem como objetivo fazer uma avaliação do comportamento da cultura no Estado.

A 6a. Reunião Anual da Colza contou com a presença de pesquisadores da Embrapa de Passo Fundo; do Instituto de Pesquisas Agronômicas - Ipagro -; da Fecotriço; de professores da Fidene/Unijuí; de agrônomos ligados ao departamento de Inspeção de Sementes e Mudas da Secretaria da Agricultura do Estado; do Centro Nacional de Terras Baixas de Pelotas e de agrônomos e técnicos agrícolas da Cotrijuí na Região Pioneira. Também marcou presença na reunião o coordenador Nacional de Pesquisas em Energia, Humberto V. Richter, de Brasília. A grande novidade foi a presença de produtores que, pela primeira vez puderam participar de uma reunião técnica sobre colza e relatar as suas experiências, dificul-

dades e expectativas em relação a cultura.

## ESTRUTURA PRONTA

Para Roberto Carbonera, agrônomo da Cotrijuí na Região Pioneira e coordenador da reunião, a decisão de centralizar os trabalhos com a colza na região da Cotrijuí tem a ver com a experiência já adquirida por muitos produtores que há vários anos, praticamente desde que a cultura foi introduzida no Estado, vêm se dedicando ao seu cultivo. "Por outro lado, ressalta o agrônomo, a Cotrijuí já tem pronta toda uma estrutura de recebimento, de armazenamento do produto e de assistência técnica".

As lavouras de colza da região serão conduzidas e acompanhadas por pesquisadores e extensionistas das instituições que formam o Comitê Estadual da Colza. Serão áreas de observação para os agricultores, que poderão receber maiores informações sobre os resultados da cultura através de "dias de campo". "O objetivo fundamental é formar um espaço de localização da cultura da colza do Estado", observa Carbonera.

## OS TRABALHOS

Os trabalhos apresentados durante a reunião trataram de três questões específicas: melho-

ramentos, melhor época de aplicação do Nitrogênio e colheita. Um trabalho que vem sendo realizado há quatro anos pelas instituições de pesquisa mostrou que existem variedades com potencial de rendimentos superior até em 20 por cento se comparada com a testemunha CTC-4. Conhecida como Niklas, essa variedade é originária da Suécia e foi introduzida no Estado pela Cotrijuí. Não vem sendo recomendada para plantio pela simples razão de que ainda não existe semente disponível. Além desta variedade também existem outras linhagens bastante promissoras como a CTC-8 e a CTC-614, as duas selecionadas pela Cotrijuí no Centro de Treinamento e as PFB-8203 e PFB-8301, selecionadas pelo Centro Nacional de Pesquisa do Trigo.

Estas variedades estão sendo testadas em oito locais diferentes do Estado na intenção de melhor avaliar o desempenho da cultura. Além desse trabalho existe um outro que vem sendo feito pelas instituições: o de seleção e introdução de novas variedades no Estado.

A melhor época de aplicação do Nitrogênio em cobertura, foi outro assunto debatido entre os pesquisadores. Um trabalho

conduzido pela Embrapa e Ipagro comprova que melhores rendimentos têm se obtido quando o Nitrogênio é aplicado 40 dias após a sementeira, ou seja quando a planta apresentar quatro folhas verdadeiras. Com esse trabalho, as duas instituições constatarem um rendimento de 23 por cento superior a recomendação anterior, que aconselhava a aplicação do Nitrogênio em cobertura logo no início da emissão da haste floral, ou seja, 70 dias após a sementeira.

No que diz respeito a colheita, a Embrapa de Passo Fundo vem desenvolvendo uma máquina que sega e enleira a planta e uma outra que recolhe os grãos para a trilha. É um trabalho ainda em andamento, mas que se concluído, deverá, certamente, servir para diminuir as perdas na lavoura, por ocasião da colheita.

## A EXPERIÊNCIA

Os produtores que estiveram presentes a reunião e que se dedicam a cultura da colza também deixaram a sua contribuição. São eles, na verdade, quem cultivam a cultura e que sabem definir mais exatamente seus problemas e incertezas. No final ficou uma contribuição relevante: a experiência tirada da própria lavoura. E foi contando suas experiências, que o agricultor Zeno Foletto da localidade de

Dr. Bozano, em Ijuí disse que se a colza for colhida após as 18 horas do dia, as perdas podem diminuir para 5 a 10 por cento, mantendo, inclusive, o produto na umidade adequada para semente e armazenagem: entre 9 a 10 por cento.

## MOTIVO DE EXPANSÃO

Depois de tanto se falar em manejo, colheita, novas variedades e rendimento da colza, não se poderia deixar de lado um outro assunto que também é muito importante, principalmente para quem faz da colza mais uma opção para a lavoura de inverno: a comercialização. Quem falou sobre o assunto foi o diretor de Operações e Comercialização da Cotrijuí na Região Pioneira, Clóvis Rorato de Jesus. As perspectivas de comercialização da colza, embora o Brasil não tenha tradição na exportação do produto, são muito boas, podendo chegar até 15 mil toneladas anuais. A nível interno - a colza é empregada para alimentação de pássaros e na fabricação de óleos - o consumo anual anda por volta das três mil toneladas. "Realmente, deixou claro Clóvis de Jesus, a comercialização não é um fator limitante para a expansão da área de colza no país, que poderia, inclusive, crescer de cinco a 15 mil hectares".

## ONDE A SUA SAFRA É SEMPRE BEM TRATADA



Durante todo o ano a Cotrijuí presta total apoio ao produtor rural. Por isso, na hora de comercializar a sua produção, não abra mão de quem oferece maior segurança. Lembre-se: safra entregue aos cuidados da Cotrijuí é safra que reverterá em maiores benefícios para você.



COTRIJUI

Nada substitui a força da união

# O azar da soja precoce

Não bastasse a seca que se arrastou de outubro até meados de janeiro, impedindo o desenvolvimento normal das plantas e trazendo perdas irreparáveis para a lavoura de soja, os produtores gaúchos tiveram ainda de amargar os prejuízos ocasionados pela chuvarada que caiu bem na época da colheita da soja precoce. Raquíticas e com vagens bem próximas ao chão, as variedades de ciclo precoce, principalmente as plantadas dentro do período normal e, portanto, as mais atingidas pela seca, foram as que mais sofreram com o excesso de chuvas. Prontas para serem colhidas ou em fase de maturação, elas foram pegadas em cheio pelas chuvas, chegando, inclusive, a apresentar rebrote nas vagens.

Muito mais em função das secas do que das chuvas que caíram persistentemente em todo o Estado na primeira quinzena do mês de abril, o Rio Grande do Sul vai colher neste ano uma safra minguada. Serão colhidos nesta safra 13 por cento a menos de arroz — pouca coisa mais que 2,8 milhões de toneladas; 42,68 por cento a menos de feijão — apenas 80.125 toneladas; 41,94 por cento a menos de milho — o equivalente a pouco mais de 1,90 milhão de toneladas; 22,88 por cento a menos de soja — 3,68 milhões de toneladas e quatro por cento a menos de sorgo — 122.390 toneladas.

## MUITA QUEBRA

Tanta chuva assim no início da colheita só poderia resultar numa consequência: quebra na produção e na qualidade das sementes das variedades precoces. O produtor com medo que voltasse a se repetir os prejuízos de 1983, tratou logo de colher a soja, mesmo que ainda não estivesse no ponto de colheita. "A chuva, diz Alberto Parenti Filho, agrônomo

e gerente de Operações da Cotrijuí, pegou algumas lavouras na hora da colheita, resultando na entrega de algum produto já chuvado". A soja colhida na estiada da chuva, apresentou alto teor de umidade, muita terra misturada e uma porcentagem bastante alta de impurezas. "Como as plantas estavam muito baixas, pois não tiveram tempo nem condições climáticas para se desenvolver, o produtor fez a colheita com a plataforma da máquina tão rebaixada, que no meio dos grãos veio terra misturada", conta Parenti Filho. E como não queria perder tudo na lavoura, o produtor nem chegava esperar o ponto ideal de maturação e já estava fazendo a colheita.

## AS CHUVAS

Apenas nos 15 primeiros dias de abril deste ano, o índice pluviométrico registrado em Ijuí, alcançou 295 milímetros, sendo que deste total, 195 milímetros caíram nos 10 primeiros dias do mês. No ano passado, durante todo o mês de abril, o nível de chuvas alcançou 189,7 milímetros. No mês de março deste ano, o índice pluviométrico chegou a 222 milímetros contra os 215 milímetros caídos no mesmo período de 85.

## PIOR PARA SEMENTE

Os maiores prejuízos, na verdade, estão sendo computados para a produção de semente das variedades precoces. "O produtor não esperou que o grão atingisse o ponto certo para semente, diz Francisco Tenório Falcão Pereira, agrônomo responsável pelo setor de produção de Sementes da Cotrijuí, na Região Pioneira, admitindo desde já uma redução na disponibilidade de sementes precoces para a formação da próxima lavoura, bem como na sua qualidade.

Nesta safra as variedades precoces



A soja precoce foi a mais prejudicada pelas chuvas

ocuparam 44 mil hectares de um total de 296 mil hectares plantados com soja na Região Pioneira da Cotrijuí. A quebra — apenas com a semente precoce — deverá ficar em torno de 50 por cento. A Cotrijuí estimava colher só na região 100 mil sacos de semente precoce, mas, no entanto, foram colhidos apenas 50 mil. Provavelmente, comenta ainda Francisco Pereira, o nosso recebimento de semente, previsto para 400 mil sacos, fique prejudicado". A estimativa, segundo o agrônomo, é receber, depois das chuvas, 300 mil sacos.

Afora a soja chuvada, que não chegou a ter representatividade, e os grãos chochos, o excesso de chuvas propiciou o aparecimento de muitas doenças, como as fúngicas e a mancha purpúrea, atingindo principalmente as variedades Bragg e IAS-4. O ataque, principalmente das doenças fúngicas, deverá reduzir a qualidade das sementes.

## MELHORANDO

Depois que passou a última chuva, a do dia 21 de abril, São Pedro resolveu que também já era hora de dar uma mãozinha para os produtores. De lá para cá, ninguém perdeu tempo. Quem tinha máquina tratou de colher o que estava pronto. Quem não tinha máquina, tirava a soja

da lavoura a braço mesmo. Até o dia cinco de maio, perto de 80 por cento das lavouras na região já estavam colhidas, apresentando um rendimento médio de 1.145 quilos por hectare. A quebra, no final da colheita, contando também os prejuízos da seca, deverá ficar acima de 40 por cento. "Acreditamos, diz o Léo Góti, agrônomo e coordenador do Departamento Técnico da Cotrijuí na Região Pioneira, e o tempo vem ajudando, que ainda possamos atingir o recebimento previsto, principalmente com as variedades de ciclo tardio". A própria qualidade das sementes e mesmo o grão indústria melhorou bastante nas últimas semanas.

Na região de Tenente Portela, onde chegou a cair 450 milímetros de chuva durante o mês de abril, contra os 260 caídos no ano passado, as perdas, apenas com a semente precoce chegam a 80 por cento. "Tudo vai depender agora, dizem Fernando Frota Dillenburger, agrônomo da Unidade e Sérgio Didoné, técnico agrícola, das variedades de ciclo médio e tardio. O recebimento da semente de soja precoce, após as chuvas, ficou reduzido a 6.800 sacos. O resto a chuva transformou em grão industrial, ardido e com mistura de terra.

# Depois da seca, chuva na colheita

"Este ano está sendo pior que o de 83", diz o agricultor Joaquim Vieira Filho, de Coronel Bicaco, que até o dia 20 de abril já tinha perdido 75 por cento da lavoura de soja precoce. Numa área onde esperava colher 3.000 sacos de semente de soja, da variedade IAS-5, conseguiu tirar, a muito custo, 800 sacos, sendo que 250 ainda deram para semente.

Toda essa perda na lavoura, na verdade não aconteceu só em função da chuva. Ele acredita 50 por cento das perdas a seca, que fez com que a planta nascesse mal e "amadurecesse toda desparelha". Na colheita teve de segurar um pouco até o grão ficar no ponto certo para semente. No segurar, começou a chuvarada e o seu Joaquim que divide a sua lavoura entre Coronel Bicaco e Campo Novo, colheu soja brotando. "A minha soja deu 24,5 por cento de podre; 27,5 por cento de impurezas e 18 por cento de umidade".

## NO SOJA TARDIO

Como era uma área toda financiada, o seu Joaquim está depositando toda a sua esperança no soja do tarde, onde espera tirar entre 1.500 a 2.000 sacos para poder pagar o banco. Ainda não fez Proagro, mas já comunicou ao banco que se der algum problema com a lavoura de ciclo tardio, vai ter de recorrer ao seguro.

Toda a lavoura do seu Joaquim foi feita com muito capricho. Numa área onde plantou 200 sacos de soja, ele chegou a colocar 600 de adubo. "Quería me sair bem nessa safra e fechar a colheita com uma média de 60 sacos por hectare, mas até agora só estou tendo prejuízos".

## RECUPERAÇÃO

Para o agricultor Josué Bogado, proprietário de 15 hectares na Vila São Pedro, interior de Coronel Bicaco, esse era para ser o ano da recuperação, mas assim como muitos agricultores, por enquanto ele só vem tendo prejuízos. Entre os efeitos da seca e das últimas chuvas, ele já anda com um prejuízo de mais de Cz\$

40.000,00.

Se não fosse a seca, depois a chuva na hora da colheita, o seu Josué ia conseguir se livrar das dívidas e passar um ano mais aliviado. "Toda a sorte é que tenho milho, que vou colher perto de 60 sacos, arroz, feijão, mandioca, galinha, porco, peixes, que vão me ajudar a passar o ano". A dívida do seu Josué soma ao todo Cz\$ 17.000,00, sendo que Cz\$ 11.000,00 são do financiamento da lavoura e o restante da prorrogação de uma dívida anterior e do crédito de emergência. Agora não sabe o que fazer para pagá-la. "A situação do agricultor anda braba mesmo. Sei que as minhas terras não estão produzindo bem por falta de calcário, mas com que cara, devendo do jeito que estou, vou entrar no banco e pedir financiamento? Tenho que continuar assim até a situação melhorar", diz ele.

Seu Josué começou mal desde o início da safra. Primeiro plantou a variedade Paraná muito cedo. A planta não chegou a desenvolver direito e já estava florescendo. Os grãos são ralos nas vagens. Nessa área onde ele colheu, à braço, 54 sacos de soja meio podre, já tirou anos atrás, 200 sacos da variedade BR-2. Um feijão que tinha plantado numa várzea — 80 quilos — nem chegou a sair da lavoura. A chuva fez sozinha toda a colheita.

## GANHAR TEMPO

A lavoura de soja do seu Valdir Furini, proprietário de 19,7 hectares na localidade de Braço Forte, Tenente Portela já estava no ponto e ele ainda não tinha conseguido uma máquina para fazer colheita. "Por enquanto, diz, estou ganhando tempo e colhendo a braço mesmo". Conta que colheu 125 sacos de soja, úmido e de má qualidade, porque a chuva tem atrapalhado. "O problema do agricultor que não tem máquina é ficar sempre na dependência do vizinho que primeiro tem de fazer a colheita da sua lavoura".

Se o tempo tivesse corrido bem na hora



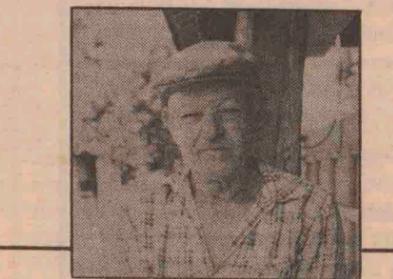
Joaquim Vieira



Valdir Furini



Josué Bogado



Armando Schepp

da colheita, seu Valdir ia tirar uns 600 sacos de soja, mas agora não sabe se tira 450, sem falar na semente que se foi. Ele conta que quando começou a colher a soja já começava a brotar. "As vagens que ficam perto do chão, estavam com brotos e as localizadas na parte superior da planta, estavam podres. Só se salvaram aquelas que ficam pelo meio da planta e ainda bastante ralas de grãos". Plantou as variedades IAS-4, Bragg e no meio do milho a Santa Rosa, que recém agora começava a secar. "A minha esperança é tirar alguma semente de soja tardio".

O seu Armando Schepp, de Lajeado Bo-

nito, também Tenente Portela e proprietário de 50 hectares de terra, onde planta junto com três filhos acha que não vai ter grandes prejuízos com as chuvas que caíram. Colheu uns 300 sacos da variedade IAS-4 e Bragg, antes do início das chuvas. Outro tanto ele colheu depois da chuva, um pouco estragado e apresentando muita umidade. Toda a colheita vem sendo feita manual, pois ele também não tem máquinas.

Seu Armando espera fechar a colheita com uns 700 sacos de soja. Como não faz lavoura financiada, acha que vai se sair bem nessa safra, apesar dos estragos da seca e da chuva.

# Poucas perdas na lavoura de arroz

Apesar da ameaça do excesso de chuva que caiu na primeira quinzena do mês de abril, inundando muitas lavouras de arroz localizadas na região Fronteira-Oeste do Estado, os prejuízos não chegaram a ser alarmantes. De acordo com a Fearroz, a Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul, as chuvas não chegaram a atingir mais do que 10 por cento da safra gaúcha de arroz, que na ocasião ainda se encontravam em fase de floração e início de granação. São nestes dois estágios que as lavouras de arroz precisam de condições climáticas favoráveis para o bom desenvolvimento dos grãos.

Mesmo que não tenha trazido grandes prejuízos para a lavoura de arroz, a chuva foi responsável pelo atraso na colheita, que com a volta do bom tempo, prosseguiu normalmente. Nesta altura do mês é bem provável que a colheita já esteja quase toda concluída. A produtividade média, apesar da seca e das chuvas, vem sendo considerada muito boa, a tal ponto, que o próprio presidente da Fearroz, Homero Guimarães, começa a alimentar a esperança de que a safra atinja 2,9 milhões de toneladas, em vez dos 2,8 milhões que vinham sendo anunciados. Em 1985 a produção de arroz do Estado atingiu 3,2 milhões de toneladas. A quebra prevista para esta safra poderá ficar ao redor dos 13 por cento.

## POUCAS PERDAS

Na região de Dom Pedrito, onde os produtores plantaram 23 mil hectares de arroz, as chuvas não chegaram a afetar as lavouras. Poucas foram as lavouras que tiveram problemas de inundações — em torno de cinco — ocasionando, segundo Aedmar Rosso, agrônomo do departamento técnico da Cotrijuí na regional de Dom Pedrito, uma quebra que poderá ficar em torno de cinco por cento. O grão não chegou a ser afetado pelas chuvas, sendo que o produto que vem sendo colhido é de boa qualidade. A meta de recebimento de semente, de 65 mil sacos, vem sendo atingido pela Cooperativa naquela região.

Com relação a outras cul-

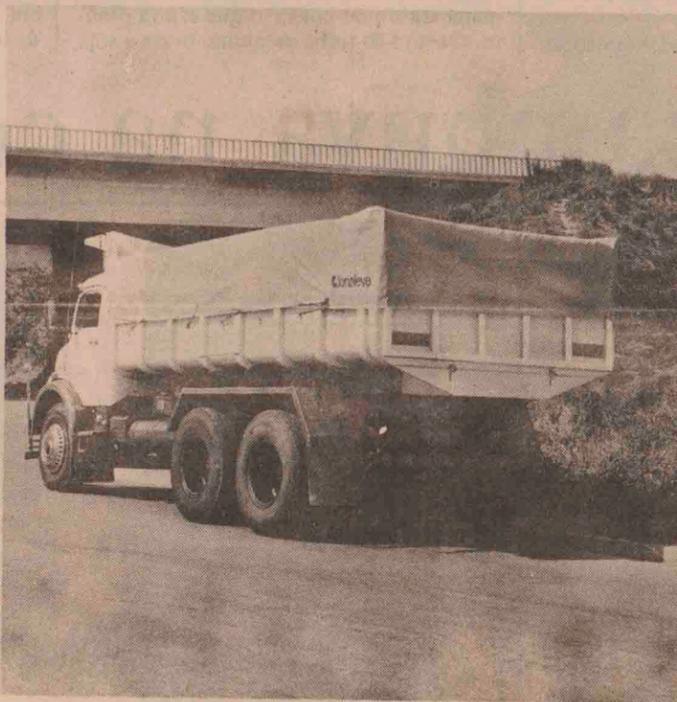
turas como a soja e o sorgo, Rosso diz que não houve maiores prejuízos, e as lavouras colhidas até início de maio vinham mantendo a média de produtividade do município. A estimativa de

quebra do município para a soja, em função da seca, é de 20 por cento.



Os prejuízos com as chuvas na lavoura de arroz foram pequenos

## Lonaleve



## COBRE MAIS E CUSTA MENOS.

Lonaleve é a lona sintética que, como o próprio nome já diz, respeita quem tem que pegar no pesado: é leve, fácil de manusear e lidar. E além de leve é muito mais resistente que os chamados "filmes plásticos", dura mais tempo e em caso de furo ou rasgo pode ser reparada sem problemas.

Lonaleve cobre a sua safra, o adubo, protege o trator e a colheitadeira, é ideal para fazer silo-trincheira

e até para cobrir carga em caminhões basculantes. E depois de usada pode ser guardada sem problemas até molhada porque nunca mofa.

Lonaleve é a alternativa mais barata e prática para a agricultura. E com uma vantagem que não tem igual: Lonaleve dá toda a cobertura ao agricultor e a qualidade Alpargatas dá toda a cobertura à Lonaleve.

Produzido na Zona Franca de Manaus



**COTRIEXPORT**

**CORRETORA DE SEGUROS LTDA.**

Representa tranquilidade contra as incertezas do dia-a-dia

Em Ijuí: Rua das Chácaras 1513 fone: 332-3765 ou 332-2400

Dois meses depois do anúncio do Programa de Estabilização Econômica, a reação dos produtores sul-mato-grossenses é de muito otimismo, porém com cautela, porque pouca coisa já definida pelo pacote diz respeito à agropecuária. Se esperava, com o pacote, um aquecimento dos negócios imobiliários, mas eles estão em banho-maria em função da elevação dos preços das terras. Se esperava também uma corrida às revendas de máquinas e implementos agrícolas, que de fato aconteceu mas sem significar ainda um grande número de negócios concretizados. Levantamento feito entre os dias 14 e 18 de abril, pelo correspondente Carlos Bindé, mostra que os produtores de Mato Grosso do Sul estavam à espera do pacote para a agricultura para então definir o que farão em termos de investimentos, ou comprar terras ou melhorar sua capacidade de produção.

Por Carlos Bindé



# Otimistas, mas nem tanto

No Mato Grosso do Sul, o produtor só vai investir depois de ter definições

A definição de uma política permanente para o setor pecuário, de forma a se evitar as freqüentes desestabilizações tanto do mercado quanto dos próprios criadores; a execução de uma política de estoques reguladores; o incremento da pecuária leiteira; a abertura de linhas de cré-

dito para investimentos no setor; e a implantação de programas de combate a febre aftosa em todos municípios do Estado. Essas são algumas das reivindicações dos pecuaristas do Estado ao Governo Federal.

Ao discursar por ocasião da visita

do presidente José Sarney a Campo Grande, o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Flávio Derzi, enfatizou que o Estado possui hoje o terceiro maior rebanho bovino do País, e manifestou sua confiança em que este novo tempo — o do cruzado —

seja seguido por medidas corajosas, que dêem maior tranquilidade ao setor.

Para a pecuária leiteira, mais afetada pelo "pacote", os pedidos constantes de documentos entregue ao presidente José Sarney e ao ministro Íris Rezende, da Agricultura, são de crédito preferencial aos produtores, mais créditos às cooperativas, subsídio ao consumo, construção de mais postos de resfriamento, entre outros.

Flávio Derzi manifestou ainda a confiança dos criadores de Mato Grosso do Sul com o "pacote", garantindo total apoio às medidas que vierem a beneficiar a produção de modo geral e, em especial, a agropecuária do Estado.

## TERMINAÇÃO

De outra parte, o programa de terminação de bovinos no período da entressafra mantido pela Cotrijuí junto a associados de Maracaju depende muito mais do otimismo dos criadores em continuá-lo que propriamente das condições criadas pelo "pacote" econômico. A terminação de bovinos na entressafra teve no ano passado atrativo especial: os preços, quando da comercialização, praticamente haviam triplicado, com o que os produtores ganhavam tanto no maior peso dos animais quanto no preço.

Com o "pacote", a situação deve mudar, já que a variação de preço será bem menor — se houver, será em função da baixa da oferta —, deixando como maior ganho o peso obtido pelo animal. Ainda assim, o associado Roberto de Oliveira Silva, irá aderir este ano ao programa, pois tem a esperança de que com a menor oferta haja uma pequena variação no valor pago pela arroba, o que juntamente com o ganho de peso do animal irá compensar os investimentos feitos e apresentar algum lucro.

Lembra que para o consumidor o preço da carne está tabelado em seu valor máximo, enquanto a comercialização com os frigoríficos teve tabelado seu nível mínimo. A diferença entre o preço mínimo de agora e o que vigorar na entressafra será, acredita Roberto, facilmente absorvida pelos frigoríficos, que preferirão ver sua margem de lucro reduzida a ter de suspender suas operações por dois ou três meses.

# Prioridades: solo e irrigação

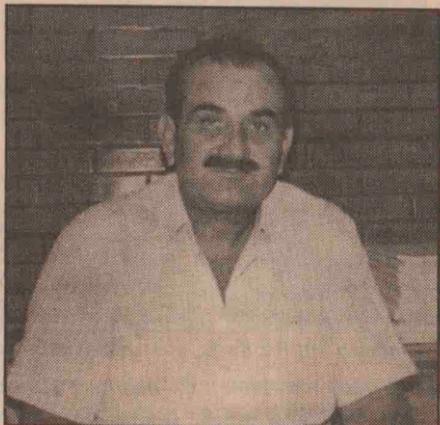
Passados os primeiros dois meses do pacote, a direção da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul tem uma posição firmada a seu respeito: o setor foi esquecido e é o mais prejudicado de todos, porque teve seus preços mínimos congelados quando estavam abaixo dos custos de produção, ainda que tenham sido reajustados.

Para o diretor do Departamento de Agricultura da Famasul, nem mesmo o reajuste para Cz\$ 125,40, caso da soja, cobriu os custos de produção, calculados pela entidade em Cz\$ 130,00 por saca de 60 quilos. Ramão Ney Magalhães diz ser importante para os produtores saberem quanto custa produzir determinada cultura e quanto irão receber pela produção. Hoje, além de não ter seus custos cobertos pelo preço mínimo fixado pelo Governo, o produtor sequer está recebendo este valor de garantia, disse ele, referindo-se ao fato das indústrias estarem pagando apenas Cz\$ 115,00 pelo saco de soja.

O pacote foi, segundo Ney Magalhães, "um verdadeiro AI-5, no bom sentido, sobre a economia", tais as alterações que promoveu, mas entende que "os produtores rurais não podem continuar sofrendo estes prejuízos". Para ele, os valores anunciados pelo Governo para o trigo — tanto o VBC quanto o preço mínimo — já estão dentro da ótica do "pacote", corrigindo distorções hoje existentes para as demais culturas.

## TECNOLOGIA

A direção da Famasul espera que o pacote da agricultura acabe de vez com as



Ney: à espera do pacote específico

indefinições existentes, já que o Programa de Estabilidade Econômica veio mostrar a todos os setores da sociedade brasileira que temos de trabalhar e produzir mais, aumentando a produtividade. De agora em diante, afirma Ney, só vai sobreviver na agricultura quem conseguir maior produtividade, e isto só se alcançará com os produtores lançando mão de moderna tecnologia.

Os produtores de Mato Grosso do Sul precisam, segundo ele, investir muito em dois fatores para garantir esse aumento da produtividade. Primeiro, é preciso garantir a conservação do solo, fator que tem limitado muito a produção em algumas regiões — divisa com Paraná e ao Norte do Estado —, em consequência dos sérios problemas de erosão causados pela não adoção de práticas conservacionistas. Em segundo lugar, os produtores preci-

sam investir mais na irrigação, diminuindo os riscos com a seca, especialmente nos meses de inverno, e propiciando condições para uma maior produtividade.

O dirigente da Famasul reconhece ser preciso muitos recursos para consolidar o uso destas técnicas no Estado, mas manifesta sua confiança no apoio do Governo Federal, que pode se traduzir numa taxa de juros compatível — os 10 por cento que hoje se discute são considerados altos para o setor — e mais adiante no estabelecimento de uma Política Agrícola estável.

## SURPRESAS

Enquanto espera pela divulgação do "pacote da Agricultura", Ney Magalhães diz estar surpreso com o comportamento do mercado imobiliário no Estado. "Se pensava, afirma ele, que com o "pacote" os investimentos iriam se voltar em massa ao setor imobiliário, tanto urbano quanto rural, mas o que se vê hoje é exatamente o inverso". Entre as causas para esta reação negativa do mercado aponta o temor dos investidores em relação a reforma agrária, cujo plano regional foi alterado quando da redação final com a inclusão de novas áreas para fins de desapropriação.

Ney Magalhães diz não ser contrário a reforma agrária, mas entende que ela deve ser harmônica, dentro dos objetivos do plano nacional, que visa assegurar a produção. Isto, entende o dirigente da Famasul, tem levado os investidores para as bolsas de valores e para o próprio setor industrial, deixando de lado, para mais tarde, a compra de terras.

# Terra: pausa nos negócios

Preços subiram em média 50 por cento no MS

Quando todos esperavam a destinação de grande parte dos recursos aplicados no mercado financeiro para o setor imobiliário, especialmente para a compra de terras, eis que o mercado vem apresentando um movimento em baixa. As vendas caíram em até 50 por cento, conforme Antônio Marques, corretor da Financial Imobiliária, empresa que pode ser considerada um termômetro do mercado imobiliário de Mato Grosso do Sul.

Com o pacote, os proprietários sentiram que seus imóveis seriam valorizados e trataram de elevar os preços numa média também de 50 por cento. A variação do preço depende muito da qualidade da terra, mas ainda assim ocorrem algumas distorções: hoje existem proprietários pedindo Cz\$ 20 mil por hectare enquanto o dono de fazenda vizinha pede exatamente o dobro, ou seja, Cz\$ 40 mil por hectare.

O corretor Antônio Marques considera errada essa decisão dos proprietários em aumentar o preço da terra, que antes do pacote variava de Cz\$ 8 a 10 mil por hectare. Os preços, segundo ele, estão fora da realidade do mercado de Mato Grosso do Sul, e devem levar de dois até três meses para que se estabilizem em novo patamar, uma espécie de média entre os preços vigentes antes do pacote e os pedidos hoje pelos proprietários rurais.

Para que isto ocorra, afirma Antônio, é preciso primeiro que assente a poeira levantada pelo pacote para que volte a haver estabilidade no mercado de imóveis, tanto urbanos como, e principalmente, rurais. Esta "poeira" fez com que os recursos tirados do mercado financeiro fossem canalizados para o mercado de ações e as outras boas opções ainda existentes, deixando um pouco de lado os imóveis, o que deve mudar dentro de dois a três meses. "Acontece, explica o corretor, que muita gente ainda não se conscientizou das mudanças introduzidas pelo Programa de Estabilização Econômica e ainda espera que tudo volte a ser como era antes, para então vender o imóvel e voltar a aplicar no mercado financeiro".

## CAUTELA

A retração verificada no mercado imobiliário de Mato Grosso do Sul não difere muito do resto do País. A retração na oferta de terras no Estado de São Paulo é explicada pelos corretores de imóveis como uma consequência imediata da mudança de opinião dos proprietários, que não têm mais onde aplicar o dinheiro da venda.

As terras estão bem valorizadas no Estado mas o preço de venda ainda não representa uma elevação em função do pacote. Na região de Ribeirão Preto, uma das mais valorizadas do Estado, os preços variam de Cz\$ 80 a 90 mil o alqueire, quando há um ano atrás valiam de Cz\$ 15 a 20 mil. Na Média Sorocabana os preços pedidos são praticamente os mesmos, mas sobem muito quando as terras à venda se destinam às culturas de café ou laranja, produtos voltados a exportação. Neste caso, o preço do alqueire varia de Cz\$ 120 a 130 mil ou de Cz\$ 250 mil, dependendo a região do Estado.

A tendência, segundo os corretores de imóveis ouvidos pela Gazeta Mercantil, é de que ocorra uma elevação dos preços a partir do momento em que os negócios imobiliários se normalizarem. Os corretores esperam também uma elevação na

oferta, com muitos fazendeiros preferindo investir o dinheiro da venda de suas propriedades em São Paulo em terras no Mato Grosso, de menor valor.

## PROCURA

A procura por terras em Mato Grosso cresceu muito depois do pacote. Ronan Costa, diretor adjunto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diz que o preço da terra no Estado baixou depois que o Governo anunciou o Programa Nacional de Reforma Agrária, valor este que deve aumentar depois que as imobiliárias passaram a receber uma procura 20 por cento superior, esta sim em função do pacote.

Arnildo Frantz, responsável pelo projeto de colonização da Copercana, informou que o lote variando de 200 a 1 mil hectares tem um preço médio de Cz\$ 723,00, pagos na razão de 30 por cento no ato da compra e o restante em duas parcelas de 35 por cento.

A migração para as novas fronteiras agrícolas, diz Arnildo, intensificou-se no mês de abril e deve aumentar na medida em que se consolidar o pacote econômico.

## CONVIDATIVOS

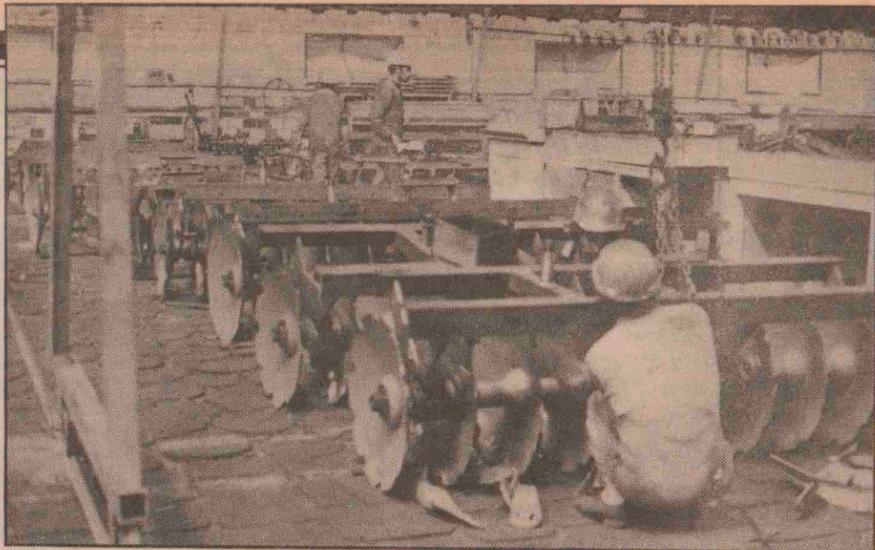
A Bahia é outro Estado brasileiro que apresenta preços convidativos aos interessados em investir em imóveis rurais. O volume de negócios concretizados depois do pacote ainda é pequeno, mas já representa um aquecimento do mercado.

As terras mais baratas estão na região do São Francisco, no Oeste do Estado, onde grandes áreas podem ser adquiridas a partir de Cz\$ 500,00 o hectare. Próximo a Feira de Santana o preço já sobe para Cz\$ 25 mil o hectare, enquanto que as terras mais ao Sul do Estado, onde predomina a pecuária, são as mais valorizadas. Nessa região, o valor do hectare está por volta de Cz\$ 50 mil.

## Promessa de apoio

"O Brasil deve, antes de ser o celeiro do mundo, ser o celeiro dos brasileiros", disse o presidente José Sarney no dia 12 de abril, quando da abertura da 48a. Expogrande, uma mostra que reuniu os melhores exemplares da pecuária de Mato Grosso do Sul. Para o presidente, não é possível que o Brasil continue a ter a fome e a miséria a ameaçar a base social, e assegurou que o trabalho e a produção foram fontes de inspiração do Programa de Estabilização Econômica, hoje uma "ferramenta à disposição de todos para a concretização dos objetivos econômicos e sociais".

José Sarney disse ser preciso fazer com que o campo produza pelo homem e para o homem, porque não é possível que o Brasil continue a ter a fome e a miséria a ameaçar a base social. As ações do Governo, assegurou o presidente, se darão no sentido de assegurar cinco pontos básicos,



Há pedidos para máquinas e implementos. Mas faltam os recursos

## Dependendo do banco

"As perspectivas para o setor de máquinas e implementos agrícolas são as mais favoráveis possíveis". Quem afirma isso é o diretor comercial da Sorama (Sociedade Comercial de Máquinas Agrícolas Ltda.), de Campo Grande, Dimas de Moura Leite, para quem o Programa de Estabilização Econômica permitirá aos produtores a execução de um planejamento seguro dos investimentos necessários ao crescimento da produção agrícola, já que os preços estão congelados.

A procura por máquinas e implementos agrícolas cresceu muito em Mato Grosso do Sul depois do pacote, mas isto ainda não representa um incremento das vendas já que "os produtores ainda estão muito calçados no Banco do Brasil". Se o banco liberar todos os financiamentos solicitados, afim, diz Dimas, as vendas serão grandes.

O diretor comercial da Sorama vê com bons olhos o Programa de Estabilização Econômica do governo pois todos os setores, especialmente a agropecuária,

foram beneficiados pela queda dos juros e o congelamento dos preços. E foi justamente a queda dos juros que permitiu às indústrias deflacionarem seus preços, tirando os juros embutidos e reduzindo os preços das máquinas e implementos, redução esta repassada aos compradores.

Embora a situação esteja ainda um tanto indefinida para o lado da agropecuária, o diretor da Sorama lembra que o presidente José Sarney garantiu quando de sua visita a Campo Grande que os produtos básicos terão total apoio do governo. E isto já deve começar pelo trigo, cujo plantio já foi iniciado em algumas regiões do Estado, com o que espera assegurar uma maior participação da empresa no mercado de máquinas e implementos.



Dimas Leite



Ministro Íris Rezende, governador Wilson Martins e presidente Sarney

que são: terra aos trabalhadores, estocagem, educação, saúde e previdência.

O presidente assegurou também que a agricultura é o caminho pelo qual passa o fim da miséria, com o que garantiu total apoio do Governo para o aumento da produção agrícola, tendo manifestado a opinião de que a questão do aumento da produção e da distribuição de alimentos só se solucionará com uma reforma agrária justa e que garanta a produção.

## URGÊNCIA

O ministro da Agricultura, em entrevista coletiva, disse que os maiores problemas, no Mato Grosso do Sul estão relacionados com a estocagem da safra, situações que tenta resolver através de programas de emergência. Íris Rezende garantiu porém que o Governo está preocupado em estabelecer uma política permanente para o setor primário, política esta que deverá estimular o aumento da produção

de grãos.

Com relação a pecuária leiteira, bastante prejudicada com o Programa de Estabilização Econômica por estar com seus preços defasados, o ministro assegurou que dentro de no máximo dois meses serão anunciadas medidas emergenciais de apoio aos produtores. Íris Rezende anunciou ainda que dentro de no máximo seis meses a pecuária leiteira terá atendida uma de suas maiores reivindicações, com a adoção de um programa definitivo que vise não apenas o aumento da produção mas também a melhoria da qualidade do rebanho e, de outro lado, garanta o abastecimento.

Na entrevista, o ministro assegurou a execução de um programa de combate a febre aftosa em todos municípios de Mato Grosso do Sul, já que a doença se constitui em sério obstáculo ao desenvolvimento da pecuária no Estado.

# Gaúchos na fila

Plano Regional ficou na gaveta em Brasília

O Rio Grande do Sul terá que esperar na fila a sua vez de iniciar a implantação da reforma agrária. No dia 2 de maio, o presidente José Sarney assinou os sete primeiros planos regionais, mas deixou de fora os gaúchos, numa decisão que já era esperada nos últimos meses. A exclusão do Estado frustra a expectativa dos agricultores sem-terra, que poderiam ter este ano uma data para comemorar: o dia 25 de maio, quando — no ano passado, em Brasília —, Sarney anunciou o lançamento do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária.

Os sete Estados onde a reforma será iniciada são estes: Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os planos prevêem o assentamento de pouco mais de 45 mil famílias, em 1 milhão e 700 mil hectares, durante este ano. As terras para assentamento serão indicadas por uma comissão, formada por três representantes dos trabalhadores rurais, três dos proprietários, um do Incra, um da secretaria estadual da agricultura e um das escolas rurais de cada Estado. A decisão final sobre desapropriações ficará com o presidente Sarney.

## ACAMPAMENTO

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, admitiu que a definição dos primeiros planos obedeceu critérios técnicos e também políticos. Foi assim que o Rio Grande do Sul ficou fora deste primeiro lote, pois se

concentra aqui uma das mais fortes resistências à implantação da reforma. Também não surpreende que estados como São Paulo e Minas — com forte peso dos grandes proprietários rurais — tenham sido excluídos, ficando igualmente na fila.

As dificuldades encontradas no Estado são tantas, que o governo não conseguiu nem mesmo cumprir com o prazo de 30 de abril, para definição de uma área onde seriam assentadas as 2.500 famílias acampadas desde outubro na Fazenda Anonni, em Sarandi. No dia 1º de maio, diante do silêncio do Incra, 2 mil agricultores (a maioria acampados do Anonni) armaram barracas diante da sede do Instituto, em Porto Alegre, para protestar contra a indiferença das autoridades.

## CAUTELA

Na verdade, não só os acampados terão que esperar. O próprio Nelson Ribeiro anunciou, antes da assinatura dos planos regionais pelo presidente, que o Rio Grande do Sul exigiria tratamento especial. Ribeiro tratou da situação do Rio Grande do Sul inclusive com o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Ficou claro, depois disso tudo, que o governo decidiu agir com cautela, para não alvoroçar os ânimos dos que se posicionam contra a reforma no Estado. Afinal, até a TFP (Tradição Família e Propriedade), uma entidade de extrema direita, voltou em abril a pregar o uso de armas contra os sem-terra, no caso de invasões.

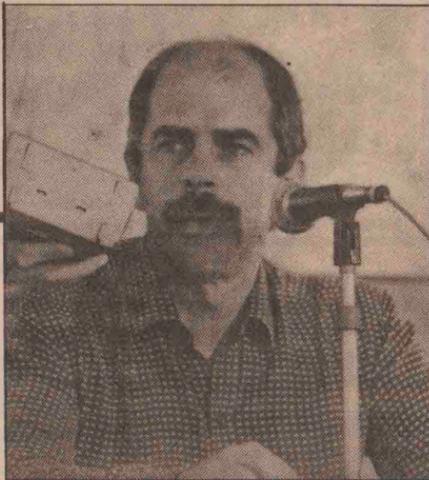


Agricultores sem-terra acampam diante da delegacia do Incra

O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Ari Faria Marimon, havia anunciado, também em abril, que a entidade não aceitaria a assinatura do plano regional do Estado sem ser antes consultada. O governo recuou, mesmo que não seja segredo para ninguém que as áreas improdutivas já haviam sido identificadas pelo Incra no Rio Grande do Sul. Agora, se anuncia que o Instituto vai recorrer a fotografias de satélites, para saber onde há terras ociosas no Estado.

## INCRA

A frustração provocada pelo lançamento de apenas sete planos regionais foi



"De cada cinco migrantes, só um fica"

de se fixar o produtor em seu próprio meio.

**Cotrijornal** — De acordo com essa opinião, deixam de ser prioritários os projetos de colonização. Como o sr. vê então, hoje, a transferência de produtores para a Amazônia, por exemplo?

**Ruben** — Na atual situação é um absurdo. O custo social disso é muito elevado. A história nos mostra que de cada cinco migrantes, três morrem, um volta e um fica. Provavelmente, a ocupação da nova fronteira agrícola se dê dentro de uma visão mais empresarial, não com o pequeno produtor, mas com o grande empresário.

O Grande empresário tem melhores condições para cumprir essa função numa região que é deficiente em termos de recursos sociais, escola, saúde, estradas e infraestrutura. É provável então que o trabalho de pioneirismo de ocupação de novas áreas seja muito mais uma tarefa do grande produtor capitalizado, do que do pequeno produtor descapitalizado.

**Cotrijornal** — Mas nesse caso ficamos diante de um impasse. Fica difícil ocupar áreas distantes com pequenos agricultores ou sem-terra, e ao mesmo tempo fica também difícil realizar a reforma agrária aqui mesmo, no Estado.

**Ruben** — Mas a própria melhoria das relações de trabalho no campo e o desenvolvimento de uma agricultura mais diversificada vão também significar a ocupação de um grande contingente de mão-de-obra no meio rural. Porque não significa simplesmente a entrega da terra, mas também o acesso a oportunidade de tra-

complementada com outra informação divulgada no início de maio. A imprensa descobriu que o presidente Sarney havia convidado o agrônomo Pedro Dantas, presidente do Instituto Baiano de Fomento, para a presidência do Incra. Dantas, que foi secretário da Agricultura de Brasília, anos atrás, não goza da simpatia da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Segundo José Francisco da Silva, presidente da entidade, o agrônomo é lembrado por suas ligações com grileiros e pela perseguição a posseiros em Brasília.

O presidente Sarney teria anunciado o nome de Dantas, antes de viajar a Portugal, no dia 2 de maio, para medir a repercussão da escolha. Sarney viajou e o nome do baiano só foi confirmado no dia 5, pelo ministro Nelson Ribeiro. Além dele, outros quatro nomes estavam cotados, entre os quais o de Ruben Ilgenfritz da Silva, ex-secretário geral do Ministério da Agricultura.

balho, que também é um componente que deve ser considerado.

Na medida em que as propriedades se diversificam e desenvolvem atividades que vão exigir maior quantidade de mão-de-obra, nós estamos cumprindo com uma das funções de revisão da estrutura fundiária, que é a fixação desse produtor no nosso meio. É a qualificação da mão-de-obra rural, é o melhor aproveitamento das máquinas, a verticalização da atividade.

Os nossos índices de produtividade por área ainda são baixíssimos, e para que isso seja superado é preciso qualificação da mão-de-obra. Então, eu acho que não se trata só de entregar terra, mas também de estabelecer de forma clara as relações de trabalho no campo.

**Cotrijornal** — O ex-presidente do Incra, José Gomes da Silva (demitido em outubro do ano passado) deixou o cargo dizendo que a reforma agrária não sai, porque o instituto não tem poder de decisão. Ele também denunciou muitas interferências estranhas. Como o sr. encara isso?

**Ruben** — Eu acho que em qualquer atividade onde há grandes interesses, e interesses que às vezes são conflitantes, tudo depende muito das representações classistas em relação a isto. O Incra, com sua postura em relação à reforma agrária, encontrou uma grande organização da classe patronal, que procurou direcionar o processo a seu modo, a seu gosto, e não encontrou uma contrapartida do mesmo nível daqueles que necessitam da revisão da estrutura fundiária.

Isso mostra a necessidade de uma reformulação ou de um aprimoramento e qualificação ainda maiores das representações classistas. Elas precisam deixar de ser simplesmente objetivas precisam ser bastante substantivas. Precisamos também nos redimensionar dentro da nossa realidade, para saber até que ponto e até onde podemos chegar nisso. É a discussão da sociedade que vai delimitar esses parâmetros.

## RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA ADMITE:

# Não vai ser fácil

O ex-secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva, era o preferido do ministro Nelson Ribeiro para a presidência do Incra. Mas Ruben está fora desse páreo, com a escolha do baiano Pedro Dantas para o cargo. Mesmo assim, o Cotrijornal decidiu publicar uma entrevista que realizou em abril com o também ex-presidente da Cotrijuí, quando — entre outras coisas — ele admitiu que não será mesmo nada fácil implantar a reforma no Rio Grande do Sul:

**Cotrijornal** — A implantação do Programa de Reforma Agrária não avançou muito. O sr. acredita que é possível apressar um pouco a execução deste plano?

**Ruben** — Há uma decisão do governo, para assentamento de 150 mil famílias este ano. É uma decisão que deve ser levada a termo, seja pelo uso das terras públicas ou pela desapropriação de áreas não produtivas. O país tem pago um preço muito alto por manter uma estrutura fundiária e uma postura tecnológica, no aspecto produtivo, que induzem o produtor ao processo migratório.

Essa migração alcança hoje as novas áreas agrícolas do país, com problemas muito mais sérios do que aqueles causados nas regiões de origem das pessoas que pouparam essas áreas. Essas regiões são totalmente desprovidas de infra-estrutura, sem estradas, sem armazéns e sem apoio de crédito e de assistência técnica, e transformam esses produtores inclusive em marginais.

A necessidade de revisão na estrutura fundiária se impõe assim como forma de consolidação da própria propriedade privada, como um dos instrumentos políticos e ideológicos do regime que nós, brasileiros, escolhemos, pois nós vivemos

num regime capitalista. Com a revisão da estrutura fundiária não se estará criando dificuldade para o campo. Pelo contrário, o objetivo é o de facilitar a vida do homem no campo. Isso envolve outros componentes, como os problemas previdenciários e as relações de capital e trabalho no campo.

Elas são ainda, sob certo aspecto, profundamente feudais e precisam ter o mesmo tratamento das relações capital-trabalho na área urbana. Não serão todos proprietários, pois há os patrões e há os empregados. O importante é que as relações de trabalho no campo exigem uma visão mais clara, inclusive com uma revisão da legislação que determina o comportamento do capital também em relação ao campo.

**Cotrijornal** — O Rio Grande do Sul seria uma das regiões mais complicadas para a realização da reforma agrária. Como o sr. vê isso?

**Ruben** — O Rio Grande do Sul, teoricamente, é um Estado ocupado, e é evidente que existem dificuldades para desapropriação de áreas, até pela morosidade provocada pela falta do que poderíamos chamar de uma justiça agrária, que seja mais rápida e esteja mais própria da realidade do campo. Este tem sido, sem dúvida nenhuma, um impedimento. Nós temos áreas em que há mais de 10 anos se discute o destino dessas terras, e essa é uma forma de emperrar o processo.

Por outro lado, a visão do processo produtivo faz com que seja mais econômico para a nação e socialmente mais justa a fixação deste produtor no seu próprio meio. Nós não vemos como cumprir esta função sem a desapropriação de áreas improdutivas ou que estejam sendo parcialmente produtivas. Essa seria a forma

# O caso dos marginalizados

Processo de ocupação da terra na região excluiu um desbravador: o caboclo

A ocupação das terras do noroeste do Estado (Alto Uruguai, Planalto Médio e Missões), quase sempre é relembrada a partir do que aconteceu após a colonização pelos imigrantes europeus. Mas como eram antes ocupadas as antigas zonas de campo e de mata que foram sendo desfiguradas pelo crescimento da lavoura e pela modernização no meio rural? O professor Paulo Zarth, da Universidade de Ijuí, está retomando este tema, numa pesquisa que aborda muitas coisas praticamente esquecidas há bastante tempo. O trabalho vai mostrar a forma de ocupação dessas terras, num período que se inicia por volta de 1830 e vai até 1930.

São 100 anos de história que ainda hoje não estão bem contados para a grande maioria da população, e que guardam algumas surpresas. Paulo Zarth mostrará nessa pesquisa como acontece a marginalização no meio rural, ao mesmo tempo em que se dá a ocupação das terras. E um grupo social merece capítulo especial: os caboclos, vistos até agora, por culpa da desinformação, como gente que não se apega à propriedade e ao trabalho. Este estigma, esta fama de que o caboclo é um preguiçoso e andarilho, quase sempre é explicada, na boca do povo, como algo que tem a ver com a raça, com a origem étnica desse grupo.

Paulo Zarth de 28 anos, vai ajudar a enterrar essa fama com um estudo que exige fôlego. O trabalho, que será a sua tese de mestrado em História, na Universidade Federal Fluminense, de Niterói, no Rio de Janeiro, transformou o próprio Paulo num andarilho andando atrás de documentos. Ele já conseguiu papéis importantes



Caboclos foram os primeiros habitantes de Ijuí. Com a colonização, tiveram que abandonar suas terras



Paulo Zarth

## OS GRUPOS

A pesquisa abrange basicamente os municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira das Missões e Soledade, no tempo em que o Estado ainda era a Província de São Pedro. Esses municípios foram aos poucos sendo fracionados, até se dividirem em dezenas de localidades. É nesse território pesquisado que se localizam, no início do século 19, grupos sociais bem identificados: o fazendeiro, o caboclo, o índio e o escravo.

Os fazendeiros ocupavam as áreas de campo, numa época em que o Brasil, já independente, não mais seguia as leis de Portugal para ocupação de terras. Havia sido abandonado o sistema de sesmarias, implantado em 1.534 com as capitânicas hereditárias, e desde 1790 a posse da terra acontecia de forma desordenada no país. Assim é que os fazendeiros, com maior poder, alastravam suas posses, tomando sempre, é claro, os melhores campos.

## AS MULAS

A economia desses proprietários teve como base, durante um bom tempo, a criação de mulas, que eram levadas em tropeadas para os cafezais de São Paulo. O gado era criado solto, em áreas sem cercas, e os escravos constituíam o forte da mão-de-obra das fazendas (veja matéria na página ao lado). "As tropas de mulas saíam de Cruz Alta, passavam por Passo Fundo e seguiam para São Paulo, enfrentando proble-

mas pelo caminho", conta Paulo Zarth. Muitas vezes, os tropeiros eram atacados pelos índios kaingang e guarani. Assustados, os fazendeiros viviam pedindo ao governo que abrisse novas picadas, para se desviassem da rota que passava nas áreas ocupadas pelos indígenas.

Já naquela época os índios pressentiam a ameaça dos brancos e passavam a ser cortejados pelo governo da Província, que procurava organizar os grupos em aldeias, fornecendo ferramentas para a lida na terra. Esse processo de conquista dos kaingang e guarani visava muito mais a preservação dos espaços que os fazendeiros iam conquistando. Afinal, os índios não poderiam atrapalhar a economia da Província, criando obstáculos para o trânsito das mulas em direção às feiras paulistas.

## OS ERVAIS

E o que sobrava para o caboclo? Eles viviam à procura de áreas onde houvesse ervais nativos. "Quando descobriam um erval novo, acontecia uma verdadeira correria", observa Paulo Zarth. O caboclo, uma mistura de português pobre com índios e negros, veio para a região procedente de São Paulo, e sempre esteve à margem do processo de ocupação das terras. Ele sobrevivia da exploração dos ervais públicos, em áreas de mata que não interessavam aos fazendeiros. Perambulavam de um lado pra outro, sempre em função da ervamate, sem nunca tomar posse de fato de um pedaço de chão.

A ervamate era importante para a região ao redor de Palmeira das Missões e Campo Novo, e ali se concentrava um bom número de caboclos. Mas também em Cruz Alta ela pesava bastante, pois representava a principal fonte de receita de impostos do município na metade do século passado. "O caboclo vendia a erva para os comerciantes, e era explorado nesse negócio", diz o pesquisador, lembrando que havia nessa transação quase que uma troca

das folhas pelos mantimentos que o bolcheiro fornecia ao pessoal. A erva gaúcha era de baixa qualidade, em comparação com a produzida no Paraguai, e por isso não se prestava para exportação.

## MARGINALIZAÇÃO

Os caboclos, que também entravam em conflito, nessa perambulação, com os índios kaingang vindos do Paraná para o Rio Grande do Sul, não conseguiriam — mesmo que quisessem — transformar a posse de pedaços de mata em propriedade. Em 1850, quando o governo imperial promulga a primeira lei sobre terras do Brasil, a marginalização é acelerada. A terra passa a ser uma mercadoria, as áreas das fazendas são demarcadas e se definem, enfim, os limites das propriedades.

Leva mais quem pode mais, e o latifúndio se consolida. Os fazendeiros, até então ocupando espaços mais nobres de campos, passam a disputar também as áreas próximas da zona de mata. Na região os conflitos ocorrem principalmente a partir de 1870. Paulo Zarth conseguiu docu-

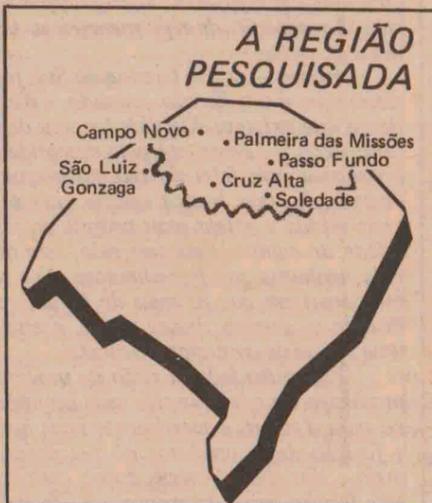
mentos sobre litígios em torno da posse de áreas, que foram parar na Justiça. "O caboclo, quando conseguia registrar uma terra em seu nome, era logo contestado por um fazendeiro, que reclamava a propriedade da mesma fração", diz o pesquisador. Nessa briga, o perdedor era quase sempre o mesmo: o mestiço.

## COLONIZAÇÃO

Em 1890, quando se inicia a colonização e surge Ijuí, os caboclos perdem de novo. Há relatos de Augusto Pestana, o administrador da colônia, sobre a existência de caboclos "à direita do rio Ijuí", dentro das parcelas que deveriam ser ocupadas pelos imigrantes europeus. É claro que os intrusos teriam que sair dali, para que o Estado, cortando a terra em lotes de 25 hectares, cumprisse o projeto de ocupação da região de mata. O caboclo, que corria atrás dos ervais ou era mão-de-obra nas fazendas, não fazia parte deste plano.

O interessante nisso tudo é que esses marginalizados da posse das terras foram, segundo Paulo Zarth, "os desbravadores da região". Foram eles, apesar da fama de pouco gostar do trabalho, que abriram picadas, derrubaram matos e de fato possibilitaram a ocupação de vastas áreas. Os caboclos chegaram sempre na frente, e ajudaram inclusive na abertura de caminhos, quando do início da colonização, como peões contratados pelo governo central.

O que pode causar surpresa hoje é o fato de que a mesma fama carregada pelos caboclos, desde o século passado, atinge agora agricultores sem-terra, como os acampados da Fazenda Annoni. "E há entre esses acampados — diz o pesquisador — uma maioria de descendentes dos colonizadores vindos da Europa". São herdeiros da bravura de alemães, italianos, poloneses, e muitos deles já com idade avançada, que se vêem diante da acusação de que gostam de perambular mas não querem saber do trabalho.



# Partilha inclui escravos

Quando ouve falar de escravidão, o gaúcho se lembra logo das gravuras que mostram negros sendo açoitados. Isto aparece nos livros de história, mas fica sempre como coisa que acontecia longe daqui, de São Paulo pra cima. Mas o Rio Grande do Sul também teve seus escravos, que lidavam, por exemplo, nas charqueadas da região de Pelotas, ou nos campos da região de Cruz Alta. Em 1847, um só fazendeiro de Cruz Alta possuía 41 escravos. Em 1859, o município tinha 4.019 escravos, enquanto em Pelotas existiam 4.788. A comparação com Pelotas é explicada por Paulo Zarth: naquele município a escravidão era forte, e os números mostram que Cruz Alta não ficava muito atrás, apesar de ter 7 mil habitantes a menos.



Desenho: Jayme Leão

O pesquisador descobriu muita coisa a respeito dos escravos examinando informações sobre inventários deixados pelos fazendeiros. Nesses inventários, ficavam discriminados os bens de raiz, que eram o campo e a casa; os móveis, incluindo a mobília toda; e os semoventes, que juntavam num mesmo lote os animais e os escravos. A classificação dos escravos era interessante, com dados sobre a cor (preta ou parda), a idade, o preço e a naturalidade (os de "nação" eram descendentes de africanos vindos de fora, especialmente de São Paulo, e os de naturalidade "crioula" eram os nascidos na própria região).

## VENTRE LIVRE?

Num inventário de 1.885 aparecem escravos com idades que variam dos 10 aos 60 anos. Os meninos estavam avaliados em 600 mil réis, e os velhos valiam em torno de 200 mil réis. Um escravo com idade ao redor de 20 anos chegava a custar 1 conto e 200 mil réis. Todos eles eram identificados apenas pelo nome (Felicidade, Maria, Silvano, Isabel, João, Bonifácio, Benedito). Não tinham sobrenome, e tampouco havia referência aos nomes dos pais.

O inventário de 1.885, que inclui na lista um escravo com 10 anos, mostra como se desrespeitava a lei do ventre livre, de 1.871, que deveria assegurar liberdade às crianças nascidas a partir daquele ano. O menino nasceu depois da assinatura da lei, mas estava no inventário, com preço e tudo. Segundo Paulo Zarth, os fazendeiros tinham artifícios para continuar "negociando" esses escravos. A saída era esta: eles não vendiam a pessoa, mas seus serviços. É claro que o novo dono do escravo, para contar com seu serviço, teria que levar o trabalhador para suas terras.

Em 1.885 também foi assinada a chamada lei Saraiva-cotegipe, que dava liberdade aos escravos com mais de 60 anos, mas essa igualmente não merecia muita atenção. Cruz Alta tinha pelo menos um grupo atuante, que liderava no município a campanha pela libertação dos escravos. Esses abolicionistas recolhiam doações, compravam escravos e os libertavam. No Rio Grande do Sul, o fim da escravidão foi decretado em 1.884, por iniciativa da Província, ou seja, quatro anos antes da assinatura da lei áurea.

# A polêmica da "vaca"

Técnicos levantam suspeitas em torno do tal leite de soja

Uma pequena usina extratora de suco liquidificado de soja, popularizada com o nome de "vaca mecânica", está ganhando a atenção de muita gente no Rio Grande do Sul e outros Estados. Veterinários, agrônomos e dieteticistas estão trabalhando para descobrir a origem e estágio atual desse aparelho mecânico, que continua sendo apresentado por alguns interessados como "invento maravilhoso, capaz de solucionar, a custos baixíssimos, o grave problema da subnutrição infantil no nosso País".

Na edição anterior do Cotrijornal (nº 133), o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região Noroeste do Estado, Luiz Pedro Trevisan, no artigo intitulado "Vaca mecânica: invenção para os pobres", posicionou-se contrário ao referido programa. Mas Trevisan não representa uma voz isolada a argumentar contra. Na realidade, praticamente todas as entidades sociais e jurídicas vinculadas à alimentação, à saúde e higiene, sediadas no nosso Estado, já se posicionaram contrárias ao mesmo.

## ANÁLISE

O veterinário-chefe do setor de fiscalização sanitária do Conselho Regional de Medicina Veterinária e secretário do Sindicato dos Médicos Veterinários do RGS, José Pedro Martins, ao conceder entrevista ao Cotrijornal, em Porto Alegre, disse que há "uma série de fatos no mínimo suspeitos gravitando em torno do caso".

Para ele, é curioso que até hoje a Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos - Dinal - órgão subordinado ao Ministério da Saúde, não tenha em seus registros qualquer referência a alimentos derivados de soja. E no caso específico de leite extraído através de "vaca mecânica", nem sequer uma solicitação de análise de qualidade alimentar foi encaminhada ao órgão.

O técnico estranha também que o Ministério da Agricultura, sem qualquer aval de qualidade fornecido por entidades científicas de nível superior e também sem garantia de economicidade, esteja distribuindo verbas a fundo perdido - a razão de 270 mil cruzados a unidade, para prefeituras de municípios onde sequer é produzida a soja.

Não são poucas as prefeituras do Estado que utilizaram recursos liberados pelo Ministério da Agricultura, para programas de alimentação popular, na compra das tais vacas mecânicas. Por isso, não são poucos os prefeitos que - sob o pretexto de estarem socorrendo populações de baixa renda - se agarram apaixonadamente na defesa dessas máquinas. Em Santa Rosa, por exemplo, há uma vaca em funcionamento desde o ano passado.

A Prefeitura de Ijuí também foi consultada, para saber se estava interessada na compra do equipamento, mas preferiu ficar fora dessa história. O certo é que a vaca mecânica pode render muitos dividendos aos políticos. Afinal, quem não quer ser "pai dos pobres", distribuindo alimentos de graça nos bairros? O interessante é que as populações de alta renda dificilmente tomarão uma gota desse extrato, em função da própria polêmica criada em torno da sua eficácia como alimento.

## ASSOCIAÇÃO

Mas os defensores da proliferação



Foto: Antônio Pacheco

Muitas prefeituras compraram este equipamento

## MAIS BARATO?

O diretor técnico da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), agrônomo Ernesto Ênio Budke Krug, é outro que questiona o assunto, analisando-o sob diversos ângulos: pelo lado da saúde, dos custos (custo geral e custo-grama); higiene, controle de qualidade e investimentos - parcial e total do programa.

Ele começa por questionar o argumento dos interessados na implantação do programa, que insistem em colocar o suco de soja na categoria mais econômica do que o leite. No mínimo - diz - o investimento inicial para implantar a mini-usina precisa ser multiplicado por quatro. É necessário um local especial (prédio, ou dependência anexa independente) além de energia elétrica, mão-de-obra especializada, matéria-prima (soja) a custos variáveis, cujos preços dependem de cotação internacional, transporte e conservação ideal do produto. Em seguida, pergunta: Por que implantar tudo isso se já existe toda uma infra-estrutura montada para o leite de vaca, alimento cientificamente comprovado como o de maior valor proteico que existe?

Ernesto Krug diz não entender como um grão que, até aqui só foi considerado para óleo de condimento e para produção de farelo para consumo animal, de um momento para outro ser considerado substituto para o leite de vaca, este sim, alimento único e insubstituível.

## INIBIDOR

O leite de vaca é rico em proteínas e detém o mais alto valor biológico em

termos alimentares com assimilação superior a 90 por cento. Possui carboidratos, vitaminas lipossolúveis A, D e K; complexo B e minerais C e P. Além de toda essa farmacopéia natural - alerta ele - a lactose facilita



Ernesto Krug

a absorção de cálcio nos indivíduos jovens, sendo a principal responsável por uma estrutura óssea bem calcificada e dentição saudável e bem formada.

"Quanto ao suco de soja, ainda carecemos praticamente de todas as informações científicas para se formar um juízo seguro a respeito de sua validade como alimento integral", diz ele. O que se sabe até aqui é que a soja possui inibidores nutricionais, sendo discutidas algumas de suas características físicas e químicas. Pesquisas feitas através de ratos, nos Estados Unidos, sugeriram que fatores antitripticos (inibidores de crescimento) foram responsáveis por aproximadamente 40 por cento da inibição do crescimento desses animais.

Apesar de que a moagem e o tratamento térmico da soja destrói em muitos desses fatores, nos parece ser muito arriscado uma alimentação na juventude à base de soja, principalmente se em substituição ao leite de vaca, advertiu Ernesto Krug.

# Uma associação faz a defesa

das vacas estão organizados, e pretendem participar até mesmo do Programa de Alimentação Popular, lançado este ano pelo governo. Junto com o leite de vaca - segundo eles - deve ser distribuído também às crianças carentes o leite de soja. Uma das entidades, que trata dos interesses desse grupo, é a Associação Brasileira Pró-Leite de Soja e Derivados.

No final de abril, a entidade fez divulgar pela imprensa um artigo em que responde às observações feitas, a respeito do leite de soja, pelo agrônomo Luiz Pedro Trevisan, presidente da Associação dos Agrônomos do Noroeste do Estado, com sede em Santa Rosa. Trevisan (veja o Cotrijornal de março/abril, número 133) levanta muitas dúvidas sobre esse novo produto, e observa que um fato estranho envolve a proliferação das vacas mecânicas: elas são dirigidas quase sempre às populações de baixa renda, que podem estar sendo utilizadas como cobaias.

## MAIS BARATO

A Associação Pró-Leite de Soja rebate as suspeitas, em comentário do seu

diretor, Eric Winandy. Ele garante que o suco foi testado e aprovado em vários países da Europa, e inclusive nos Estados Unidos, tendo seu valor proteico reconhecido por órgãos oficiais desses países. Winandy garante ainda que o custo do extrato é mais barato do que o do leite, e lembra que uma vaca mecânica pode ser instalada e produzir dentro de dois meses, enquanto que um investimento em gado leiteiro exige bastante tempo para que dê resultados.

O diretor da entidade acusa Trevisan de desconhecer aspectos técnicos e econômicos da vaca mecânica, e desafia o agrônomo a visitar uma grande fábrica do extrato, existente em São Paulo - onde o suco custaria 2,20 cruzados ao consumidor, contra os 2,58 do leite tipo C. Segundo o mesmo Eric Winandy, um dos maiores fabricantes nacionais do suco é a Olvebra, que pretende ampliar sua produção atual, de 500 toneladas ao mês, e exportar o suco para a Europa e outros países.

# Ainda falta um projeto

"Nunca como agora o produtor precisou tanto da cooperativa, e nunca a cooperativa precisou tanto do produtor?" Essa frase foi dita pelo presidente da Fecotri, Jarbas Pires Machado, numa reunião dia 17 de abril, em Ijuí, com 40 dirigentes de 9 cooperativas da Região 6 da Federação. Jarbas se referia ao fortalecimento do cooperativismo, após o pacote econômico, mas ao mesmo tempo revelava uma preocupação: "Nós não temos um projeto político".

O encontro em Ijuí estava previsto no programa de reuniões que acontecerão nas 9 regionais, após a eleição na Fecotri, dia 31 de março. Jarbas está ouvindo os dirigentes das cooperativas, para que se definam detalhes da linha política a ser seguida pela Federação. "Os senhores — disse ele — devem ver a Fecotri como um papel em branco". Isso será possível em função principalmente do fato de que a entidade passa a ter uma direção própria e uma clara tarefa política, ao contrário do que vinha acontecendo desde 1983, quando seus dirigentes eram os mesmos da Centralsul.

## PANCADAS

Jarbas comentou o pacote econômico e suas repercussões na agricultura e no



Hélio Zawtski

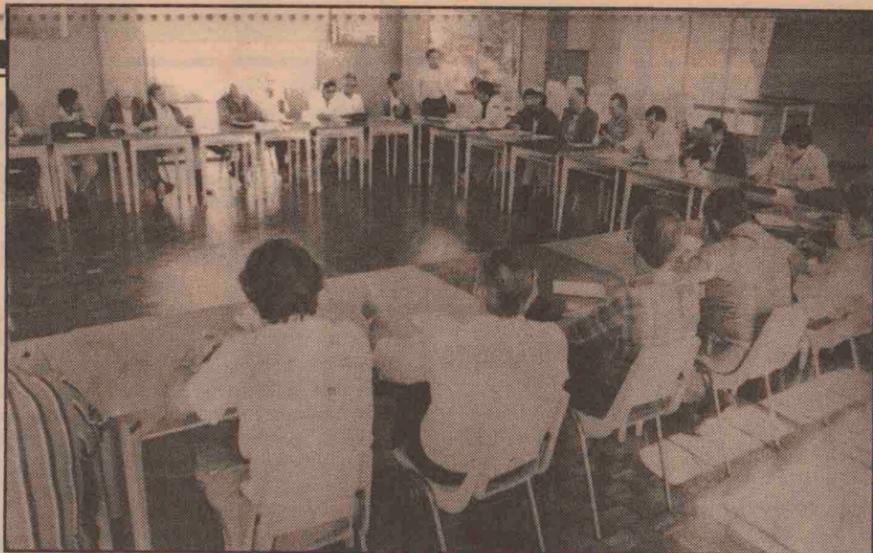
cooperativismo, e foi aí que observou a necessidade do setor definir um projeto, para que possa interferir nas decisões tomadas em Brasília. "Precisamos mudar nossa postura, para que, entre outras coisas, o cooperati-

vismo deixe de ser saco de pancadas", afirmou, lembrando que nos últimos anos foram muitas as acusações feitas ao sistema. "O cooperativismo não soube se defender das mentiras construídas contra ele, e em muitos casos chegou a transformar essas mentiras em verdades".

Além de enfrentar o ataque de outras áreas — em especial do comércio — as cooperativas tiveram, nesses últimos anos, que lutar pelo mais imediato, ou seja, para continuarem sobrevivendo. Hoje, segundo Jarbas, a situação é outra: "Precisamos ver o todo, o conjunto da economia. Esta visão mais ampla da realidade, que engloba o econômico, o social e o político, poderá ser facilitada pelo próprio fortalecimento da Fecotri. Ele lembrou que o esvaziamento da Federação foi provocado até mesmo pelas dificuldades enfrentadas por filiadas, cujos dirigentes afastaram-se — por causa da crise — do conselho da Fecotri".

O que importa hoje — ressaltou — é aliar essa visão mais ampla da economia, com a definição de um projeto político, à eficiência empresarial. "As cooperativas vinham buscando pessoal não nas universidades, mas nos bancos, para poder entender a ciranda da especulação financeira", disse ele, salientando que, com o estímulo que o pacote dará à produção, essa situação será modificada.

— A expectativa criada pelo pacote, de que a economia será estável, dependerá muito do setor. Países economicamente bem estruturados, como França, Alemanha, Estados Unidos — e inclusive a China e Rússia — têm, em muitas áreas, o cooperativismo substituindo atribuições que hoje, no Brasil, são do Estado, do go-



Na reunião em Ijuí, uma preocupação: está na hora de integrar

verno. Mas para que a participação seja efetiva, é preciso clareza, e isso somente se consegue com propostas que até agora o sistema não tem.

## INTEGRAÇÃO

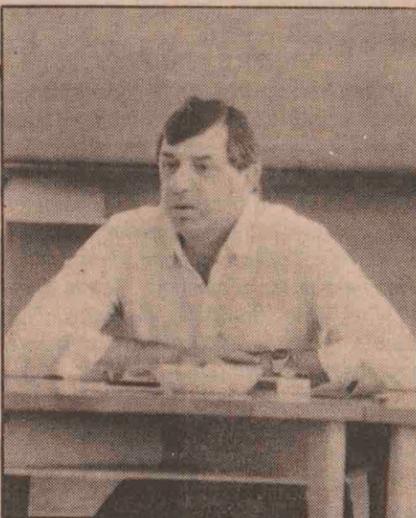
Os dirigentes das 9 cooperativas presentes à reunião levantaram vários assuntos, relacionados com problemas imediatos e alternativas para que o cooperativismo se recicle, se atualize, diante das mudanças na economia. Não foram poucos os que falaram na necessidade de maior integração, para que o discurso se concretize na prática. Foi esse o tema abordado por Celso Sperotto e Antoninho Lopes, vice-presidente e superintendente da regional Pioneira da Cotrijuí. Outros lembraram que as cooperativas ainda enfrentam a crise da falta de confiabilidade, que precisa ser atacada de imediato.

Hélio Zawtski, presidente da Cotrimaio, observa que o produtor precisa entender melhor e participar não só da sua cooperativa, mas também do que acontece na Federação. Para ele, o debate e as decisões na Fecotri ficam restritas ao grupo de dirigentes que faz parte do conselho da entidade. Essa cúpula — entende ele — não conseguiria, mesmo que quisesse, prestar contas ao produtor do que acontece na Federação. "A saída — afir-

ma Zawtski — é criar um sistema representativo mais amplo, e se possível com a participação de produtores", numa espécie de grande conselho.

"Só assim o produtor terá consciência de que a Federação é de todos nós, e não dos dirigentes apenas", garante o presidente da Cotrimaio, observando que "essa participação democratizaria as decisões e seria também educativa". Foi por causa desse distanciamento — segundo ele — que as eleições na Fecotri, este ano, passaram despercebidas para a grande maioria dos agricultores.

Um dos resultados práticos da reunião do dia 17 será conhecido dentro de pouco tempo. O assessor de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cotrijuí, Walter Frantz, ficou com a tarefa de elaborar um projeto de integração política e econômica para a região 6. Walter disse, durante a reunião, uma frase que deixou muita gente com os olhos arregalados: "Se não tivermos a nossa filosofia, corremos o risco de trabalhar com a filosofia dos outros". Participaram do encontro em Ijuí dirigentes de cooperativas de São Luiz Gonzaga, Tuparendi, Três de Maio, Giruá, Santo Ângelo, Santa Rosa, Tucunduva, Campina das Missões e Ijuí.



Jarbas: por uma posição progressista

## Jogando as cartas na mesa

Jarbas Pires Machado venceu a eleição na Fecotri, dia 31 de março, por 37 votos, contra 36 do candidato da oposição, Darcilo Giacomazzi. Na entrevista abaixo, ele fala dessa disputa e da tentativa de Giacomazzi de anular a assembleia, sob o argumento de que 6 votos foram irregulares:

**Cotrijornal** — O sistema Fecotri sai rachado, sai dividido, depois das eleições?

**Jarbas** — A Fecotri, como entidade, sai desta eleição fortalecida. Após esta eleição, e isto é importante, há uma redefinição de toda uma linha de trabalho da Fecotri, e é isso o que está se fazendo. Na primeira reunião do Conselho de Administração se decidiu a realização de encontros em todas as regionais, para que — a partir do que surgir dessas reuniões — se defina o consenso em torno das linhas básicas de atuação da Fecotri.

É claro que uma eleição muito disputada pode provocar o acirramento de ânimos e descontentamentos, mas o que deve prevalecer é a posição da maioria. Eu diria que a quase totalidade das cooperativas já nem se lembra mais do episódio eleitoral, e está tratando de trabalhar para a frente e resolver os problemas que têm de ser resolvidos.

**Cotrijornal** — Mas a chapa de oposição está questionando a validade da eleição, sob o argumento de que ocorreram irregularidades. Como o sr. vê esta reação?

**Jarbas** — Nosso adversário levantou esta questão publicamente. O que lastima-

mos é que o assunto não tenha sido abordado dentro dos próprios órgãos da Fecotri, ou seja, seu conselho ou sua assembleia. Estranhamos mais ainda, porque a assembleia foi dirigida por alguém que votou na sua chapa declaradamente. A votação e a apuração foram conduzidas por pessoas que votaram na sua chapa. Nós não tivemos participação alguma, nem na direção da assembleia, nem em escrutínio, nem em votação.

Em momento nenhum foi levantada durante a assembleia qualquer nulidade ou qualquer protesto registrado ou algo desta natureza. Como é comum em qualquer eleição, e a própria legislação eleitoral determina, se você constata irregularidade, você registra um pedido de impugnação. Não é depois de três anos que eu vou discutir se a eleição para o governo do Estado tinha uma urna nula ou anulável.

É muito estranho que apareçam argumentações nessa hora. Isso tem muito mais a característica de justificar a derrota do que a razão em reclamar alguma coisa. Até porque a Fecotri esteve e está absolutamente aberta para analisar qualquer questão que se entenda incorreta. Nós seremos os primeiros a tirar qualquer dúvida quanto a lisura da eleição. Mas se houve alguma coisa errada, são os adeptos do nosso adversário, que dirigiram a assembleia e a votação, os primeiros responsáveis por isso.

**Cotrijornal** — O sr. afirmou, logo depois da eleição, que a vitória da sua chapa foi a vitória da vanguarda do siste-

ma. Qual é o perfil dessa vanguarda, quais são suas idéias?

**Jarbas** — A vanguarda normalmente vai na frente. E eu acho que o conjunto maior das cooperativas se definiu por esta postura, que deseja a busca de uma nova política agrícola clara, uma reciclagem e uma auto-crítica geral do sistema cooperativo e do comprometimento do cooperativismo com a maioria do seu quadro social, assumindo uma posição mais progressista. Essa vanguarda enfrentou, muitas vezes, atitudes conservadoras e até mesmo com propostas que, na nossa opinião, não estão de acordo com os interesses do produtor.

Mas não se poderia dizer que o resultado da eleição signifique que existem, no seio da Fecotri, dois blocos de posições, perfeitamente definidos e bem claros. Muitas vezes uma eleição acaba gerando preferências pessoais, ou por uma série de outros aspectos, e não propriamente uma posição definida. Nós temos certeza de que aquelas cooperativas que venceram a eleição tinham esta ideia muito clara e muito definida.

Mas não existia esta mesma definição em relação ao outro lado. Tanto é que, terminada a eleição, o que se vê é que no mínimo 80 a 90 por cento das cooperativas estão engajadas no mesmo propósito, no mesmo trabalho. Essas cooperativas encerraram ali mesmo o episódio eleitoral.

**Cotrijornal** — Mas a eleição demonstrou, de qualquer forma, que há um setor conservador, dentro do sistema Fe-

cotri. Esse setor conservador estaria hoje mais atuante, mais explícito, ou seja, sendo melhor identificado?

**Jarbas** — Existe no Rio Grande do Sul uma linha conservadora, no meio rural, muito explícita, muito clara. Por exemplo, quando se fala em ocupação do solo, já se deduz que se fala de reforma agrária e se cria uma reação muito forte a isso. As entidades rurais do Rio Grande do Sul estão, na sua grande maioria, ocupadas por conservadores. Isso tem se tornando mais evidente, exatamente porque essa corrente tinha o domínio de todas as estruturas administrativas e políticas do Estado, e passa a perder isso de uma maneira significativa.

É provável que essas coisas fiquem ainda mais claras. Mas eu acho que nós precisamos exatamente disto. Precisamos colocar as cartas na mesa, para que possa haver uma plena identificação de posições, de quem defende o quê, e o que se deve fazer em função disso.

# Aonde vai a Fetag?

Tendências se rearticulam para as eleições de maio

Depois das eleições na Fecotriço, uma nova disputa ganha atenção no meio rural gaúcho: a sucessão na Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul). As eleições acontecerão em congresso marcado para o dia 21 de maio, em Porto Alegre, mas não havia até o dia 2 nenhuma definição quanto aos nomes dos candidatos. Desta vez, ao contrário do que ocorreu em 1983, quando o sindicalismo foi dividido ao meio — com duas chapas com posições bem distintas — pode acontecer uma composição entre as várias tendências existentes no setor.

O que existe até agora é muito mistério em torno da disputa pela direção da Fetag, por causa da própria indefinição dos atuais dirigentes no que se refere à apresentação de uma chapa. Mas há indícios de que ainda pode surgir uma chapa de oposição, repetindo o que aconteceu em agosto de 1983. Naquela ocasião, o grupo que passou a ser chamado como "autêntico" do sindicalismo gaúcho, perdeu a disputa, conseguindo apenas 63 votos, contra os 138 da situação.



Ezídio Pinheiro



Auxílio Rebechi

## "AUTÊNTICOS"

Os opositoristas eram liderados por Auxílio Rebechi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo e candidato à presidência da Fetag, e por Carlos Karlinski, presidente do sindicato de Ijuí e candidato a vice. Eles vinham assumindo uma posição contrária à linha seguida pela Federação, e acusavam a entidade de ficar afastada dos problemas relacionados com os sem-terra, a política agrícola, a Previdência e outras questões imediatas de interesse dos pequenos produtores.

Essas lideranças, consideradas mais progressistas, surgiram especialmente na região de soja e trigo, e se articularam com dirigentes de outras zonas produtoras para disputar a eleição. A situação era liderada por Ezídio Pinheiro, na época vice-presidente da Fetag e candidato à presidência, e por Orgênio Rott, presidente da entidade, que se elegeu como vice.

## MODERAÇÃO

Hoje, o líder dos "autênticos", Auxílio Rebechi, não se mostra disposto a participar das eleições, e reconhece que dificilmente uma proposta opositorista, sem composição com outras tendências, poderia ter êxito. "A maioria dos dirigentes sindicais do Estado continua seguindo uma linha moderada, e não encara nem mesmo o problema da terra", diz Rebechi, recentemente reeleito para a presidência do Sindicato de Passo Fundo. Para ele, o pessoal de oposição pode, no entanto, formar uma chapa com esses setores, se quiser de fato chegar à direção da Fetag.

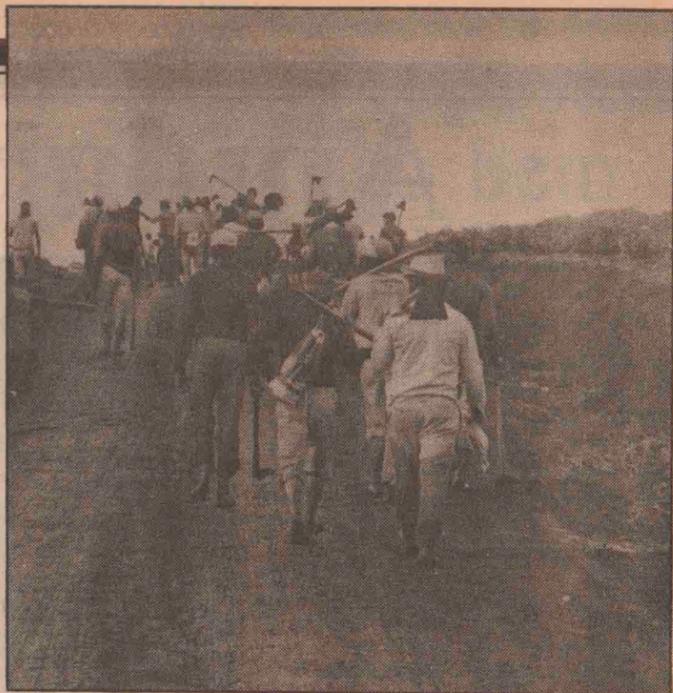
Para Rebechi, a Fetag "melhorou

sua posição, em relação a algumas questões, como a Previdência e um pouco de política agrícola, mas continua sem levar muito a sério o caso dos sem-terra e os problemas da mulher". Ele acredita que o próprio pacote econômico ajudou a desarticular qualquer movimento opositorista, "pois favorece a linha moderada". Rebechi vai acompanhar a sucessão, mas sem se envolver muito: "Os outros que se virem desta vez".

## JUVENTUDE

Em Seberi, o presidente do Sindicato, Atalábio Sattler, votou em Ezídio Pinheiro em 83 e votaria de novo no atual presidente. "Não posso votar contra o Pinheiro, pois somos vizinhos", observa Atalábio, referindo-se ao fato de que Ezídio presidiu o sindicato de Frederico Westphalen. "Mas se o Pinheiro não for candidato, votarei na oposição, se ela formar uma chapa", afirma ele, garantindo: "A juventude também vota na oposição".

Atalábio ressalta que o seu sindicato terá cinco delegados com direito a voto, e no caso de Pinheiro ser candidato apenas o seu voto será para o atual presidente. "Os outros estão liberados para votar como quiserem, e — se houver uma chapa de oposição — vão votar nela". Essa juventude, segundo Atalábio, condena o distan-



Fetag congrega entidades dos minifundiários e assalariados

ciamento da Federação do problema dos agricultores sem-terra.

Este ano, as eleições na Fetag têm uma novidade. Até 1983, cada um dos 229 sindicatos do Estado tinha direito a um voto. Desta vez votarão o presidente, o secretário e o tesoureiro de cada entidade, e mais um delegado para cada mil associados. Ijuí, por exemplo, terá seis pessoas com direito a voto. No total, a Fetag espera que 1.200 pessoas participem das eleições, segundo Severino Grechi, assessor da direção. "Essa inovação — diz ele — representa um grande avanço para a democracia do poder".

O Cotrijornal tentou entrevistar Ezídio Pinheiro, que estava envolvido com reuniões, no final de abril, e autorizou Grechi a dar informações. Segundo o assessor, a atual direção está encaminhando a formação de uma chapa, com representantes das regionais de Pelotas, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Três Passos, Lajeado, Carazinho, Erechim e Grande Porto Alegre. Surgiram alguns nomes, mas sem a definição dos cargos que pretendem ocupar. Não se sabe nem mesmo — diz Grechi — se Pinheiro será candidato à reeleição.

## CANDIDATOS

Os nomes cotados são os de Luís Martins da Rosa, atual tesoureiro da Fetag; Plínio Hentz, secretário da Federação; Geraldo Pegoraro, presidente do Sindicato de Canguçu; João Peres, de Piratini; Erni Knorst, de São Martinho; e o próprio Pinheiro. Severino Grechi observa que — de acordo com a atual direção — "não há uma oposição permanente à Fetag, pois após as eleições de 83 desapareceu essa idéia de que o sindicalismo mantém um grupo de opositoristas".

Mas no dia 2 de maio, um grupo de dirigentes sindicais das regionais da Fetag de Santo Ângelo, Ijuí e Santa Rosa, estiveram reunidos em Santo Ângelo, para analisar a sucessão na Federação. E foi levantada a hipótese de lançamento de uma chapa opositorista, segundo Carlos Karlinski, da regional de Ijuí, pois os sindic-

listas chegaram à conclusão de que os nomes cotados para a direção até agora não apresentam propostas capazes de mudar a postura da Fetag. Outros encontros, para tratar da sucessão, deverão envolver outras regionais, e é provável que surja uma chapa opositorista.

## As mulheres nos sindicatos

Uma campanha intensificada este ano pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Estado pode dar nova feição ao sindicalismo gaúcho. A campanha visa a sindicalização das mulheres, para que elas, mesmo não sendo reconhecidas oficialmente como trabalhadoras, possam interferir politicamente nas entidades. E um dos principais objetivos dessa campanha é exatamente este: lutar pela valorização do trabalho da mulher dentro dos sindicatos. A idéia vale tanto para mulheres que possuem bloco de produtor e administram suas propriedades, como também para as casadas ou filhas de agricultores.

A campanha, lançada no ano passado e estimulada este ano por assembleias municipais no Estado, envolve uma polémica. As mulheres não têm o incentivo da Fetag, segundo Margarida Breitenbach, de Ajuricaba, e Maira Botega, de Catupei. Elas participaram, no dia 24 de abril, em Ijuí, de um encontro das coordenadoras do Movimento nos 11 municípios abrangidos pela regional da Fetag. E, dentre muitos assuntos debatidos, estava a sindicalização.

### AS LEIS

"A campanha pela sindicalização é estadual, mas não tem o apoio da Fetag", disse Margarida, em tom de queixa. Segundo ela, a Federação "vem com explicações jurídicas, para dizer que isso não está previsto nos estatutos. Mas se o movimento ficar forte, nós iremos mudar essas leis, e para isso é que estamos nos organizando". Margarida diz mais: "A Fetag ficou de fora do movimento dos sem-terra, e agora quer tirar o corpo fora também no movimento das mulheres".

Maira, por sua vez, entende que há várias explicações para isso, mas lembra de uma delas: "A Fetag não gosta do apoio que o Movimento recebe da pastoral da Igreja Católica". No fundo, segundo Maira e Margarida, o que existe é uma resistência muito grande à organização na maioria dos municípios. "Aqui na nossa regional — garante Margarida — nós é que escolhemos, entre as próprias mulheres, nossas lideranças. Em outras regiões, onde os dirigentes dos sindicatos seguem a linha da Fetag, as mulheres dependem da orientação dos homens".

Mesmo assim, a campanha vai dando resultados, com o aumento do número de mulheres sindicalizadas em vários municípios da regional. As mulheres pagam, para associar-se, uma contribuição equivalente a 20 ou 30 por cento da anuidade fixada para os homens. Em Ijuí, por exemplo, o valor é de 30 por cento de 180 cruzados anuais, o que equivale a 54 cruzados por ano. O percentual varia de município para município, mas sempre é inferior ao valor pago pelo homem, para que o custo da sindicalização não se transforme num obstáculo.

### BARREIRA

Mirko Frantz, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, observa que não será com a simples sindicalização que a mulher passará, automaticamente, a ser reconhecida como trabalhadora. Mas sua participação no sindicato, com direito a voz e voto, está dentro da própria luta em busca desse reconhecimento, que até hoje lhe é negado pelo governo. Na legislação previdenciária, por exemplo, o trabalhador — que tem direito

a benefícios — é o cabeça do casal, o marido. A esposa é considerada dependente, que se dedica a afazeres domésticos, mesmo que lide na lavoura ou cuide da criação.

A Fetag não tem estimulado a sindicalização, segundo as mulheres, ao erguer uma barreira: de acordo com a Federação, mulheres e homens devem pagar a mesma coisa como contribuição. O problema é que, numa família média ou grande, não seriam poucas as despesas. E a Delegacia Regional do Trabalho já deu parecer sobre o assunto, observando que o valor da contribuição, diferenciado ou não, é coisa que o próprio sindicato decide em assembleia. "A Fetag fala em assuntos jurídicos, mas só para não apoiar, pois ela teme mesmo é a organização da mulher e as decisões que surgem das bases", diz Margarida.



Maira (à esquerda) e Margarida

# Ajuda indispensável

A comercialização da safra de soja dos associados da Cotrisa, de Santo Ângelo, pela Cotrijuí, foi o assunto da reunião do Conselho de Representantes da Regional Pioneira no dia 9 de abril. Na reunião os representantes analisaram a proposta dos interventores da Cotrisa solicitando, em nome dos associados, o auxílio da Cotrijuí na comercialização da soja indústria e na produção e distribuição de semente de soja para a próxima safra. Outra proposta feita pela Cotrisa, a de locação do armazém de Comandaí, gerou maiores discussões. O armazém de Comandaí está localizado a 18 quilômetros da sede da Cooperativa de Santo Ângelo.

A aceitação da proposta feita pelos interventores da Cotrisa seria, segundo o vice-presidente da Cotrijuí na Regional Pioneira, Celso Sperotto, "uma mão aos produtores de uma cooperativa co-irmã que não está podendo fazer a comercialização da produção de seus associados". A Cotrisa se encontra sob intervenção, ficando, portanto, impedida de realizar qualquer transação comercial. Para que não fique à mercê dos especuladores, os próprios associados solicitaram a direção uma solução para a situação que é apenas temporária. Os interventores buscaram a direção da Cotrijuí solicitando que esta se responsabilizasse pela comercialização da safra de soja. Nesse período de intervenção, a Cibrazém é a responsável pelo recebimento e armazenamento do produto dos associados, mas não faz a comercialização. O associado fica livre para negociar o seu produto.

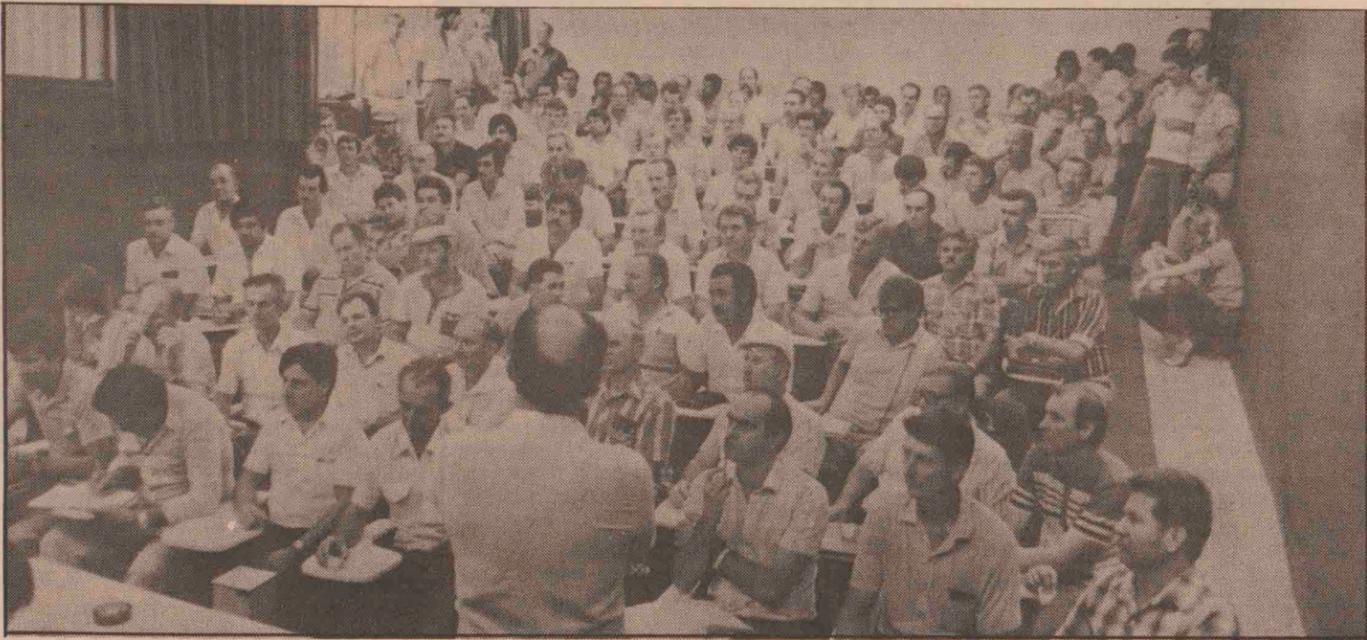
## AUXÍLIO

Celso Sperotto deixou claro durante a reunião de que o auxílio a ser dado aos associados da Cotrisa não implica em assumir qualquer tipo de dívida. "O que os produtores querem, explicou, "é que não haja um leilão do seu produto entre as firmas particulares já que a Cotrisa está impedida de fazer qualquer tipo de comercialização da produção".

Todo o processo de comercialização da soja dos associados da Cotrisa vai acontecer sem implicar em prejuízos para os associados da Cotrijuí. "O processo de comercialização vai funcionar, disse o vice-presidente da Cotrijuí, como se estivéssemos negociando a produção de associados de qualquer uma de nossas unidades". O que a Cotrijuí vai fazer, complementou ainda Antoninho Lopes, superintendente da Cotrijuí na Regional Pioneira, é apenas mais uma prestação de serviços.

## DECISÃO POLÍTICA

Para o representante Cláudio de Jesus, eleito por Ijuí, a aceitação da proposta da Cotrisa é muito mais uma decisão



Os representantes aprovaram a proposta de auxílio aos produtores da Cotrisa na comercialização da soja

política do que operacional. Mas também considera que o recebimento de um maior volume de produção viria aumentar o poder de barganha da Cotrijuí com os compradores de soja. "É uma ajuda que não podemos deixar de dar".

Santo Desordi, também eleito por Ijuí, analisou a questão pelo mesmo ângulo e alertou para o perigo desse tipo de auxílio. "Já que estamos analisando a situação sob o ponto de vista operacional, temos que lembrar que historicamente, este tipo de intervenção sempre tem nos dado prejuízos". Mais adiante ressaltou a importância de se promover uma discussão e uma troca de experiências entre os associados das duas cooperativas.

A maioria dos representantes reconheceu que este tipo de ajuda aos associados da Cotrisa vem, inclusive, fortalecer o sistema. "Se os interventores da Cotrisa estão trabalhando para mostrar que a cooperativa ainda é viável e necessária aos produtores da região, nós também nos sentimos na obrigação de dar a nossa contribuição", disseram. "E se eles vierem até nós pedir esse tipo de apoio, reforçou Jorge Sperotto, representante eleito da Unidade de Santo Augusto, é porque têm confiança no trabalho da Cotrijuí".

## PRODUÇÃO

Além da comercialização da soja, a Cotrijuí também estaria se responsabilizando pela produção e distribuição de semente de soja para a próxima safra. Como a semente levaria a embalagem da Cotrijuí, os representantes se mostraram apreensivos em relação a qualidade do

produto, uma vez que estaria envolvendo o nome da Cooperativa. Mas Celso Sperotto tranquilizou os representantes dizendo que um técnico da Cotrijuí acompanharia o trabalho de vistoria nas lavouras dos associados da Cotrisa. A análise desta semente deverá ser feita nos laboratórios da Cotrijuí, embora ela fique depositada nas UBs da Cotrisa. "Essa semente produzida, disse ainda, seria especificamente para servir aos associados da Cotrisa, que por sua vez, estão assumindo o compromisso de sua aquisição".

Os custos dispendidos pela Cotrijuí seriam referentes a liquidação do produto bruto, a sacaria e aos serviços de laboratório e assistência. No final da comercialização, os resultados obtidos serão divididos proporcionalmente aos investimentos realizados. A liberação do dinheiro para o pagamento dos associados se dará à medida em que o produto começar a ser comercializado.

## LOCAÇÃO

A outra proposta, de arrendamento do armazém de Comandaí, foi aceita em partes. Depois que uma comissão formada pelos representantes Ehrardt Kuhn, de Ijuí, Celso Maboni, de Chiapetta, Olávio Hoerle de Augusto Pestana e Neri Beschorner, de Jóia, andou conversando e trocando experiências com os associados da Cotrisa é que esta questão teve solução. A Cotrijuí vai operar na Unidade de Comandaí em sistema de locação, com a supervisão da Cibrazém. Todo o produto entregue no armazém de Comandaí ficará sujeito as tarifas de descontos da Cotrijuí.

O armazém de Comandaí tem uma capacidade estática para 200 mil sacos de soja e está localizado próximo a uma rodovia e uma ferrovia.

Resolvido todos os problemas iniciais, já no final do mês de abril a Cotrijuí passou a produzir sementes na região da Cotrisa. Na mesma época também colocou preços para soja indústria em todas as unidades da Cotrisa. Mesmo existindo um acordo da Cotrijuí auxiliar os produtores da Cotrisa fazendo a comercialização da sua produção, nem todos estão obrigados a vender seu soja para a Cooperativa. Eles estão livres para vender o seu produto. Nós estamos apenas fazendo a nossa parte e ajudando associados que realmente são cooperados e que não querem ver sua produção sendo leiloada", disse por fim Antoninho Lopes.

No espaço reservado aos assuntos gerais, os representantes discutiram a validade dos programas de rádios, os convênios para recebimento de produto e a Unimed. O diretor de Operações e Comercialização da Cotrijuí na Regional Pioneira, Clóvis Rorato de Jesus disse que apenas as cooperativas de Panambi, Cruz Alta, São Luiz Gonzaga e Três de Maio demonstraram algum interesse em participar do convênio.

Com relação a Unimed, Rui Polidoro explicou que a intenção da direção da Cotrijuí, a partir de julho, é a de não mais renovar o convênio. Essa decisão também não significa, segundo explicou, que o associado não faça contrato diretamente com a Unimed.

## COTRIJUI: HÁ 28 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijuí para plantar, colher e comercializar, porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.



# Os técnicos avançam

## O setor primário na visão crítica dos técnicos agrícolas

A defesa da pequena propriedade, da reforma agrária, da agricultura alternativa e de uma Constituição "democrática e representativa" tem aliados que há bastante tempo acompanham a lida do produtor. Os técnicos agrícolas estão assumindo compromissos bem claros com essas questões, que foram debatidas no 2º Congresso Estadual da categoria, de 4 a 6 de abril, em Tramandaí. O encontro reuniu 360 profissionais gaúchos e teve uma característica básica: o debate de temas bem políticos, ao lado de assuntos técnicos e de interesse específico do pessoal que atua nessa área.

"O Congresso consolidou posições que já vínhamos defendendo e proporcionou um crescimento da categoria diante de questões importantes", afirma Pedro Maboni, presidente do 3º núcleo regional da Atargs — Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul, que integra os profissionais de 8 municípios do noroeste do Estado. Maboni, que trabalha na Cotrijuí, coordenou a delegação dessa região, integrada por 18 pessoas, sendo que 8 delas pertencentes aos quadros da Cooperativa em unidades da Pioneira.

Sadi Pereira e Arnoldo Preissler, que também participaram do Congresso, observam igualmente que o encontro reforçou posições que os técnicos passarão a defender na prática, como categoria e como profissionais que estão no dia-a-dia ao lado do produtor. "Essas posições — ressalta Sadi — são assumidas a partir da própria vivência dos técnicos com o agricultor. E os pontos de vista que defendemos são, em muitos casos, os mesmos do produtor, e em especial do pequeno proprietário".

### RESOLUÇÕES

As resoluções do Congresso comprovam isso. As propostas foram tiradas dos trabalhos em grupo de oito comissões, que debateram Ensino Agrícola, Movimento Sindical, Agricultura Alternativa, Agrotóxicos, Política Agrícola, Reforma Agrária, Constituinte e Legislação Profissional. O importante é que os técnicos não ficaram apenas na discussão de problemas da categoria, pois se abriu um leque de temas, já a partir das teses encaminhadas à Atargs antes do Congresso. Com base nessas teses, de interesse geral e não só restritas a aspectos profissionais, é que os participantes do Congresso assumiram uma postura crítica bem definida.

No que se refere à política agrícola, os técnicos entendem que um novo modelo deve atender com prioridade aos inte-



Congresso teve a participação de 360 profissionais do Estado

resses dos pequenos agricultores, e ser voltado ao mercado interno. A reforma agrária, por sua vez, deve ser massiva, ou seja, abrangendo todos os latifúndios. Eles se posicionaram também a favor de uma agricultura alternativa, que utilize ao máximo os recursos naturais e faça com que as atividades sejam vistas de forma integrada dentro da propriedade. Defenderam o uso mais racional dos agrotóxicos, sempre levando em conta a saúde do agricultor e a defesa do meio ambiente. E ressaltaram que a Constituinte deve levar em conta a realidade do meio rural.

### INTEGRAÇÃO

"Os técnicos agrícolas estão cada vez mais preocupados em desenvolver um trabalho integrado com o produtor, sem impor pacotes prontos ou resumir sua participação somente à assistência à lavoura", observa Pedro Maboni, salientando que "nossa função deve também ser educativa e a mais abrangente possível". Sadi Pereira segue esse raciocínio e complementa: "O técnico precisa respeitar as experiências do produtor e contribuir ainda para a sua organização, abordando ao mesmo tempo assuntos econômicos e sociais".

A categoria entende que assim estimula o produtor a ter uma visão mais ampla da economia, iniciando pela situação da sua propriedade. Essa postura mais crítica leva em consideração a própria atuação do técnico, como alguém que deve ir

a campo para melhor compreender a realidade em que atua. "Hoje — diz Sadi — a assistência técnica está praticamente restrita ao serviço de balcão, à burocracia de escritório". As raras exceções são registradas em regiões, como as da soja e as que tradicionalmente produzem hortifrutigranjeiros, onde o trabalho do técnico é mais valorizado, como assinala Arnoldo Preissler.

### AUTONOMIA

A categoria entende que todo o conjunto de mudanças esperadas para o setor depende basicamente de uma coisa: a autonomia do Ministério da Agricultura, hoje atrelado às pastas que ditam as regras gerais para a economia. E, a partir daí, que sejam ouvidas todas as áreas ligadas à produção, no momento em que houver de fato disposição para mudanças. Eles lembram que a agricultura continua relegada a segundo plano, como comprova o pacote econômico lançado no final de fevereiro, e que não dedicou uma linha ao meio rural.

As resoluções aprovadas no Congresso Estadual (veja um resumo no quadro ao lado) serão levadas pelos gaúchos ao Congresso Nacional, a ser realizado em julho em Belo Horizonte. As posições assumidas no Rio Grande do Sul, com ênfase para o questionamento político, poderão fazer com que também em outros Estados se registre um crescimento do comportamento crítico da categoria.

# Propostas são bem políticas

"Consolidar a consciência política dos técnicos agrícolas, na busca de melhores condições de vida e trabalho, e pela constituição de uma sociedade justa". Este o apelo feito pela Atargs, em nome da organização dos técnicos agrícolas, e que consta do relatório do 2º Congresso Estadual. Abaixo, um resumo das principais resoluções do encontro:

### POLÍTICA AGRÍCOLA

● Política agrícola que atenda, com prioridade, aos interesses dos pequenos produtores e do mercado interno. Autonomia para o Ministério da Agricultura, e ampla participação na formulação de uma nova política. Assistência técnica orientada no sentido de respeitar costumes e tradições dos agricultores. Revisão no Proagro e maior intercâmbio entre pesquisa, extensão e produtor.

### AGRICULTURA ALTERNATIVA

● Defesa da agricultura alternativa, que melhor aproveite os recursos naturais, com redução do uso de produtos químicos. Lutar para que o ensino agrícola seja voltado para este tipo de agricultura, formando profissionais conscientes e críticos. Formação de uma comissão da Atargs para apresentar propostas no sentido de viabilizar novas opções para exploração do solo. Que a pesquisa seja voltada para uma agricultura mais biotecnológica, respeitando o homem e o meio ambiente, e reduzindo a dependência dos pacotes tecnológicos vindos de fora.

### REFORMA AGRÁRIA

● Reforma agrária ampla, massiva e imediata, com a participação dos trabalhadores rurais e seus órgãos de representação. Que o programa de reforma agrária seja parte de um plano geral de desenvolvimento econômico. Revogação do artigo do Estatuto da Terra que proíbe a desapropriação dos imóveis classificados como empresa rural. Também os trabalhadores expulsos de suas terras, e hoje morando na cidade, devem ser beneficiados.

### AGROTÓXICOS

● Os agrotóxicos são "um mal necessário", mas devem ser usados de forma racional, e se possível substituídos pelos métodos naturais. O receituário agrônomo deve ter outra denominação, receituário agropecuário. Que a ecologia faça parte do currículo das escolas agrotécnicas.

### CONSTITUINTE

● Incluir, de forma abrangente, na nova Constituição, questões relacionadas com o meio rural. Que, no caso das terras ocupadas após a reforma agrária, a posse seja coletiva, com exploração das glebas e comercialização dos produtos de forma cooperativa. Orientar a política agrícola de acordo com as necessidades do povo brasileiro. Equiparação da Previdência Social entre trabalhadores urbanos e rurais. Ocupação do solo rural e urbano conforme critérios sociais, econômicos e ecológicos que, se desrespeitados, implicariam em desapropriação.

# Estudantes retornam ao campo

O Instituto Municipal de Educação Assis Brasil, de Ijuí, uma das mais tradicionais escolas de formação de técnicos agrícolas do Estado, rediscutiu o ensino profissionalizante, a partir de 1983. E os resultados desse reestudo, com a participação dos seus 180 alunos do curso de técnico em agropecuária, começam a aparecer. Segundo o diretor administrativo da escola-fazenda, engenheiro florestal Nilo Ruben Leal da Silva, por volta de 1979 e até 1983 a linha seguida pela então direção era de total descaso ao ensino técnico com aulas práticas.

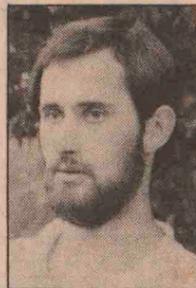
Desde a rediscussão, os alunos voltaram a fazer o que nunca deveriam ter deixado de lado: têm aulas num turno na sede da escola, e no outro na fazenda, que conta com uma área útil de 120 hectares, à margem da BR-285. Isso acontece todos os dias, para que o aprendizado seja feito

também a nível do trabalho de campo, que abrange as áreas vegetal e animal (lavoura para produção de grãos, horticultura, fruticultura, conservação de solo, suinocultura, pecuária de corte e leite, apicultura e outros, além de experimentos).

A reformulação fez também com que se decidisse pela unificação dos cursos de agricultura e de pecuária, que se transformaram num só, de agropecuária. Nilo lembra que o técnico que se formava em agricultura saía da escola sem conhecimentos de pecuária. "É a propriedade — diz ele — deve ser vista no conjunto de suas atividades". Na Assis Brasil, isso poderia ter sido feito desde 1978, mas a unificação foi adiada pelos administradores da escola na época.

O diretor da fazenda observa que o ensino profissionalizante no Imeab (esta

é a nova sigla da escola) teve um alto nível até os últimos anos da década de 70, e depois passou a um segundo plano. Com a retomada, a fazenda oferece melhores condições aos alunos, passando a contar com uma agroindústria e implantando, finalmente, um matadouro projetado há bastante tempo. Os estudantes, por sua vez, formaram uma cooperativa, que administra o internato (com cerca de 50 alunos) e projetos de horticultura e criação de coelhos e aves. Aos poucos, segundo Nilo, a Assis Brasil irá recuperar seu padrão de ensino.



Nilo Ruben

## Estabilidade é o que interessa

11) Os países do Sul (conhecidos também como subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento) entram num período democrático, onde a pressão dos países do Norte (os chamados desenvolvidos) para que isto aconteça é evidente. O Norte busca a estabilização política onde a situação econômica é quase um caos. As chances de receberem o pagamento das dívidas torna-se maior desta forma do que através de governos ditatoriais, potencialmente provocadores de crises sociais perigosas aos interesses do capital. É dentro desta ótica que, acreditamos nós, devem ser vistas as chamadas "novas democracias" da América Latina e os recentes acontecimentos no Haiti e nas Filipinas.

12) Dentro deste plano, os EUA lançaram no dia 11 de outubro passado o já famoso plano Baker. Este visa exatamente propor aos países mais endividados do mundo um plano para o pagamento de suas dívidas. Entre os quinze países selecionados estão as "novas democracias". Isto é, com os ânimos políticos mais calmos, o plano pode ser aceito mais facilmente, embora ele não tenha grandes diferenças das propostas do FMI das épocas das ditaduras.

Podemos dividir o plano em três pontos:

a) Serão destinados 20 bilhões de dólares em 3 anos para os quinze países mais endividados do Sul (onde o Brasil ocupa o primeiro lugar). Sete bilhões serão fornecidos pelos bancos americanos e 13 bilhões pelos bancos europeus e japoneses. Neste sentido, os bancos alemães concordaram, no início de 1986, a participarem. A Argentina tinha sido escolhida como cobaia mas recuou. O Equador passa então a ser o país escolhido.

b) Aumentar em 9 bilhões de dólares durante o mesmo período as operações financiadas pelas organizações internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

c) Obter dos países superendividados a garantia da aplicação de uma política rigorosa de saneamento de suas economias em troca da promessa de capitais necessários ao retorno de um mínimo de crescimento. Quais são os principais elementos desta política rigorosa?

1 - privatização das indústrias deixando o caminho livre às multinacionais;

2 - abertura das fronteiras aos países estrangeiros;

3 - reformas fiscais.

Este esquema permitirá de estender cerca de 29 bilhões de dólares aos 15 países mais endividados. Entretanto, somente de juros da dívida, estes mesmos países deverão pagar 130 bilhões de dólares entre 1985 e 1988. Mais, segundo o ministro das finanças do México, sr. Jesus Silva Herzog, estes quinze países pagam já quase 40 bilhões de dólares de juros por ano.

13) No dia 4 de fevereiro o presidente dos EUA lançou a proposição de realizar uma nova conferência internacional visando estabilizar o sistema monetário mundial. Em outras palavras, criar um sistema de paridade fixa entre as principais moedas do mundo de forma a não deixar, por exemplo, o dólar mudar de valor a cada dia no mercado financeiro mundial ao sabor da oferta e procura, mas também de muita especulação, como qualquer outro tipo de mercadoria. Reunião esta que poderá acontecer ainda em 1986 e que se alcançar os objetivos propostos, poderá modificar em muito a face econômica do mundo.

Argemiro Luís Brum  
de Montpellier/França

O ano de 1985 terminou com diversos acontecimentos importantes na área da economia mundial. Particularmente, considero um dos anos mais ricos neste sentido. Ele tem tudo para ser lembrado como o ano que deu o "tom" para o restante da década e mesmo para o final do século. Sendo assim, vamos aproveitar este espaço para analisar o que nos reserva 1986, com base nos acontecimentos econômicos do ano passado.

Os grandes acontecimentos de 1985 podem ser resumidos em 13 pontos fundamentais que merecem destaque:

1) Uma baixa considerável do dólar norte-americano em relação as principais moedas do mundo ocidental, em especial o franco francês, o marco alemão e o yen japonês (ver Tabela nº 1). Ligado a isto, uma baixa importante nas taxas de juros no mercado internacional.

2) Um aumento considerável do protecionismo nos EUA, ou melhor, na idéia de aplicá-lo. Nada mais nada menos do que cerca de 200 projetos estão no Congresso norte-americano sobre o assunto.

3) Uma guerra comercial declarada entre os principais centros econômicos do mundo em especial EUA e CEE. Esta guerra é centrada principalmente sobre o comércio de produtos agropecuários. A criação do programa BICEP em maio/85 pelos EUA é um forte exemplo.

4) O aumento na procura de acordos de cooperação dito bilaterais, isto é, entre dois países especificamente, que procuram assim fugir da pressão econômica do mercado mundial.

5) O Japão é forçado, especialmente pelos EUA, a diminuir seu avanço econômico sobre o mundo. Avanço este traduzido num recorde de receitas resultante das exportações para o resto do mundo. A balança comercial do Japão (exportações menos importações) terminou o ano de 1985 com 56 bilhões de dólares de superávit, isto é, 26,4 por cento de aumento sobre 1984. Aproximadamente 85 por cento deste resultado foram obtidos sobre os EUA.

Com o dólar forte, os japoneses venderam muito aos norte-americanos. Assim a balança comercial dos EUA, levando em conta o comércio com o mundo inteiro, fechou o ano com um grande déficit em torno de 145 bilhões de dólares. Para evitar de

aplicar um protecionismo (taxar a entrada de produtos importados para proteger a indústria local) Reagan decidiu apoiar a pressão para a baixa do dólar no mercado mundial. Assim temos a ligação com o ponto número 1.

No dia 22 de setembro passado o Grupo dos 5 grandes, conhecidos como G-5 formado pelos EUA, França, Alemanha, Japão e Inglaterra, decidiu intervir no mercado mundial do dólar. Fortes vendas de dólares são feitas pelos bancos centrais destes países europeus e asiático, apoiadas por declarações do governo dos EUA. O objetivo: baixar o dólar.

6) Uma grande crise do petróleo. Agora no sentido inverso. A decisão da OPEP, tomada no dia 9 de dezembro passado, em não mais tentar sustentar os preços do petróleo pela diminuição de sua produção, mas sim fazer o jogo do mercado produzindo o máximo para compensar a queda nos preços, faz com que os preços do petróleo no mundo, despenquem. A Tabela nº 2 mostra que estamos vivendo preços muito próximos dos de 1972/73, quando do chamado primeiro choque do petróleo.

7) A mudança da política da OPEP coincide com dois acontecimentos importantes na URSS. Primeiro a virada política soviética com a subida ao poder de Gorbachev. Sua política se caracteriza pela busca do crescimento econômico em especial através da produção de alimentos e do desenvolvimento da tecnologia em detrimento das armas e da conquista do espaço. Isto explica a busca soviética de acordos com os EUA (caso da reunião de novembro passado em Genebra na Suíça) e o plano soviético de desarmamento mundial até o ano 2.000.

Em troca a URSS pretende aumentar o bem-estar da sociedade tendo em primeiro plano um aumento do consumo de alimentos por pessoa ao ano. Segundo o plano quinquenal (1986-1990), o consumo de carne deverá passar a 70 quilos/pessoa/ano, o de leite entre 126 e 135 quilos, o de frutas e legumes entre 126 e 135 quilos também e o de ovos entre 260 e 266 unidades. Para tanto, um aumento considerável na produção alimentar e uma melhor racionalidade na alimentação dos animais com o objetivo de reduzir as importações de grãos, entre eles a soja.

O segundo acontecimento na URSS é a constatação de que sua produção de petróleo está diminuindo. Ora, é o petróleo, o ouro e hoje o gás, vendidos ao exterior, que

pagam a grande parcela das importações. Pela primeira vez, em 1984, a produção soviética de petróleo recuou de 0,5 por cento, chegando a 12,3 milhões de barris/dia (1 milhão de barris por dia equivale a 50 milhões de toneladas ao ano).

Em 1985 ela diminuiu de 4 por cento ficando em 11,8 milhões de barris/dia. E a baixa da produção deverá durar até fins da década. Esta realidade e as sérias dificuldades para vender seu ouro no exterior (na metade dos anos 70 a URSS vendia 300 toneladas de ouro por ano e em 1984 vendeu apenas a metade deste volume) tendem a conduzir a URSS a frear suas importações.

Na verdade os soviéticos possuem três opções:

a) reduzir suas importações de produtos agrícolas e alimentares, os produtos das áreas químicas e do aço e os equipamentos industriais.

b) aumentar seus empréstimos em dinheiro no mercado internacional aproveitando seu excelente crédito, pois sua dívida externa é de apenas 10 bilhões de dólares.

c) aumentar suas vendas de ouro ao exterior, pois ela tem condições de aumentar a extração sem falar nos seus altos estoques e chegar novamente a exportar 300 toneladas ao ano.

Se a escolha recair sobre o limite nas importações de produtos agrícolas, teremos um grande comprador mundial em recuo para diversos produtos, como os cereais e a carne e também a soja e derivados.

8) A China abre suas portas ao ocidente em busca de uma dinamização econômica e de um novo impulso desenvolvimentista. Em que áreas ela será importadora? Em que áreas ela será exportadora? Em outras palavras, uma outra Nação, esta com 1,1 bilhão de pessoas, isto é, 23 por cento da população do mundo, entra pouco a pouco na concorrência do mercado mundial.

9) A Coreia do Sul enfrenta pela primeira vez a crise depois de seu extraordinário "boom" econômico. Isto mostra que a famosa região do Pacífico, onde o comércio mundial vinha depositando suas esperanças nos últimos anos, também começa a recuar.

10) As matérias-primas em geral atingem seus preços mais baixos dos últimos 15 anos. Os exemplos da soja, cereais e hoje mesmo do petróleo confirmam esta dura realidade para quem produz. Ao mesmo tempo a produção mundial cresce de forma demolidora como mostra a Tabela nº 3.

# A economia em 86

# Reflexos na agricultura

Uma ameaça: crescem os estoques mundiais

Desde o início dos anos 80 os mercados internacionais dos produtos alimentares se instalaram em uma situação de crise: superprodução, diminuição do comércio, aumento dos estoques e baixa dos preços. Desde 1980, as matérias-primas perderam 30 por cento de seu valor em dólares correntes (sem levar em conta a inflação). Esta baixa foi particularmente forte para algumas categorias de produtos agrícolas como os cereais, os produtos animais e a soja, cujos preços também em dólares correntes diminuíram de 45 por cento.

Se por um lado, depois do início dos anos 50 até hoje a produção agrícola mundial cresceu espetacularmente (ver a Tabela n° 3) permitindo a países como a Índia, China e Brasil de se tornarem exportadores, por outro lado o comércio internacional, isto é, as trocas (compra e venda) entre os países, estagnaram. Depois de mais de 5 anos o comércio de cereais está entre 200 e 210 milhões de toneladas. As oleaginosas enfrentam o mesmo problema.

Numerosos países alcançaram o nível de auto-suficiência total ou parcial mas é na crise econômica que encontramos a melhor explicação. Um grande número de países importadores foram obrigados a diminuir suas compras devido aos problemas econômicos. Em outras palavras, os compradores existem mas não têm dinheiro. E quando encontramos compradores com dinheiro eles são poucos e passam a comandar o mercado com suas exigências. Assim, os mercados de cereais e de produtos leiteiros, para citar um exemplo, são dependentes dos países socialistas, principalmente da URSS. Mas os soviéticos não importarão os 35 milhões de toneladas em 1985/86 contra 56 milhões compradas um ano antes. Reflexo claro do que destacamos no ponto 7.

Quanto as oleaginosas, e mostramos isto em janeiro durante nossos seminários, a demanda pelo farelo de soja estaciona e é compensada em um certo sentido pelo mercado do óleo. Inclusive parece ser o mercado do óleo o grande dinamizador aqui para frente, juntamente com os grãos, no complexo soja. Entretanto, a forte concorrência do óleo de palma já está colocando água na fervura.

Assim, no momento, os estoques internacionais continuam a se acumular forçando para baixo os preços. Somente em soja temos 20 milhões de toneladas em estoque no mundo. Mesmo a seca no Brasil não fez movimentar os preços até agora, pois o estoque existente é maior que a melhor safra brasileira. Para o trigo a situa-

ção é ainda pior. Os estoques de fim de campanha dos 5 principais exportadores (Argentina, Austrália, Canadá, EUA e CEE) serão em maio próximo iguais em volume a 90 por cento do comércio mundial contra 60 por cento durante os anos de crise, até então considerados os mais graves (ver a Tabela n° 4).

As previsões são catastróficas para o futuro a médio prazo, isto é, até o final da década. Somente a CEE, que em 1º de outubro de 1985 tinha 17 milhões de toneladas de cereais em estoque público (contra 6 milhões um ano antes) deverá chegar em 1989/90 a 90 ou mesmo 95 milhões de toneladas, o equivalente a uma colheita anual. Já para os produtos leiteiros (manteiga e leite em pó principalmente) os estoques da CEE e dos EUA cobrem diversos anos de comércio internacional. Em outras palavras, poderíamos ter diversos anos de pleno comércio somente com os produtos que estão em estoque, parando completamente a produção.

E o pior é que quem fala em estoques não pode esquecer de falar em financiamento. Afinal são estes que sustentam àqueles. E a alta dos estoques internacionais ligada a crise econômica geral coloca a grande maioria dos mecanismos públicos de garantia e de estabilização dos mercados, como é o caso da CEE, em grave crise financeira e mesmo política.

Assim, os governos buscam a redução dos custos em seus programas de apoio ao setor primário e fazem jogar a lei do mercado. Ora, isto provoca uma nova concentração das propriedades rurais em prejuízo dos pequenos produtores rurais. Segundo os especialistas, 1/10 das propriedades dos EUA poderão desaparecer em função da nova lei agrícola (o Farm Bill 85) assinada no Natal passado. Graças a ela o governo norte-americano espera melhorar a competitividade de seus produtos sobre os mercados internacionais.

Não se vê, no momento, um fim lógico para esta crítica realidade. Para se ter uma idéia final de sua gravidade, entre todos os perigos que ela carrega, podemos ter a destruição completa do sistema cerealeiro mundial em torno de seu centro que é a Bolsa de Chicago.

Este artigo foi elaborado com base em texto do "Le Monde" de 29 de janeiro de 1986 (página 35), e em análise de Philippe Chalmin, "A desorganização dos grandes mercados de cereais", publicada no "Le Monde Diplomatique", também de janeiro de 86 (páginas 22 e 23).

TABELA N° 1 - Evolução do dólar em relação as principais moedas

	1978	Set/84	Fev/85 (A)	Dez/85	Fev/86 (B)	B/A
Franco . . .	3,98	8,83	9,95	7,68	7,28	- 27%
Marco . . .	1,72	2,87	3,25	2,51	2,37	- 27%
Yen . . . . .	175	241	258	202	186	- 28%

Fonte: Montagem com base em dados do jornal Le Monde - Paris/França

TABELA N° 3 - Evolução da produção agrícola mundial (em milhões de toneladas)

	1973-1975 (média)	1985-1986 (previsões)
Trigo . . . . .	363,2	509,8
Cereais secundários . . . . .	647,6	837,3
Grãos de soja . . . . .	58,2	97,1
Amendoim . . . . .	11,2	21,3
Grãos de girasol . . . . .	10,5	18,7
Grãos de colza . . . . .	7,1	18

Fonte: Alfred Toppfer A.G., Hambourg (Alemanha). Boletim Mensal in: "A desorganização dos grandes mercados de cereais" de Philippe Chalmin. Le Monde Diplomatique, janeiro/86, p. 22.

TABELA N° 2 - Evolução dos preços do petróleo bruto (+) no mercado mundial - (em dólares/barril)

Data	Preço
1972 . . . . .	7,00
1974 . . . . .	25,09
1978 . . . . .	22,35
1980 . . . . .	43,80
1983 . . . . .	31,39
19.02.1986 . . . . .	15,00

(+) Petróleo não refinado. Existem infinitas variedades e qualidades como os "ligeiros" e os "pesados". Os mais conhecidos são: o "brent" do Mar do Norte, o "WTI" dos EUA, o "árabe ligeiro" da Arábia Saudita e o "ural" da URSS.

Fonte: Le Monde - Paris/França - Fevereiro/86.

TABELA N° 4 - Evolução dos estoques e do comércio mundial do trigo (em milhões de toneladas)

Anos	Estoques	Comércio mundial
1966/67 . . . . .	35	55
1973/74 . . . . .	26	63
1978/79 . . . . .	56	71
1980/81 . . . . .	46	94
1981/82 . . . . .	54	100
1982/83 . . . . .	65	96
1983/84 . . . . .	63	100
1984/85 . . . . .	72	104
1985/86 . . . . .	81	92

Fonte: Le Monde Diplomatique, janeiro/86, p. 22.

# As charqueadas em decadência

A depressão de 1929/30 foi fatal para a economia brasileira, em especial a pecuária do Rio Grande do Sul. Se no decorrer das três primeiras décadas do século nossos charqueadores sofreram a concorrência implacável dos países do Prata, numa primeira fase, seguindo-se a presença dos ingleses com seus frigoríficos onde só não "aproveitavam o berro do boi", o período que sucedeu ao "crack" mundial foi absolutamente dramático. Com uma pauta de comércio internacional baseada no café, o país não teve como enfrentar a crise de mercado que levou de roldão - na esteira da Bolsa de Valores de Nova Iorque - as mais sólidas economias do mundo.

Como não poderia deixar de ser, a pecuária do nosso Estado foi tremendamente afetada. A crise aviltou os preços, reduzidos ao máximo por falta de operatividade da indústria pastoril, que não encontrava compradores. Por menores que fossem os preços de oferta não havia procura, pois a demanda superava em muito os índices de frouxidão do mercado.

Os charqueadores vinham desde vários anos registrando prejuízos em seus balanços. Muitos estavam falidos e sem perspectivas de reanimação empresarial. Os bancos, que tinham compartilhado desses prejuízos, a ponto de alguns se precipitarem na falência (caso particular do Pelotense, que persistiu na política de garantir créditos aos charqueadores), recuaram depois para não serem colhidos por novas e fatais surpresas.

Com reduzido capital próprio e créditos financeiros insuficientes, os charqueadores cruzavam os braços ou reduziavam os abates, apenas para cumprir compromissos imediatos. A moratória concedida aos fazendeiros, por volta de 1933, pelo governo revolucionário do sr. Getúlio Vargas, foi a saída encontrada para evitar o caos total de nossa principal economia.

Mas a moratória, que representou um fator de alívio aos criadores, significando mesmo a salvação da maioria, por si só não representava a solução dos problemas como um todo, pois, conforme se viu, a crise extrapolava os mecanismos de controle interno, fixando-se em patamares de economia externa. A década de 30 foi de dificuldades quase insanáveis para as finanças mundiais, pois as nações do Ocidente foram arrastadas na avalanche causada pelo craque da economia norte-americana, cujo símbolo caído era a Bolsa, em pleno coração da famosa "Wall Street".

## O COOPERATIVISMO

A situação dos criadores, portanto, era angustiada. E essa angústia, reiterada nos vários congressos que a classe passou a promover. Normalmente, os debates giravam em torno da situação das charqueadas particulares, em flagrante decadência perante a pressão dos novos tempos, e que se revelava no domínio cada vez maior dos frigoríficos. A idéia, que passou a se desenvolver ao longo dos debates e atas de reuniões, levava ao cooperativismo.

A 25 de julho de 1931 é fundada em Porto Alegre a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Carnes Ltda. Esse empreendimento não prosperou. A cooperativa pretendia atuar em todo o Estado, o que evidentemente demandaria infra-estrutura que estava longe de possuir. Nessa época já operavam três grandes frigoríficos estrangeiros no Rio Grande do Sul: em Rio Grande, a Cia. Swift; e em Rosário do Sul e Santana do Livramento, a Cia. Swift-Armour.

A incapacidade física para o fun-

cionamento da Sul-Rio-Grandense ficou evidenciada já em sua segunda reunião de assembléia geral, realizada no ano seguinte na cidade de Bagé. Como resultado da situação exposta, quando foram aumentadas as dívidas quanto à viabilidade da cooperativa sediada em Porto Alegre, foram lançadas as bases para uma nova cooperativa.

## A SOCIEDADE

Em seu livro: "Nova era para a indústria do charque" - Tipografia Esperantista, Rio de Janeiro - Cassiano Alberto Lorenzo Fernandez escreve que a 1º de fevereiro de 1932 era fundada em Bagé a Sociedade de Fazendeiros. Segundo o autor, um bem fundamentado ensaio de cooperativa. Foi seu patrono e fundador Affonso Garrastazú, e diretor-presidente, Antônio Simões Cantera.

Curiosa foi a formação do capital social da cooperativa. Ele fez-se exclusivamente com o produto da comercialização das miudezas das reses abatidas, que até então eram totalmente desprezadas nas antigas charqueadas. Esses produtos eram dados aos pobres da região ou simplesmente jogados fora, constituindo-se no principal fator de fedentina em torno dos estabelecimentos, não raro expelindo seus odores desagradáveis em torno de um raio de três quilômetros ou mais, dependendo dos ventos.

O rendimento médio das "miudezas" alcançou a cifra de 13\$000 (treze mil réis) por cabeça no primeiro ano de funcionamento da charqueada (1932). Só com a comercialização desses produtos, em quatro anos foi formado um capital social de 1\$000.000 - mil contos de réis.

Mas Lorenzo Fernandes culpa a má administração da Sociedade, acusando-a de "simplesmente medíocre". Sem citar nomes, afirma que os seus diretores afastaram-se do verdadeiro cooperativismo, produzindo irreversível cisão entre os associados. Como se pode observar, é antiga a discórdia que tem assinalado a vivência do cooperativismo entre nós.

## A PEDRITENSE

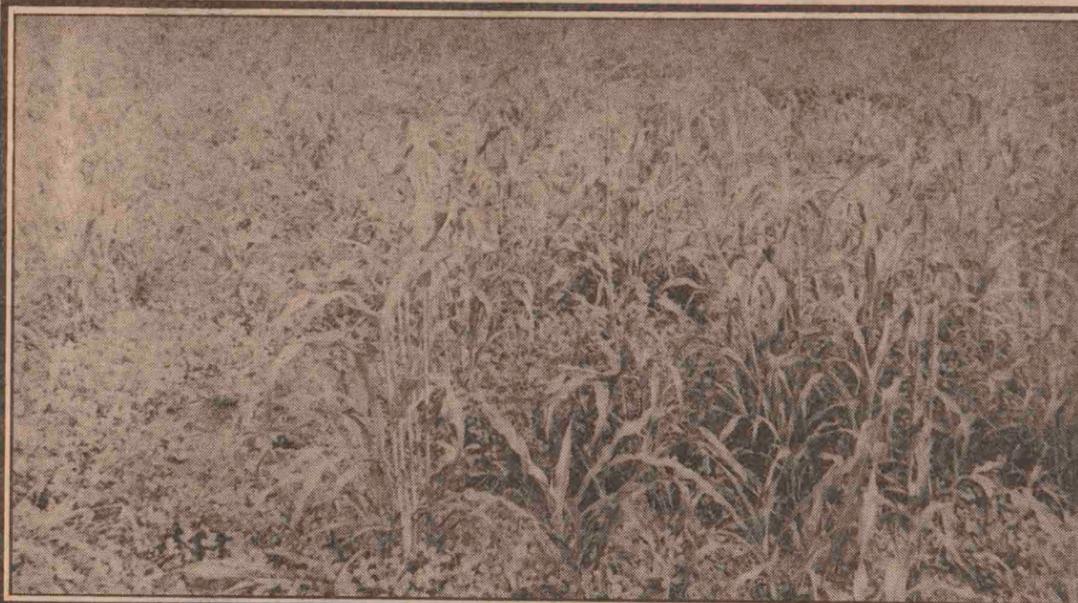
Um dos primeiros resultados desse "reconciliável desentendimento" foi a fundação da Indústria Pedritense de Carnes - Sociedade Cooperativa Ltda., Ipecê, que se constituiu em 8 de novembro de 1936, conforme já nos referimos em reportagem publicada na edição n° 132 do Cotrijornal, na matéria intitulada "Cooperativa desde o início".

A Pedritense, hoje Cotrijuí, estabeleceu novos rumos à indústria saladeril no Brasil, tendo sido considerada modelo, em seu gênero, por técnicos do Ministério da Agricultura. E não só o seu parque industrial chamou a atenção dos especialistas, como também serviu de motivação e inspiração para a região da Campanha.

Menos de dois meses depois era criada em Bagé a Cooperativa Bageense de Carnes e Derivados, em 26 de dezembro. Pela mesma época eram instaladas a Rural Gabrielense, em São Gabriel, e a Rural Alegrentense, no município de Alegrete.

A partir daí passou a haver um grande incremento de cooperativas industriais agropastoris no Estado. Os fazendeiros já tinham chegado à conclusão que a única forma de se protegerem da ação monopolista exercida pelos frigoríficos ingleses era através da união cooperativista. E o movimento foi crescendo. Em 1938, quando da realização do Congresso Cooperativo Estadual, realizado em Porto Alegre, inscreveram-se 94 cooperativas, a maioria delas dedicadas às atividades agropastoris. (Por Raul Quevedo)

● Na próxima edição: origem e desenvolvimento das charqueadas nos países do Prata.



Trevo vesiculoso e azevém proveniente de sementes que caíram no solo em fins de 1985, se estabelecendo no meio do milho.

## As forrageiras de inverno

As forrageiras começaram a ser difundidas na área de ação da Cotrijuí, Região Pioneira, por volta de 1974, bem na época em que também se começou a falar sobre a diversificação da produção na propriedade. De lá para cá as forrageiras vêm se firmando como alternativas e ganhando, cada vez mais, maiores espaços nas lavouras da região. Quem lida com gado de leite ou de corte, sabe o valor que tem um pedaço de pasto, principalmente nos piores meses de inverno. Alguns produtores que não trabalham com gado, estão plantando forrageiras para a produção de semente, obtendo, na maioria dos casos, excelentes retornos econômicos.

Mas não é só o lado econômico que conta. O plantio de pastagens, principalmente nos meses de inverno e em áreas que não são ocupadas com o trigo ou outras culturas de grãos, tem sido, nos últimos anos, o grande "cavalo de batalha" do Departamento Técnico da Cotrijuí na recuperação dos solos da região. "Sempre que se coloca animais em pastejo, lembra João Miguel de Souza, agrônomo responsável pelo setor de forrageiras do Centro de Treinamento da Cotrijuí, ocorre reciclagem dos nutrientes do solo". Essa reciclagem acontece não só pela melhoria das características físicas do solo, ocorrida em função da incorporação de restos de matéria orgânica, mas também pela quantidade de Nitrogênio que a pastagem fornece ao solo.

### O QUE PLANTAR NO INVERNO

Para o inverno, as forrageiras indicadas para a região são a aveia, o azevém, o centeio, os trevos e a ervilhaca. A maioria delas são gramíneas ou leguminosas anuais, que devem ser semeadas todos os anos, ao contrário das perenes, como o trevo branco e o cornichão, que duram vários anos. As gramíneas anuais devem, na maioria das vezes, ser cultivadas em consorciação com leguminosas.

A aveia, o centeio e o azevém são gramíneas anuais que podem ser semeadas com grades ou máquinas de plantio direto sobre pastagens perenes como as bermudas, pensacolas, previamente rebaixadas pelo pastejo ou então, roçadas. Outra opção é fazer o plantio através de sistema convencional em áreas anteriormente ocupadas pelas culturas de grãos de verão — soja, milho — ou ainda em áreas que foram ocupadas por forrageiras anuais de verão.

A cultivar de aveia indicada para região e mais adequada ao pastejo é a preta Comum RS. Apresenta maior resistência a ferrugem e tem um período mais prolongado para o pastejo. É claro que outras aveias, como as brancas e amarelas, também podem ser plantadas para pastejo, embora sejam mais indicadas para a produção de sementes.

### A AVEIA E O CENTEIO

A aveia, bem como as demais gramíneas, podem ser cultivadas em consórcio com outras forrageiras leguminosas, como a ervilhaca e os trevos branco, vesiculoso e subterrâneo. A aveia, quando semeada em consorciação, requer 60/70 quilos de semente por hectare. O centeio tem características semelhantes a da aveia e também vem sendo cultivada para pastagem. Apresenta um bom volume de massa verde, resistindo muito bem ao pisoteio dos animais. A aveia e o centeio produzem especialmente no inverno.

### O AZEVÉM

É outra gramínea anual importante para a alimentação do gado. Por ter uma produção mais tardia, ela assegura pastagem para o período em que começa a esgotar a aveia e o centeio. A cultivar mais recomendada para a região é a Comum RS. Também se desenvolve relativamente bem sobre áreas de pensacola, pangola ou a bermuda, todas gramíneas de verão.

### AS LEGUMINOSAS

As leguminosas anuais de inverno recomendadas para a região são os trevos e a ervilhaca. O trevo subterrâneo é menos exigente em fertilidade, apresentando o seu pique de produção entre os meses de agosto e setembro. Já o trevo branco é bem mais exigente em fertilidade. É uma leguminosa perene que deve ser plan-

tada em áreas úmidas. "Temos observado, diz João Miguel, que o trevo branco, quando plantado em coxilhas, se comporta como uma leguminosa anual". O trevo vesiculoso também é bastante exigente em fertilidade, apresentando um período de produção bem mais longo, se estendendo até os meses de dezembro e janeiro. Produz grande quantidade de sementes, possibilitando a ressemeadura natural da planta.

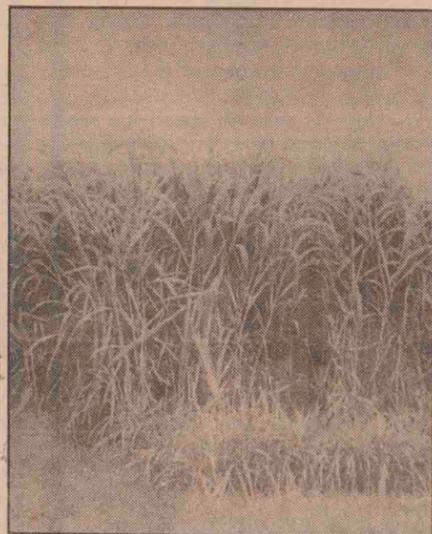
De um modo geral, as leguminosas precisam de uma boa disponibilidade de fósforo para apresentar bons resultados. Elas podem ser semeadas a lanço enquanto que as gramíneas devem ser plantadas em linhas. O trevo vesiculoso, quando semeado em consórcio requer seis quilos de semente por hectare; o branco um quilo e o subterrâneo também seis quilos por hectare.

A ervilhaca produz bastante massa verde, mas é sensível ao pisoteio dos animais. Por essa razão o João Miguel aconselha o seu plantio em consórcio com o centeio, a aveia ou o azevém. A melhor consorciação da ervilhaca acontece com a aveia ou o centeio, pois é uma planta que precisa de uma outra que funcione como suporte. Ela tem características de trepadeira. A ervilhaca, quando em consórcio, necessita de 40/50 quilos de semente por hectare.

## As coleções do CTC

O Centro de Treinamento da Cotrijuí está trabalhando atualmente com cerca de 250 cultivares de forrageiras das mais diversas espécies. Destas, mais de 20 já estão na lavoura de grande número de produtores da região. O trabalho que vem sendo feito no CTC com estas cultivares visa avaliar, não apenas o desempenho da planta, mas também a qualidade da sua produção, a adaptação ao meio — resistência as geadas e a seca — e outras características agrônomicas. Só depois de confirmado a sua adaptação às condições climáticas da região e o seu desempenho produtivo é que elas são distribuídas entre os produtores.

Uma das maiores coleções de capim elefante do Rio Grande do Sul — 54 cultivares — está sendo avaliada no CTC. Entre as diversas espécies, encontra-se o Gramafante — por nem todos considerado uma cultivar de capim elefante —, que apesar do sucesso que vem fazendo entre os produtores gaúchos, tem apresentado um desempenho bastante inferior a maioria das cultivares. "Por essa razão, diz o



Cultivares de capim elefante em avaliação

João Miguel de Souza, agrônomo, os produtores que estiverem interessados no Gramafante, devem, antes de adquirir as

## O valor da consorciação

Muitos produtores da região vêm trabalhando com pastagens consorciadas já algum tempo e sabem, por experiência própria, dos benefícios que podem tirar. Outros ainda não se arriscaram a plantar aveia consorciada com trevo, por exemplo, por desconhecer totalmente o valor de uma consorciação, tanto para a recuperação do solo como para o enriquecimento de pastagens em valor nutritivos. O João Miguel de Souza, agrônomo do CTC, faz um pequeno resumo, tentando mostrar a importância da consorciação de gramíneas com leguminosas:

- Através da consorciação o produtor tem condições de obter uma alimentação mais rica para o gado. As gramíneas possuem valor energético, enquanto que as leguminosas são ricas em proteínas, fósforo, potássio, cálcio e vitaminas.

- As leguminosas apresentam, quando da sua maturidade, um decréscimo menos acentuado do que as gramíneas em qualidades nutricionais.

- A consorciação é essencial para o bom andamento dos programas de rotação de culturas. Por exemplo: numa área onde foi plantado azevém, o produtor pode, no inverno seguinte, plantar qualquer outra espécie de forrageira ou então o trigo, ou a colza. Através da rotação de culturas, as condições do solo serão cada vez melhores e o ataque de doenças, como mal do pé serão evitadas.

- Por aumentarem o consumo de pastagens de baixa qualidade.

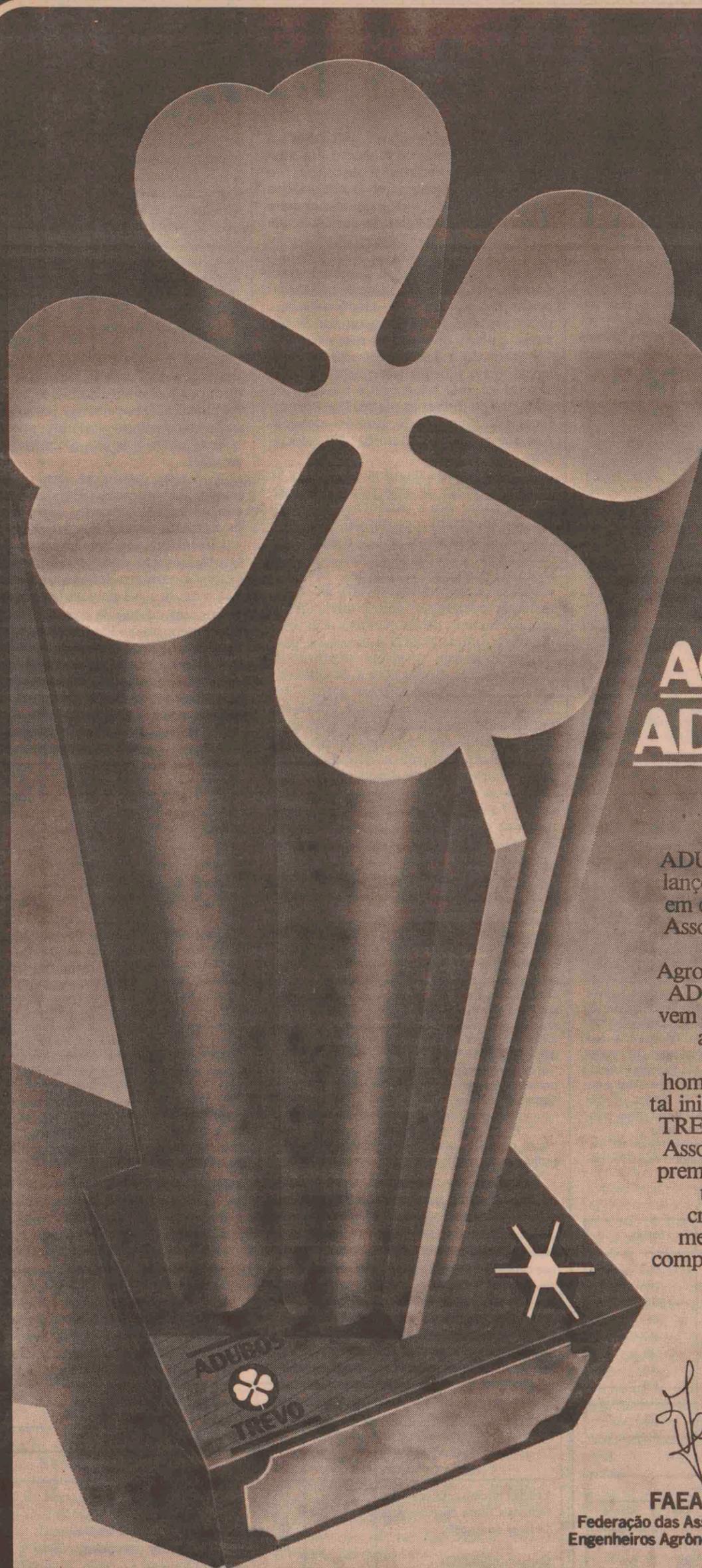
- No consórcio de pastagens o ideal é o produtor obter 60 por cento da área com gramíneas e 40 por cento com leguminosas.

Vale lembrar que a correção do solo é importante para o desenvolvimento de qualquer pastagem. A adubação de manutenção, em geral, é feita por ocasião do plantio, na proporção de 200 quilos por hectare para as gramíneas e mais 100 quilos de uréia em cobertura. No caso da consorciação, essa aplicação de Nitrogênio pode ser dispensada. A inoculação das sementes de leguminosas antes do plantio é importante, pois vai ajudar na fixação do Nitrogênio atmosférico.

mudas, buscar maiores informações junto aos departamentos técnicos das Unidades da Cotrijuí.

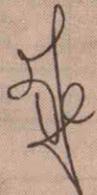
Para os produtores que têm interesse em plantar capim elefante, o CTC tem a disposição mudas das seguintes cultivares: Cameroon, Turrialba, Mercker, Merckeron, Pinda, Taiwan A-25 e HB-534-A. Os associados interessados poderão procurar as Unidades da Cotrijuí na Região Pioneira para fazer sua inscrição com antecedência, pois geralmente a procura é sempre maior que a oferta.

O CTC também vem avaliando outras espécies de forrageiras, como a *Hermarthra* — uma espécie de gramínea de primavera, verão e outono, que parece ter uma certa resistência ao frio —, a *Setária*, o *Panicum*, *Digitária*, bermudas, *Brachiárias* e outras gramíneas tropicais e subtropicais. Diversos gêneros de leguminosas de verão também estão em constante avaliação no CTC, tais como *siratros*, *soja perene*, *centrosema*, *estilozantes*, *galáctias* e *leucena*.

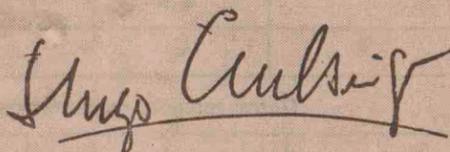


**DESTAQUE  
AGRONÔMICO  
ADUBOS TREVO**

ADUBOS TREVO S.A. - GRUPO LUXMA lançou, em 1985, ano do seu 55º aniversário, em conjunto com a FAEAB - Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e as Associações Estaduais de Agronomia, o DESTAQUE AGRONÔMICO ADUBOS TREVO. Agora, com satisfação, vem de público comunicar que os engenheiros agrônomos indicados pelas comissões julgadoras dos seus Estados, serão homenageados em 1º de julho de 1986. Com tal iniciativa, outro não é o desejo de ADUBOS TREVO S.A. - GRUPO LUXMA, FAEAB e Associações Estaduais de Agronomia, senão, premiando engenheiros agrônomos, incentivar todos aqueles que contribuem para o crescimento da produtividade agrícola e melhoria das condições sociais no campo, compatibilizando os métodos de produção com a conservação dos recursos naturais.



**FAEAB**  
Federação das Associações dos  
Engenheiros Agrônomos do Brasil



**ADUBOS TREVO S.A.**  
GRUPO LUXMA

# A organização das mulheres

Walter Frantz

Nos últimos números do Cotrijornal várias vezes foi abordado o tema da organização e participação das mulheres no cooperativismo, ou mais concretamente, na Cotrijuf. Sem dúvida, isso se deve à importância da experiência que se vem desenvolvendo, há anos neste sentido, apoiada na idéia de que a organização cooperativa que a Cotrijuf representa não visa apenas, embora fundamentais e prioritários, os aspectos econômicos das propriedades de seus associados, mas também os demais aspectos que dizem respeito às pessoas que nelas trabalham. Entende-se a propriedade e o estabelecimento rural não apenas como uma economia, mas como espaço de vida que se constrói pelo trabalho e pela organização dos que nele vivem.

Portanto, sob esse ponto de vista, a atividade de educação que se desenvolve junto aos associados e seus familiares visa as questões econômicas que lhe dizem respeito, mas também visa as questões sociais, políticas ou culturais desse espaço de vida. E uma dessas questões é a sua organização para a participação na cooperativa. No que diz respeito, especificamente, à organização dos núcleos de esposas e filhas de associados, o processo social de organização dos pequenos grupos de vizinhança (os núcleos) e a sua articulação e amadurecimento no sentido da participação política na cooperativa, ao longo dos anos, permitiu muita experiência e muito conhecimento. Muitos foram os avanços dessa organização, mas também muitos foram os problemas enfrentados e nem sempre foram encontradas as soluções, imediatamente. Quando se lida com organização social, não se pode ter sempre

ou querer apenas resultados imediatos. Muitas vezes é preciso ter muita paciência histórica, sem, no entanto, cair no erro da paciência dos espontaneístas. Essa paciência só é válida ou só será possível se tiver bem claro os objetivos desse trabalho de organização, se se compreender a realidade social na qual se atua e se se for capaz de estabelecer estratégias de ação para o caminho a ser seguido.

Por ocasião do encontro regional das líderes dos núcleos de esposas e filhas de associados, em 1985, afirmávamos que em termos de Cotrijuf, o objetivo central do trabalho de educação desenvolvido junto a elas é a organização da mulher para participar, concretamente, ao lado de seus familiares, nas decisões sobre os rumos da organização cooperativa. Porém, lembrávamos também nessa mesma ocasião, que essa organização e participação só seria concretizada pela conscientização, pela aquisição de conhecimentos a respeito de todas as questões e fatos sociais que envolvem a família rural, no dia de hoje; que não bastava apenas conhecer o funcionamento da cooperativa, mas o funcionamento de toda a sociedade. Pois, é esse conhecimento das coisas que fundamenta a participação e é a participação que leva a um novo conhecimento.

Por isso, frisávamos a importância do trabalho conjunto, envolvendo a família toda dos associados, através da abordagem e desenvolvimento de temas que permitissem a compreensão dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da organização cooperativa e da sociedade. Essa caminhada de amadurecimento cultural e consequente engajamento concreto no funcionamento da cooperativa e da sociedade em geral deve de-

volver a todos os familiares, pois assim como se encontram no trabalho em suas propriedades, precisam se encontrar no debate sobre questões que dizem respeito a esse trabalho e à vida social. Se existem discriminações ou falta de oportunidade de participação, isso deve ser superado ao longo da dinâmica dos debates e discussões provindas da prática das reuniões de núcleos, pelos encontros, cursos, etc. Não negamos a validade dos encontros e reuniões específicas de mulheres ou de homens, porém entendemos que os objetivos gerais do trabalho de educação desenvolvido pela Cotrijuf só serão plenamente alcançados pela integração e trabalho em conjunto de ambas as partes. Por isso, defendemos a prática de reuniões e encontros que envolvem as famílias dos associa-

dos. No caso das reuniões de núcleos de esposas e filhas de associados, concretamente, como fica a sistemática do trabalho de educação cooperativa? Pensamos que fundamentalmente, o trabalho de reuniões deve continuar, porém sofrendo algumas pequenas adaptações, devido à evolução desse processo social e à necessidade de adequação dessas atividades à própria história da cooperativa. Em princípio, os núcleos têm autonomia para programar as suas atividades, podendo definir o número de reuniões e os seus conteúdos. Caso algum núcleo decidir, inclusive, desenvolver cursos de atividades práticas de economia doméstica poderá fazê-lo, desde que o grupo assuma esse trabalho. A cooperativa não quer interferir na autonomia do grupo, mas apenas, dentro de suas possibilidades, delimitar o que lhe é possível fazer, orientado pela natureza de seus objetivos. Frente a isso,

o papel das líderes é fundamental para o andamento desses trabalhos.

Por parte da cooperativa, consideramos que, atualmente, devido ao grande volume de trabalho e seu próprio custo, as reuniões com a presença da equipe de educação ou técnicos devem ser em menor número. Consideramos que quatro ou cinco reuniões anuais, planejadas e bem preparadas permitem um excelente trabalho de educação de base, considerando o volume das demais atividades de comunicação e informação da cooperativa no decorrer do dia-a-dia. O planejamento dessas reuniões deve ser feito pelo próprio núcleo, em conjunto com o departamento de educação cooperativa, prevendo-se os assuntos a serem tratados e definidos quem vai coordenar a abordagem dos mesmos.

Devem participar dessas reuniões, sempre que for possível, todas as áreas da cooperativa. No entanto, o departamento de educação cooperativa da área de desenvolvimento de recursos humanos e a área agrotécnica são dois setores intimamente ligados à natureza dessas reuniões. Cabe a eles o apoio mais sistemático aos núcleos de esposas e filhas de associados por parte da cooperativa, ao lado do trabalho importante das lideranças de cada núcleo.

Enfim, a coordenação pedagógica desse trabalho deve ser tal que conduza, de forma consciente e madura, à integração de todo o quadro associativo, com vistas a sua organização e participação econômica e política na cooperativa.

• Walter Frantz é assessor de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuf na Regional Pioneira.

## Um balanço das atividades

Dentro das novas propostas de trabalho da Assessoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cotrijuf na Região Pioneira — antigo Departamento de Comunicação e Educação — está o envolvimento do associado e sua família na discussão dos problemas que envolvem a Cooperativa, a propriedade, a mulher, entre outros. Com novas metas de trabalho, as reuniões e contatos com associados e seus familiares não pararam e em três meses, a Assessoria de Desenvolvimento de Recursos da Regional Pioneira já registrou a realização de 93 reuniões, envolvendo 3.870 associados.

No mês de janeiro, registrou-se importantes reuniões. A primeira delas, com os Representantes eleitos da Cotrijuf, tratou de comer-

cialização. Também aconteceram reuniões para discutir a proposta de moratória e o auxílio de emergência aos produtores rurais, envolvendo lideranças sindicais, cooperativistas e públicas; produtores e outras entidades. Estas reuniões aconteceram nas Unidades de Santo Augusto (com a presença de 97 pessoas ligadas as Unidades de Santo Augusto; Chiapetta; Coronel Bicaco; Rentora e São Martinho); de Tenente Portela (103 pessoas); e de Ijuí (75 pessoas das Unidades de Ijuí, Ajuricaba, Augusto Pestana e Jóia). Outra atividade desse período diz respeito a organização e coordenação das excursões a Colônia de Férias em Rio Grande, que só nessa temporada envolveu 1.280 excursionistas.

No mês de março, com as metas de trabalho mais definidas, aconteceram reuniões pa-

ra avaliação do Balanço, exercício/85. As primeiras reuniões aconteceram a nível de Unidade e com a presença dos representantes e lideranças. Num segundo momento, estas reuniões aconteceram no interior das Unidades. Só na Unidade de Ijuí, por exemplo, (ver quadro específico sobre o assunto), foram realizadas 10 reuniões envolvendo 335 associados. Essas reuniões culminaram com a Assembléia Geral Ordinária, realizada em 25 de março, na Afucotri de Ijuí e que contou com a participação de 105 representantes das regionais Pioneira, do Mato Grosso e de Dom Pedrito.

Nesse mesmo período — de janeiro a março de 86 — também foram feitas reuniões conjuntas de associados e seus familiares; espo-

sas e filhas de associados; novos associados; jovens e estudantes; líderes sindicais e conselhos de produtores (de leite, carne, lã, semente e Comissão da Saúde). Em discussão o plano de trabalho para 1986; Constituinte e Reforma Agrária; estrutura organizacional e funcional da Cotrijuf; comercialização; política de preços mínimos; recebimento da produção; Unimed; diversificação; Estrutura do Poder e participação; avanços e perspectivas da luta da mulher; pacote econômico e assuntos técnicos, entre outros.

Abaixo, nos quadros, o resumo das atividades realizadas sob a coordenação da Assessoria de Desenvolvimento em Recursos Humanos junto ao quadro social durante os meses de janeiro, fevereiro e março.

Quadro de participação nas reuniões sobre Balanço (Mini Assembléias)

Unidades	Nº de reuniões	Participantes	Média
Ijuí . . . . .	10	335	33
Ajuricaba . . . . .	4	343	85
Augusto Pestana . . . . .	1	210	210
Chiapetta . . . . .	1	200	200
Coronel Bicaco . . . . .	7	374	53
Santo Augusto . . . . .	7	270	38
Tenente Portela . . . . .	9	387	43
Jóia . . . . .	2	92	46
TOTAL . . . . .	41	2.211	53

Outras reuniões realizadas no período

	Nº de reuniões	PARTICIPANTES					Média
		Homens	Mulh.	Jov.	Total		
Associados/família . . . . .	13	387	153	147	687	52	
Esposas/filhas de assoc. . . . .	13	61	189	98	348	27	
Novos associados . . . . .	2	10	—	—	10	5	
Jovens/estudantes . . . . .	1	—	—	92	92	92	
TOTAL . . . . .	29	458	342	337	1.137	39	

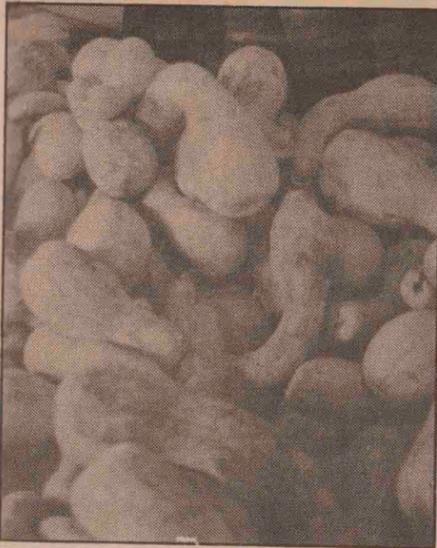
Reunião com representantes eleitos

	Nº de reuniões	Participantes	Média
Reuniões mensais nas Unidades . . . . .	10	138	12
Reunião Reg. Pioneira . . . . .	1	50	50
Reunião Moratória . . . . .	3	78	26
Reunião geral Cotrijuf — MS, RP e DP . . . . .	1	105	105
TOTAL . . . . .	15	371	25

Reuniões com lideranças

	Nº de reuniões	PARTICIPANTES					Média
		Homens	Mulh.	Jov.	Total		
Líderes núcleo cooperativos esposas e filhas de associados	3	7	77	10	94	31	
Líderes de associados . . . . .							
(Participaram das reuniões sobre Balanço — números já computados quadro específico)							
Conselho Produtor — Semente . . . . .	1	15	—	—	15	15	
Comissão Saúde . . . . .	4	42	—	—	42	10	
TOTAL . . . . .	8	64	77	10	151	18	

# CALENDÁRIO



A Cotrijuí já recebeu 30 toneladas

## Abóboras de pescoço

Ninguém mais estranha quando um agricultor encosta seu carro na Cooperativa e descarrega alface, repolho, cenoura, pepino, galinha, ovos, laranja e até abóboras de pescoço. Desde que se começou a falar em diversificação da produção e o agricultor passou a plantar outras culturas, que não apenas a soja e o trigo, muita coisa tem mudado da região. Até um tempo atrás, quando ele plantava abóbora de pescoço, por exemplo, era para fazer algum doce, quibebe, ou para tratar a criação. O excedente geralmente apodrecia e era jogado fora. Atualmente a abóbora que não é consumida na propriedade, que se torna excedente, pode ser comercializada pela Cotrijuí. Ainda no ano passado, quando passou a receber abóbora de pescoço pela primeira vez o volume entregue ficou ao redor das três toneladas. Nesse ano, até o dia 26 de abril, já havia entrado perto de 30 toneladas. Só a Unidade de Tenente Portela deverá fechar a sua safra ao redor das 30 toneladas. Mas apesar do recebimento surpreendente, o Nelci Baroni, responsável pelo setor de hortifrutigranjeiros da Cotrijuí na Regional Pioneira, faz um alerta: o mercado é bastante restrito, pois a abóbora é um produto que depende da procura das indústrias de doce. As abóboras só devem ser entregues na Cooperativa quando estiverem completamente maduras, ou seja, com a casca amarelada. Essa é mais uma exigência das indústrias e não da Cooperativa.

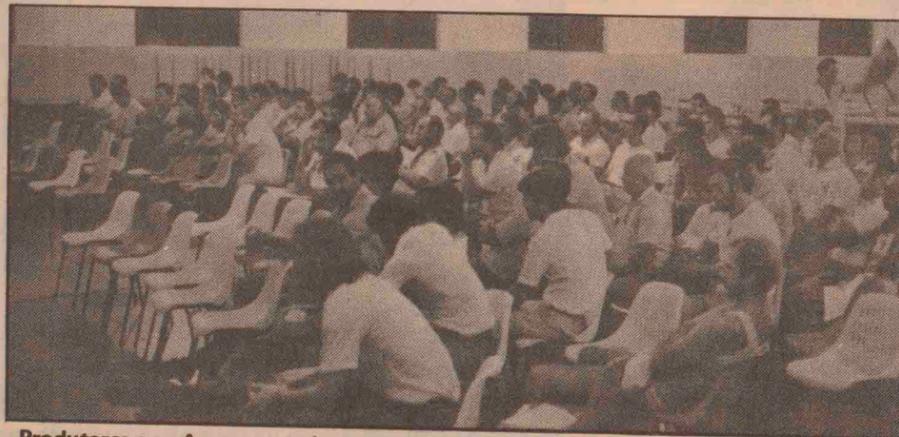
## Dinheiro para semente de forrageiras

Desde o dia 20 de março a Cotrijuí está repassando uma verba no valor de 389 milhões de cruzados aos associados produtores de leite da Região Pioneira. Essa verba foi repassada a Cotrijuí pela Cooperativa Central Gaúcha de Leite, dentro do programa de incentivo a produção de forrageiras de inverno. A meta da CCGL é fazer com que os produtores de leite mantenham a mesma média de leite produzida no verão, nos piores meses de inverno. O financiamento é apenas para a aquisição de semente de aveia, azevém e ervilhaca e, deverá ser pago em duas prestações, sem nenhum

acréscimo. O pagamento deverá ser descontado da receita obtida com a venda do leite nos meses de junho e julho. Só na região Pioneira, em torno de 300 produtores já pegaram financiamento para forrageiras de inverno. Os produtores que estiverem interessados poderão procurar o Alair José Daltrozo, do setor de leite da Unidade de Ijuí ou os departamentos técnicos das demais Unidades da Cotrijuí na Regional Pioneira. O Alair avisa que a verba repassada pela CCGL está quase no fim, por essa razão, quem ainda tiver interesse, deve procurar a Cooperativa o mais breve possível.

## Esclarecendo as dúvidas

A conservação do solo, sua preparação correta visando o plantio do trigo, as variedades recomendadas para o Mato Grosso do Sul, a rotação de culturas como forma de minimizar a ocorrência de doenças, a necessidade de se fazer ou não o tratamento de sementes, as principais doenças e formas de combatê-las, entre outros aspectos relacionados com a cultura de trigo foram abordados durante o 1º Encontro de Difusão Técnica da Cultura de Trigo de Sidrolândia, promovido pelo Núcleo de Engenheiros Agrônomos daquele município no dia 4 de abril. O encontro contou com a presença dos pesquisadores Rainoldo Kochann e Elei Mello Reis, do Centro Nacional de



Produtores e agrônomos receberam todas orientações sobre o trigo

Pesquisa de Trigo (CNPT) da Embrapa de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, e ainda Carlos Barbo, Paulo Gervini Souza e Olavo Sonego, da UEPAE/Embrapa, de Dourados. Mais de 300 pessoas entre agrônomos e produtores participaram ativamente da reunião procurando dirimir todas as dúvidas sobre esta cultura de inverno que já comprovou ser viável no Estado.

## Cuidados com a criação

O agricultor que trabalha com gado de leite, já pode providenciar nos seguintes

cuidados durante o mês de maio. A recomendação é do Departamento Técnico da Cotrijuí.

● **Vacinação** – Carbúnculo Sintomático/Gangrena gasosa. Pode ser feita a partir dos seis meses de idade até os 24 meses. A vacinação deve ser semestral.

– Brucelose nas terneiras de idade entre três a oito meses.

● **Controle de Verminose** – Dosificação geral dos animais da propriedade, no mínimo duas vezes ao ano.

● **Alimentação** – Devido a escassez de pastagens nessa época do ano, é necessário que a alimentação dos animais seja suplementada através de outros pastos (capineiras), feno e silagem. Deixar à disposição de todos os animais, para consumo diário, uma mistura de sal comum, sal mineral e ortofosfato bicálcico.

● **Forrageiras de inverno** – Preparo do solo para plantio.

## As lavouras do mês

*Durante o mês de maio ocorre normalmente em nossa região o transplante das mudas de cebola da sementeira para os canteiros definitivos. Transplantam-se as mudas com 15 a 20 centímetros de altura e 4 a 6 centímetros de diâmetro (diâmetro de um lápis) e isto normalmente ocorre de 40 a 60 dias após a semeadura.*

*O transplante das mudas inteiras, sem o corte nas extremidades tem demonstrado melhores resultados na produtividade. Transplantam-se as mudas de modo que fiquem na mesma profundidade que se encontravam na sementeira e os sulcos de transplante devem ser longitudinais, com profundidade em torno de 5 centímetros.*

*O espaçamento recomendado fica em torno de 25 a 35 centímetros entre fileiras e 5 a 10 centímetros entre mudas na fileira.*

*Sabemos que a cebola exige um bom suprimento de água no solo durante todo o seu ciclo, até que os bulbos atinjam o seu máximo desenvolvimento. Deve-se suspender a irrigação na fase final de maturação dos bulbos. Irrigar uma ou duas vezes semanalmente, quando necessário, tem sido o mais recomendado para um bom desenvolvimento da cebola.*

### HORTALIÇAS DIVERSAS

*As constantes chuvas que ocorreram na primeira quinzena do mês de abril prejudicaram bastante as hortaliças plantadas, favorecendo o aparecimento de doenças e retardando o seu*

*desenvolvimento.*

*Alface, repolho, beterraba, cenoura, rúcula e almeirão são as hortaliças mais plantadas na região nesta época do ano. Com relação a produção de mudas de cebola, devido as chuvas houve um retardamento em seu desenvolvimento, prejudicando a qualidade inicial das mudas, que agora estão em fase de recuperação do desenvolvimento vegetativo devido a melhora das condições do tempo.*

*Informamos aos associados de todas as unidades da Cotrijuí na Região Pioneira, que desejarem adquirir mudas de cebola ou de morangueira, que devem encaminhar-se ao departamento técnico da sua Unidade para informações e encomenda de mudas.*

### MORANGO

*O morangueiro é cultura típica de climas frios, não sendo muito tolerante a temperaturas mais elevadas. A temperatura afeta decisivamente nas qualidades do morango, sendo que temperaturas diurnas amenas e baixas são ideais para um bom crescimento vegetativo, produtividade e qualidade dos frutos.*

*Entre as orientações para o plantio do morango estão a escolha do local, (evitar áreas com muita umidade, procurando terrenos com pequena declividade, bem próximo de uma boa fonte de água para irrigação). No preparo do solo e adubação o produtor deve preparar bem a terra que irá receber as mudas de morangueiro,*

*destorroar bem o solo ao preparar os canteiros, misturando bem os adubos químicos e orgânicos necessários.*

*Se você nunca colocou calcário na sua horta, recomendamos a aplicação do mesmo antes do preparo do canteiro.*

*Aplique adubo orgânico (esterco de porco e de galinha bem curtidos) na base de 15 quilogramas para um canteiro de 1,20m: de largura, por 5,0m de comprimento.*

*Quanto ao adubo químico, pode-se usar a fórmula 2-20-20, um quilo para 120 mudas. Após 30 dias realizar uma adubação de cobertura utilizando-se um quilo de uréia ou sulfato de amônio para 200 mudas plantadas.*

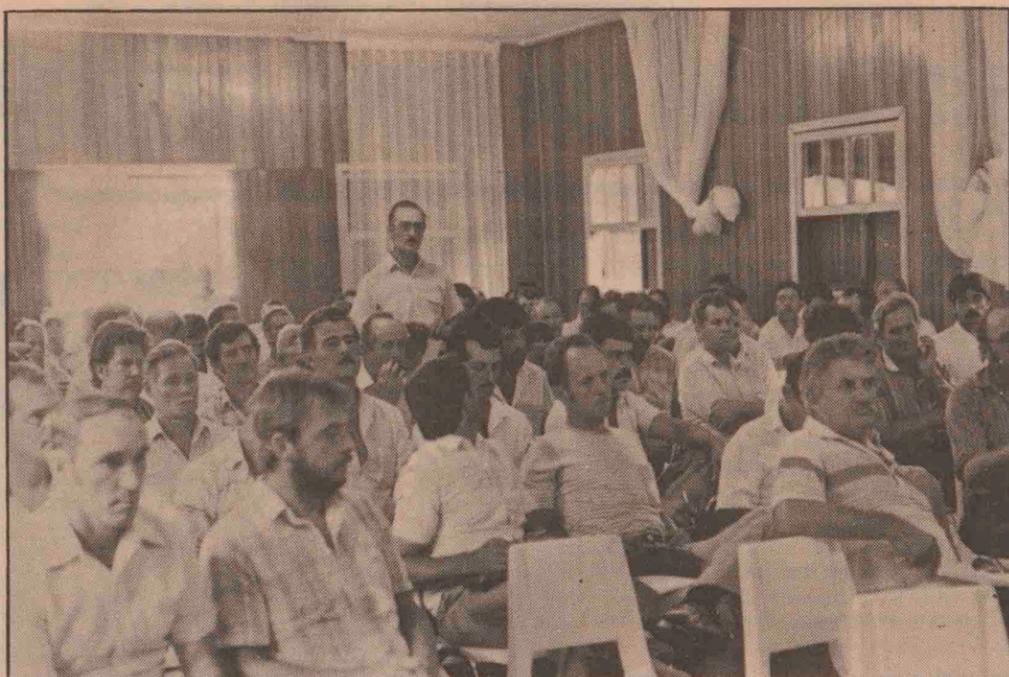
*No preparo das mudas, se você tiver mudas próprias, selecione as mais vigorosas e elimine as que apresentarem raízes, pouco desenvolvidas ou mal formadas. Elimine as folhas mais velhas, deixando apenas três folhas por muda.*

*No transplante utilize o espaçamento de 20 centímetros, colocando duas mudas por cova. Plante na profundidade certa, não tape o broto central nem deixe raízes de fora ou amontoadas. Aperte o solo junto às raízes; faça uma pequena irrigação após o transplante.*

*Durante o desenvolvimento do morangal, mantenha limpo das ervas daninhas, através de capinas. Faça a cobertura do solo antes da primeira floração. Use palha de soja, milho ou maravalha. Em período de escassez de chuva irrigue o morangal duas vezes por semana.*



Os representantes se preparam para realizar a primeira eleição prevista em Estatuto, desde que a Estrutura do Poder foi colocada em prática na Cotrijuí. A eleição acontece no dia 22 de agosto



A data da próxima eleição foi marcada, em reunião, pelos próprios representantes

## Maior participação nas decisões da cooperativa

Sadi Tiecher, representante eleito por Ijuí e no cumprimento do seu segundo mandato consecutivo, está vendo a realização das próximas eleições para a renovação dos representantes como um fato muito importante e necessário para o próprio desempenho da Estrutura do Poder na Cotrijuí. Ele só faz uma ressalva: não é de acordo com a renovação de todo o quadro de representantes numa mesma eleição. Ele explica a sua preocupação.



Sadi Tiecher

— Estou preocupado com a representatividade do associado nas próximas eleições. Uma renovação completa no conselho de representantes pode, de repente, atrasar um pouco o trabalho que vem sendo realizado. Não coloco em questão o trabalho que deverá ser feito pelos novos representantes, mas o tempo que poderá ser gasto até que eles engrem e entendam todo o processo. É esse aspecto que me deixa preocupado, ainda mais que hoje o associado vem deixando nas mãos dos representantes todas as decisões da Cotrijuí. Na minha opinião, as eleições deveriam renovar apenas uma parte do atual Conselho de Representantes. Daqui há três anos, se renovaria a outra parte.

Com dois mandatos — foi eleito em 80 e 83 — o Sadi acha que está na hora de ceder o lugar para um outro associado. Mas se for eleito mais uma vez, pretende continuar trabalhando do mesmo jeito. “Confesso que desta vez gostaria de ficar de fora, nem que fosse só por um período, para poder sentir a situação da cooperativa como um simples associado.”

### CRESCIMENTO

Para o Sadi Tiecher, a Estrutura do Poder está sendo extremamente importante na medida em que vem abrindo maiores espaços para a participação do associado nas decisões da Cotrijuí. “A Estrutura do Poder está ajudando o associado entender melhor que a cooperativa é a extensão da sua própria casa e, portanto ele tem a obrigação de fiscalizá-la mais de perto”, diz ele.

Acha que o trabalho é que não faltou nestes dois períodos em que atuou como representante. Enquanto que no primeiro período o representante ainda estava meio perdido, sem saber ao certo qual o seu papel, nesse último, ele já trabalhou mais amadurecido e com idéias bem definidas. Concorde que o segundo período foi o mais difícil em razão dos acontecimentos e mudanças ocorridas na Cotrijuí, como a realização do plebiscito para a incorporação da Estrutura do Poder aos Estatutos da Cotrijuí. Destaca ainda como realização importante e que teve a participação decisiva do Conselho de Representantes a eleição do novo Conselho de Representantes, criando a figura do superintendente para cada uma das três regionais. “Acredito que todas as mudanças ocorridas foram para o bem do quadro social da Cooperativa, pois entendemos que nada melhor que o próprio associado para dirigir a sua cooperativa. Implantadas as reformas, passamos a trabalhar em conjunto com a direção, no sentido de buscar soluções para os problemas da Cooperativa”, finaliza.

# Eleições em agosto

No dia 22 de agosto acontecerá, pela quarta vez, a eleição dos representantes da Cotrijuí. A próxima eleição é, na verdade, a primeira depois que um plebiscito, realizado em setembro de 1984, aprovou a incorporação da atual Estrutura do Poder aos Estatutos da Cotrijuí. As três primeiras eleições — a de maio de 1979, a de dezembro de 1980 e a de setembro de 1983 — tiveram um caráter experimental e, embora não tivessem legalidade, serviram para que a atual Estrutura do Poder passasse por um teste decisivo. Mesmo sem ter caráter legal, a Estrutura do Poder funcionou como um trampolim para que o associado pudesse ter uma maior participação nas decisões políticas da sua Cooperativa.

Assim como as anteriores, a próxima eleição deverá formar um Conselho de Representantes ainda maior que o atual, integrado por 123 associados. Os representantes eleitos em agosto poderão chegar perto dos 150, já que também o quadro social da Cotrijuí cresceu nestes últimos três anos. Do mesmo modo também é bem provável que aconteça uma renovação dentro do Conselho. A renovação, segundo Rui Polidoro Pinto, diretor de Comunicação e Recursos Humanos da Cotrijuí, poderá ser até surpreendente, ainda mais se for levado em conta o que ocorreu com o atual Conselho de administração na eleição passada.

O Rui Polidoro também acredita que a maior motivação em torno das próximas eleições deva acontecer na Regional Pioneira, onde, na última votação para o Conselho de Administração, houve uma maior mobilização por parte dos associados e representantes na formação da chapa. “Estamos prevendo, diz, um engajamento muito maior na Região Pioneira e muitas modificações dentro do próprio Conselho de Representantes”.

### INSTRUMENTO

Para o Walter Frantz, da assessoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cotrijuí na Região Pioneira, a Estrutura do Poder além de representar um instrumento de participação no funcionamento da Cooperativa, também tem se apresentado como uma escola de formação de novas lideranças e recursos humanos para a própria Cooperativa. “Por essa razão, destaca o Walter, é muito importante a participação ativa e consciente dos associados nas próximas eleições, procurando votar em candidatos que tenham espírito cooperativo e sejam atuantes na vida da Cotrijuí”.

### A PARTICIPAÇÃO DA MULHER

Atualmente mais de 400 mulheres são associadas da Cotrijuí, podendo votar e serem votadas para o Conselho de Representantes. As demais, embora com excelente participação na vida política da Cotrijuí, continuam impedidas legalmente de fazer parte do processo de escolha dos novos representantes. “Infelizmente, diz Rui Polidoro, a participação da mulher na Estrutura do Poder continua bastante restrita por aspectos legais. Mas a Cotrijuí continua trabalhando no sentido de que o voto seja da família”.

Levando em conta o avanço e a organização da mulher trabalhadora rural da região é que tanto o Rui Polidoro como o Walter Frantz acreditam na eleição de mulheres, associadas da Cotrijuí, para o próximo Conselho de Representantes.

### MUITAS REUNIÕES

Os atuais representantes e a direção da Cotrijuí, através da assessoria de De-

envolvimento e Recursos Humanos, estarão promovendo, nos próximos dias até meados de agosto, rodadas de reuniões pelo interior das Unidades, esclarecendo os associados sobre o funcionamento das próximas eleições.

As normas não sofreram nenhuma modificação em relação a última eleição. Está sendo mantido, inclusive, a proporcionalidade de um associado para cada 150 associados inscritos na Unidade. Poderão votar e ser votados, todos os associados que operaram na Cotrijuí no último exercício, ou melhor, que entregaram a sua produção. Os atuais representantes poderão, inclusive ser reeleitos. São considerados inelegíveis, isto é, associados que não podem ser eleitos — aqueles que sejam funcionários da Cotrijuí e os membros dos conselhos de Administração e Fiscal. Maiores informações sobre o processo de eleições para os novos representantes, estarão sendo divulgadas nas próximas edições do Cotrijornal.

## Muitas mudanças desde 1979

O primeiro Conselho de Representantes da Cotrijuí — integrado por 59 associados — foi eleito no período de quatro a 14 de maio de 1979, na proporção de um representante para cada 300 associados. A eles coube uma tarefa árdua: sair a campo e discutir com todo o quadro social, os objetivos da nova Estrutura do Poder. Também foram eles os responsáveis pela definição das atuais normas de procedimento que regem cada eleição de representantes e pela mudança do número correspondente a representatividade por associado. Em vez de um representante para cada 300 associados, ficou definido que na próxima eleição seria escolhido um representante para cada 150 associados da Cotrijuí. Assim nascia a figura do representante dos associados na tomada de decisão da Cooperativa.

O segundo Conselho de Representantes já na proporção de um representante para cada 150 associados foi eleito em dezembro de 1980 por um período de três anos. Com suas funções mais claras e ampliadas, os 128 representantes eleitos passaram a atuar como ponto de intercâmbio entre o corpo social e a Cooperativa, encaminhando reivindicações e sugestões na procura de melhores soluções. Foram eles os responsáveis pela definição da realização do plebiscito para in-

corporação ou não da Estrutura do Poder no Estatuto da Cotrijuí para 1984.

O terceiro Conselho de Representantes foi eleito em outubro de 1983, com a renovação de 64 por cento dos representantes eleitos em 1980. Foram eleitos, ao todo, 123 representantes, que tiveram um papel muito importante na vida da Cotrijuí. Foram os responsáveis pela realização do plebiscito no final de 1984, incorporando de uma vez por todas a Estrutura do Poder aos Estatutos da Cotrijuí. O próprio texto legal foi criado a partir de sugestões dos próprios associados.

Também foi de responsabilidade desse Conselho de Representantes o andamento das discussões e formação de uma Comissão — no Seminário realizado no Mato Grosso — para estudar a questão do desmembramento da Cotrijuí em três cooperativas singulares. A atuação mais significativa, no entanto, esteve ligada a reforma administrativa da Cooperativa, criando, a partir da eleição de 1985, a figura do superintendente para cada uma das três regionais. Além de serem responsáveis pela discussão e formação da chapa que elegeu o novo Conselho de Administração da Cotrijuí, eles tiveram influência decisiva na renovação quase completa do novo Conselho.